



Departamento de História

A CGTP-IN no contexto da adesão europeia e Globalização
(1986 – 2000)

Maria José de Lima-Neto Martins Vieira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea, especialidade em Relações
Internacionais

Orientador:
Doutor, António Costa Pinto, Professor Associado Convidado
Instituto Universitário de Lisboa, Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da
Empresa

Outubro de 2013

I - AGRADECIMENTOS

Ao querer tratar do Sindicalismo em Portugal, a nossa ideia inicial tinha como objetivo analisar a posição da UGT. Contatada esta central sindical, não nos foi permitido o acesso ao arquivo. Depois de muita insistência, os documentos recebidos encontravam-se incompletos. Deste modo, dirigimo-nos à CGTP-IN, a qual nos mostrou toda a disponibilidade e se prontificou a permitir imediatamente o acesso ao seu arquivo. Por esse motivo, agradeço à Exma. Sra. D. Sónia Duarte, do arquivo da CGTP-IN, que se disponibilizou gentilmente a ajudar-nos na recolha de dados do respetivo Arquivo.

Agradecemos igualmente à Fundação Friedrich Ebert, na pessoa de Reinhard Nauman, que teve a gentileza de nos receber e de falar sobre a fundação do Sindicalismo em Portugal.

Lamentavelmente, a Fundação Dr. Mário Soares e o Ministério do Trabalho não foram capazes de fornecer informação adequada ao nosso trabalho. Por e-mail consultámos um dos estudiosos mais importantes sobre a matéria, Professor Doutor Sebastián Royo, que nos deu algumas indicações sobre o tema. Foi igualmente consultado o ETUC, em Bruxelas, para nos dar alguma informação adicional sobre o Sindicalismo em Portugal mas tal não foi possível. Agradecemos toda a ajuda que o nosso orientador, Professor Doutor António Costa Pinto, nos prestou durante a elaboração deste trabalho, assim como a ajuda da Professora Doutora Maria João Vaz.

II - RESUMO

O objetivo deste estudo passa pela compreensão do papel da CGTP-IN no espaço do Sindicalismo português e no quadro das principais mudanças políticas e sociais na União Europeia no período desde 1986, data da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, até ao ano 2000, data da entrada em vigor da União Monetária Europeia.

Será analisada a influência da Europeização e da Globalização, no quadro da problemática laboral, exercida sobre esta central sindical e sobre o Sindicalismo português em geral.

II -- PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo, Europeização, CGTP-IN e Globalização.

III – ABSTRACT

This dissertation aims to understand how the Portuguese trade unionism was built after the 25 April Revolution, in the middle of a democratization process.

This study will also consider the weakening of CGTP-IN trade unionism, credited to European integration, and the reasons for this weakening. What kind of influences did it received from trade unionism in Europe and the Globalization, and how was it able to shape the Portuguese trade unionism movement.

The selected period of time for this work goes from 1986, the year of the Portuguese adhesion to the European Union, until the year 2000, when the Monetary Union was established within the European Community.

KEY-WORDS – Trade unionism, CGTP-IN, European integration and Globalization.

IV - ÍNDICE

I – AGRADECIMENTOS	3
II – RESUMO E PALAVRAS-CHAVE	5
III – ABSTRACT AND KEYWORDS	7
IV – ÍNDICE	9
V – GLOSSÁRIO DE SIGLAS	11
VI – HIPÓTESE DE PARTIDA	13
VII – ESTADO DE ARTE	15
VIII – INTRODUÇÃO TEÓRICA	17
ii. – As mudanças sociais em Portugal anteriores à adesão europeia	18
iii - Um sindicalismo atrasado em relação aos outros países europeus?	19
iv – A CGTP e o sindicalismo democrático em Portugal desde 1974 a 1986 – Uma breve resenha histórica	20
O período pós-revolucionário	23
ii - Formação de correntes sindicais em Portugal	23
iii - Clivagens no sindicalismo após a Revolução de 25 de Abril	24
iv - Estratégia comunista na consolidação da Intersindical	24
v - Rupturas no seio da Intersindical	25
IX – A EVOLUÇÃO DA INTERSINDICAL	29
ii. - Posições da CGTP-IN em relação à adesão à Comunidade Europeia	30
iii. - Integração da CGTP-IN na CES	33
iv. - Fatores que ajudaram à integração da CGTP-IN na CES	37
v. - Fase de pós-inserção na CES	40
vi. - CGTP, um sindicalismo de mercado?	46
vii. - Fragilidades do Movimento Sindicalista	52
h. - Fundação de Organizações Sindicalistas	53
i. - Os sindicatos e a vida política	54
j. - Defesa da CGTP-IN por um Portugal soberano.	56
l. - A convergência para uma Europa da moeda única	57
m. - Tipo de sindicalismo desenvolvido pela CGTP-IN	61
X - A INTEGRAÇÃO EUROPEIA E O SINDICALISMO PORTUGUÊS	65
ii. - Definição de Europeização	65

iii. - Oportunidades com a Europeização	69
iv. - Consequências da Europeização	70
v. - As críticas da CGTP-IN à Comunidade Económica Europeia	73
vi. - Críticas ao poder patronal pela CGTP-IN	73
vii. - Problemas dos sindicatos na visão da CGTP-IN	74
XI – A GLOBALIZAÇÃO E O SINDICALISMO	77
ii. - Definição de Globalização	77
iii. - O efeito da Globalização na Integração europeia	78
iv. - Os sindicatos e a Economia Global – os antecedentes históricos	82
v. - Os problemas dos sindicatos na era da Globalização	86
XII – ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DOCUMENTO DA CGTP-IN, APRESENTADO NO RELATÓRIO DE ATIVIDADES (1986-1989), aprovado no 6º Congresso de maio de 1989	93
ii. - A integração de Portugal nas Comunidades Europeias (pp. 27-30)	93
XIII – CONCLUSÕES SOBRE O DOCUMENTO DA CGTP-IN - Análise da Temática	99
XIV – CONCLUSÕES FINAIS	101
XV – FONTES	103
XVI – BIBLIOGRAFIA	105
ANEXOS	111
Estatutos da CGTP-IN	113

V - GLOSSÁRIO DE SIGLAS

- ACE – Acordo de Concertação Estratégico
- AIT – Associação Internacional de Trabalhadores
- APB – Associação Portuguesa de Bancos
- BCE – Banco Central Europeu
- CDS-PP – Centro Democrático e Social - Partido Popular
- CES – Confederação Europeia de Sindicatos
- CEE – Comunidade Económica Europeia
- CEEs – Conselhos de Empresa Europeus
- CGT – Confédération Générale du Travail
- CISC – Confederação Internacional de Sindicatos Cristãos
- CISL – Confederação Internacional de Sindicatos Livres
- CIP – Confederação da Indústria Portuguesa
- CMT – Confederação Mundial de Trabalho
- EFTA – European Free Trade Association (Associação Europeia de Comércio Livre)
- ETNs – Empresas Transnacionais
- ETUC – European Trade Union Confederation
- FIET – Federação Internacional de Empregados, de Técnicos e de Quadros
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FSEs – Federações Sindicais Europeias
- FSE – Fundo Social Europeu
- FSI – Fundação Sindical Internacional
- FSM – Fundação Sindical Mundial
- IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- IGFSS – Instituto para a Gestão Financeira da Segurança Social
- ISV – Internacional Sindical Vermelha
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- OIC – organização Internacional do Comércio
- ONU – Organização das Nações Unidas
- ONG – Organizações Não Governamentais
- PIB – Produto Interno Bruto
- PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

SME – Sistema Monetário Europeu

UGT – União Geral de Trabalhadores

UEM – União Económica e Monetária

VI -- HIPÓTESE DE PARTIDA

Pretendemos analisar qual o papel da Integração europeia e consequente Globalização sobre a CGTP-IN.

As questões que colocámos foram:

- 1 - Que tipo de Sindicalismo esta central sindical representa?
- 2 - Por que mudanças passou no período entre os anos 1986 e 2000?
- 3 - Quais as influências que a CGTP-IN sofreu em relação à adesão europeia e quais as críticas que realizou em relação ao mesmo tema?
- 4 - Qual tem sido o enquadramento que a Intersindical tem dado à Globalização no período de tempo atrás referido.

VII – ESTADO DE ARTE

Os estudiosos do Sindicalismo focam-se principalmente em dois assuntos. O primeiro é o impacto da Europeização económica nos sindicatos dos respetivos países. A nível europeu precisamos saber a resposta a várias questões. O segundo é a temática da integração europeia no sentido das relações laborais e do trabalho em Portugal, que tem sido alvo de poucos estudos e análise, daí alguma dificuldade em poder reconhecer-se este facto na sua total extensão, assim como os seus elementos dominantes de um modo aprofundado. Alguns dos estudiosos do tema a nível nacional que se têm destacado são: Hermes A. Costa; Manuel Lucena e Carlos Gaspar; António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira; Sebastián Royo, que fez artigos comparando Portugal e Espanha; José Castanheira e Francisco Ferreira. A nível internacional nomes como Richard Hyman, Dr. Andreas Bieler, Sebastián Royo, Jelle Visser e Ebbinghaus têm-se notabilizado.

No caso deste trabalho em particular, vamos debruçar-nos sobre o Sindicalismo em Portugal, nomeadamente na CGTP-IN. Vamos questionar esta central sindical sobre os seus objetivos em relação à Integração europeia para saber se existe ou não algum ceticismo em relação a essa integração, e se Bruxelas tem demonstrado algum ceticismo em relação a esta central. Na verdade, têm existido questões relevantes como as internacionais que foram sempre consideradas como questões de elites sem nunca serem debatidas pelas bases,¹ segundo Richard Hyman. O Professor Hermes Costa, Manuel Lucena e Carlos Gaspar, José Castanheira, Dr. António Barreto e o Professor António Costa Pinto contribuíram com os seus livros e artigos para a realização desta tese.

¹ Hyman, Richard, (2002) “Europeização ou erosão das relações laborais?” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 62, pp. 7-32.

VIII --- INTRODUÇÃO TEÓRICA

Desde os seus primórdios, o movimento sindical foi usado pelos trabalhadores como instrumento para melhorar o seu bem-estar social. Tem servido ao longo dos tempos para tentar impedir a concentração de capital nas mãos dos mais poderosos, tendo lutado contra o poder político mas igualmente servindo-se dele para otimizar as condições laborais dos trabalhadores.

Este trabalho pretende abordar o impacto da integração europeia sobre a CGTP-IN, a crise do Sindicalismo em Portugal e na Europa, e por sua vez, a crise no seio desta central sindical. Temos esta central mais próxima de um projeto político de orientação comunista e mais identificada com um sindicalismo de “contestação”², ao contrário da União Geral dos Trabalhadores (UGT), mais ligada a um sindicalismo de “negociação” e a um projeto político socialista e social-democrata. A CGTP-IN assume-se como “organização sindical de classe, unitária democrática, independente e de massas”³. A “natureza de classe” da CGTP faz com que existam um conjunto de princípios de unidade, democracia, independência, solidariedade e de sindicalismo de massas. Todos estes “princípios são indissociáveis e interdependentes que caracterizam as suas opções, tanto no plano das reivindicações e de objetivos programáticos como no plano da definição das suas formas de ação e de luta, como ainda no modo como se estrutura e organiza”⁴.

Desde o início, existe uma grande diferença nos pontos de vista de abordagem entre as principais centrais sindicais portuguesas. Existem, sem sombra de dúvida, clivagens político-ideológicas entre estas duas centrais sindicais. Temos a CGTP-IN mais próxima de um projeto político de orientação comunista e mais identificada por um sindicalismo de “contestação”.

Tem sido através das lutas sindicais que se têm obtido em Portugal e no resto da Europa a satisfação de muitos desejos dos trabalhadores, tais como as regalias sociais, a

² Castanheira, Pedro (1985), “ Os sindicatos e a vida política”, *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89)-3º,4º,5º, pp.801-818. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223478988S6mLR6vp2Yo67EQ5.pdf>

³ Silva, Manuel Carvalho da (2004), “Intervenção de abertura”, (<http://www.cgtp.pt/acgtp/orgaos/congressos/xcongresso/intervencoes/abertura-mcs.htm>), pp.1-9), acedido em 18.03.2004.

⁴ Costa, Hermes A. (2004), Comunicação no seminário internacional “Trade Union attitudes towards European Integration: a comparative perspective”, realizado em Oxford , *A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual*, p.7.

passagem de 48 horas semanais para o mínimo de 36 horas; o aumento das pensões e de salário mínimo. Contudo, no final da década dos anos 90 têm-se notado algumas mudanças.

Muitos dos estudos efetuados em Sindicalismo contemporâneo enfatizaram a ideia de crise. A ideia reside, por exemplo, na ausência de uma articulação dos interesses acerca da classe trabalhadora, na falta de solidariedade entre os membros dos sindicatos face à emergência do individualismo contemporâneo, no enfraquecimento da luta do Sindicalismo ou na representatividade social baixa que frequentemente toma a forma de uma diminuição das taxas de sindicalização⁵.

ii. As mudanças sociais em Portugal anteriores à adesão europeia

Como é que um povo, uma nação, uma língua, um território, uma fronteira e uma religião forjaram uma unidade única na história da Europa? Tal unidade foi sublinhada pela pequenez da dimensão e a periferia da geografia⁶. Veremos mais adiante que essa unidade não se tem refletido na história do Sindicalismo português.

A influência da emigração portuguesa, os descobrimentos marítimos e a criação de um império não lograram uma grande abertura na sociedade metropolitana e no espaço cognitivo português. A ausência de tradições democráticas reforçou o caráter fechado da sociedade. Um Estado forte e sempre presente contribuiu para essa unidade, auxiliado por uma aristocracia fraca e dependente, por uma quase inexistente burguesia e por um sistema capitalista débil. Nas palavras de António Barreto:

“...uma revolução industrial sempre incompleta, uma agricultura frágil, um persistente analfabetismo, uma religião centralizada e de Estado, contribuíram para que a sociedade portuguesa fosse homogénea e una e para que a chamada sociedade civil fosse pobre, dependente e pouco diversificada. As fantasias dos Portugueses e as suas capacidades para experimentar a surpresa e viver o diferente, elegeram como *cenário o mundo, fora de portas...*”.

As grandes e profundas mudanças que surgiram nas últimas décadas em Portugal permitiram uma mudança ininterrupta, gradual e permanente mas até certo ponto. As alterações foram demasiado rápidas. Na indústria, nos serviços, na escolarização, na cobertura

⁵ Costa, Hermes A. (2000), “Portuguese Trade Union Participation in Europe: the CGTP affiliation with ETUC” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 51, pp. 69-107.

⁶ Barreto, António (1995), “Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995” in *Análise Social*, 4ª série, volume XXX, nº 134, 5º, ICS, Lisboa, pp. 841-857.

de serviços e na segurança social, as mudanças processaram-se a ritmo veloz. Segundo António Barreto, Portugal fez em vinte ou trinta anos o que noutros países tinha demorado o dobro do tempo. Apesar de tudo, Portugal não conseguiu ficar a par desses países europeus, principalmente no plano económico. Mas nos planos cultural, social e demográfico aparentemente as diferenças não se notam.

Quais as causas de tão importantes mudanças na última fase de modernização em Portugal? Segundo António Barreto, os fenómenos que caracterizaram Portugal na década dos anos 60 foram a emigração, o turismo, o livre comércio iniciado com a adesão à EFTA, o investimento estrangeiro, a guerra colonial e a televisão; nas décadas seguintes, seriam a democracia e a integração europeia. Existem ainda outras influências externas que foram muito importantes para Portugal, tais como: o Concílio Vaticano II; a cultura jovem de permissividade de costumes e o intercâmbio de costumes que foi difundido através da televisão para todo o mundo. Portugal não ficou imune a estas novas formas de liberdade e de contestação. Em certo sentido, as mudanças sociais forjaram as mudanças políticas.

Na sociedade portuguesa, voltada para o mundo de hoje, pela emigração, por uma Integração europeia e pela Globalização dos mercados, todas as expectativas foram permitidas. As consequências das mudanças em Portugal foram, em primeiro lugar, o acesso muito significativo de muita gente à segurança social e, em segundo lugar, o considerável crescimento da população das redes dos subúrbios de Lisboa, Porto e Setúbal, em condições de vida, emprego e habitação muito precárias⁷.

iii. Um sindicalismo atrasado em relação aos outros países europeus?

Para Hermes Costa, ao contrário do que aconteceu noutros países europeus mais desenvolvidos, o *timing* de afirmação do Sindicalismo português, tanto no plano nacional como internacional, sofreu atrasos⁸. Em comparação com outros países, os estádios de desenvolvimento do Sindicalismo português foram caracterizados por “atrasos e vicissitudes que estão ligados com a especificidade nacional”⁹.

⁷ Barreto, António (1995), “Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995”, in *Análise Social*, 4ª série, volume XXX, nº 134, 5º, ICS, Lisboa, pp. 841-857.

⁸ Costa, Hermes A. (1997), *Os desafios da globalização ao sindicalismo : contributos para uma perspetiva portuguesa* (M.A. Dissertation in Sociology), Coimbra: Faculdade de Económicas.

⁹ Pinto, Mário (1989), *Les relations industrielles au Portugal*. Luxembourg: Office des publications officielles des Communautés Européennes.

Se alguma vez se pode considerar existir alguma vitalidade ou precocidade que possa ser associada ao movimento sindicalista português, deve ser relativizada devido às condições impostas pelo regime salazarista no movimento sindical português durante uma parte importante do século XX¹⁰. Com esta atitude defensiva e isolacionista o regime tentou conservar a sociedade portuguesa, protegendo-a das “influências externas”, assim como dos impulsos modernizadores que atravessaram toda a Europa democrática após a Segunda Guerra Mundial.

O afastamento da Europa a que Portugal se havia votado nos anos de regime salazarista e da sua verdadeira integração na Europa como país europeu, fez com que os Portugueses tivessem uma visão das questões europeias distorcidas, como “coisas de outro mundo”¹¹. Os governantes mantiveram uma posição de recusa face ao debate e à informação, favorecendo muito o desconhecimento das questões comunitárias. A falta de solidariedade social teve muito a ver com o percurso histórico e com séculos de colonização sem podermos ser uma potência. Estes constituem alguns fatores que têm prejudicado o Sindicalismo, segundo o ex-dirigente da CGTP-IN¹². Advogou-se mais esclarecimento e mais exercício da democracia com maior participação dos trabalhadores.

iv. A CGTP e o sindicalismo democrático em Portugal desde 1974 a 1986 - Uma breve resenha histórica.

A transição para a democracia partiu de um golpe de Estado em 25 de Abril de 1974. Todos os pilares do regime salazarista, desde o corporativismo¹³ até ao autoritarismo foram lançados por terra. O país teve de ser reformulado e sofreu uma nova forma de organização sociopolítica. O caráter distinto e original das mudanças em Portugal englobou uma passagem de uma liberalização falhada a uma nacionalização de grandes bancos, destruindo os grandes grupos industriais e privados portugueses, alargando desmedidamente o setor público.

¹⁰ Sagnes, Jean (ed.) (1994), *Histoire du syndicalisme dans le monde: des origines à nos jours*. Toulouse: Privat. P. 52.

¹¹ Silva, Manuel Carvalho da (2002), *Agir contra a Corrente, Reflexões de um sindicalista*, Porto, Campo das Letras, pp. 33-35.

¹² *Ibidem*.

¹³ Lucena, Manuel de; Gaspar, Carlos (1991) “Metamorfoses corporativas? – associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal”, in *Análise Social*, XXVII (114), pp. 843-903.

Após a entrada em vigor da Constituição de 1976, a democracia portuguesa permaneceu além de imperfeita, indefinida, e portanto duvidosa em pontos essenciais. Ligada à tutela militar, a imperfeição foi ultrapassada em 1986. A indefinição persistiu, afetando sobretudo o sistema económico, ainda hesitante entre o neoliberalismo e o capitalismo socialista de Estado.

Para Manuel Lucena e Carlos Gaspar, a Constituição de 1976 possuía duas almas, uma devotada à construção de um socialismo obrigatório cujo “protetor” deveria ter sido o Conselho da Revolução, muito autoritária e obstinada; a outra, muito liberal, preocupada com os direitos e liberdades dos cidadãos, que favorece os partidos. Em conclusão, existe grande ambiguidade na situação constitucional entre um sistema político e um sistema económico. Sendo assim, o peso do Estado e do coletivismo são considerados muito grandes ao manterem importantes posições e conseguindo por vezes, consolidá-las. Os argumentos demonstram que esse peso do Estado tem raízes patrimonialistas, jacobinas e corporativas e as previsões destes estudiosos vão no sentido de recear que a adesão à CEE:

“... venha mais tarde a provocar uma poderosa reação protecionista, se a concorrência dos nossos parceiros europeus se tornar esmagadora e os regulamentos comunitários excessivamente rudes para Portugal”.

Ponderaram igualmente que a iniciativa privada:

“tradicionalmente tão fraca e que tanto dependia do Estado quando foi atropelada pela Revolução, será capaz de enfrentar o desafio europeu sem perder todo o seu já de si modesto espírito de autonomia?”.

Chega-se à conclusão de que depois da descolonização, o grande problema português não consistiu apenas em democratizar e desenvolver. Estes dois atributos não bastam para definir uma identidade política nem para garantir a independência nacional. Lucena e Gaspar terminam, opinando que:

“se aos Portugueses faltarem determinação e imaginação, bem pode suceder que venham a pagar algum enriquecimento e as liberdades individuais com sistemática subordinação coletiva a interesses e poderes exteriores”.

Na sua opinião, outros países podem ter o mesmo problema, mas provavelmente em menor grau, uma vez que nenhum deles acabava de perder um império colonial como o português, geograficamente muito maior do que Portugal e que com o qual contava para as relações internacionais.

A utilização de sindicatos como instrumento de luta política durante o regime do Estado Novo abriu as portas à politização do movimento sindical. A concessão do monopólio

de representação dos trabalhadores entregue à CGTP-IN, tornou-a uma central única, capaz de abarcar todos os sindicatos até 1978. A concessão deste monopólio à CGTP reforçou ainda mais o poder do Partido Comunista sobre o movimento sindical, o que gerou uma onda de contestação da parte das restantes forças políticas, nomeadamente o PSD e o PS, o que originou a formação do movimento *Carta Aberta*, que reivindicava a democratização dos sindicatos¹⁴.

Conscientes da irracionalidade inerente a uma excessiva fragmentação e dada a impossibilidade de uma reestruturação global, as duas centrais sindicais tentaram a reestruturação no seio da sua confederação, contudo, sem grande sucesso. Apesar dos esforços empenhados pelas duas centrais sindicais, a estrutura sindical portuguesa permaneceu fragmentada. Deste modo, não só não se aproveitou a transição política para racionalizar a estrutura sindical herdada do Estado Novo, cujo objetivo foi condicionar o movimento sindical, como ainda se agravou mais a sua fragmentação, devido a disputas ideológicas que marcaram o movimento sindical português. Conclui-se deste modo, que a transição política para a democracia não desfragmentou, não uniu, nem tão pouco despolitizou a estrutura sindical herdada da ditadura.

A falta de independência das centrais sindicais explica-se por não existir uma verdadeira institucionalização das relações laborais, independente dos partidos políticos, tal como Royo¹⁵ aponta, ressaltando a falta de coesão e unidade no seio delas por ter havido falta de tempo na sua consolidação do sindicalismo durante o processo de democratização do regime. Os objetivos dos sindicatos passaram igualmente da arena laboral para a política. Deste modo, a pressão política é uma via pela qual os sindicatos normalmente tentam obter condições de trabalho favoráveis aos trabalhadores no seu emprego, constituindo-se um pilar fundamental de atuação dos sindicatos em Portugal. Ao nível da legislação laboral, foi nesse domínio que se tem feito mais sentir a influência dos sindicatos. No final do século XX, Portugal possuía uma das legislações laborais mais restritivas dos países da OCDE.

¹⁴ Lains, Pedro; da Silva, Álvaro F. (org.) *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol.III: século XX, Lisboa: ICS, pp. 384-393.

¹⁵ Royo, Sebastián (org.) (2005), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia- Um balanço*, Lisboa: ICS, pp.318-333.

O período pós-revolucionário

ii. Formação de correntes sindicais em Portugal

A liberalização iniciada no período pós-Revolução de Abril levou a que se instalasse um certo pluralismo no interior dos sindicatos. O caminho para a liberalização através das leis voltou a ser percorrido mas desta vez em sentido contrário¹⁶. A partir de finais de 1970 a capacidade de intervenção do Governo foi sensivelmente reforçada, não apenas com legislação sindical mas igualmente em relação à negociação coletiva. Começou a repressão das direções sindicais eleitas que originaram as manifestações sindicais. Acusadas de quererem criar uma confederação dos trabalhadores, as reuniões foram proibidas, passando para a clandestinidade.

O Partido Comunista reforçou-se na clandestinidade com o controlo, uma vez que era a força mais apta a enfrentar a repressão e as decisões importantes eram tomadas em circuito fechado. Deste modo, formaram-se dois movimentos nos sindicatos, um de recuo e outro de oposição ao controlo dos comunistas. Esses sindicalistas oposicionistas mantiveram as suas posições, ganhando poder dentro dos sindicatos mais fortes. Avançaram mais tarde para posições em sindicatos menos importantes. Por outro lado, no interior do movimento sindical, as tendências políticas multiplicaram-se graças às divergências. Existia uma extrema-esquerda que enfrentava a maioria comunista e um movimento com tendências católicas progressistas que estava dividida entre uma linha mais internacional, simultaneamente mais sindical, que controlava as relações entre o movimento e as confederações ocidentais. Esta tendência era menos política que outra desprovida de relações externas.

O movimento oposicionista continuava a ser uma força muito importante em vésperas da Revolução. Contudo, as medidas que foram implementadas não chegaram para satisfazer a paz social. A crise económica acabou por afetar vários setores, ao mesmo tempo que os sindicalistas moderados e os sindicalistas oposicionistas se radicalizaram gradualmente, tendo perdido a unidade que os mantivera unidos desde o impulso inicial nos começos do regime marcelista.

¹⁶ Lucena, Manuel de; Gaspar, Carlos (1991), “ Metamorfoses corporativas? – associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal”, in *Análise Social*, XXVII (114), Lisboa, ICS, pp. 843-903.

iii. Clivagens no sindicalismo após a Revolução do 25 de Abril

Os movimentos sindicalistas sofreram várias clivagens na fase revolucionária, tentando escolher um modelo entre um corporativismo de Estado, um liberalismo sindicalista extremado e um pluralismo sindical moderado, resistindo à interferência dos partidos políticos e do Estado sem contudo, os dispensar.

Pode considerar-se que durante o período revolucionário o Sindicalismo português teve o seu regresso ao corporativismo estatal. A seguir, a Intersindical que se havia imposto como central única foi ameaçada pela emergência de um modelo organicista aprovado pelos militares da “Aliança Povo-MFA”, tendente a uma fusão entre as Forças Armadas e as organizações populares de base sem deixar espaço aos sindicatos. Por fim, a terceira fase foi a da interrupção da Revolução que assegurou a sobrevivência do pluralismo sindical no meio da confusão política vivida naqueles dias.

iv. Estratégia comunista na consolidação da Intersindical

Nas palavras de Manuel Lucena e Carlos Gaspar¹⁷, o partido comunista na sua faceta de influenciar a CGTP-IN, começou por criar factos consumados, tal como o que aconteceu com a instalação da Intersindical como central única na ocupação do terreno vago no Ministério do Trabalho. Aos olhos da direção comunista esta consolidação passava pela lei da unicidade. Esta lei foi, contudo, contestada no seio do Partido Comunista (PC), onde um dos seus dirigentes se opôs discretamente a que a unidade fosse imposta pela lei. O secretário-geral da altura teria conferido um argumento válido, o de que se as coisas não corressem bem, não seria uma lei de unidade que iria impedir a divisão dos sindicalistas. Era preciso, apesar disso, impedir tudo fortemente.

Por esta conduta do PC, os sindicatos que escapavam à tendência comunista foram excluídos do secretariado da central por causa da sua oposição à unicidade imposta pelo Estado. Aparentemente, esta exclusão reforçava ainda mais o controlo do PC sobre a Intersindical e não impediria a aprovação da lei. Apenas em 1975 é que o Partido Socialista fez valer a sua posição de anti unicitário, sabendo de antemão a estratégia de tomada do poder do Partido Comunista. Num comício de Janeiro de 1975 contra a unicidade, o presidente dos

¹⁷ Lucena, Manuel; Gaspar, Carlos (1991), “Metamorfozes corporativas?- associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal” in *Análise Social*, XXVII (114), Lisboa, ICS, pp. 843-903.

sindicatos dos químicos de Lisboa tentou travar a ofensiva comunista. Em Julho desse ano, o Partido Comunista ficou isolado no poder em conjunto com a ala mais militante do MFA e o Congresso da Intersindical acabou por eleger um secretariado que lhe era inteiramente dedicado. Contudo, alguns meses antes, na eleição da Assembleia Constituinte, colocou em causa a legitimidade do Conselho da Revolução, ao mesmo tempo que revelava a posição minoritária do Partido Comunista em relação aos partidos democráticos.

Surgiu então um dilema para a Intersindical; o de que, se por um lado o sistema político dominado pelo Conselho da Revolução não conseguia deixar de se colar às posições dos militares, tentando travá-las e dominá-las pela sua capacidade de penetração através da criação de associações de base, por outro, a Intersindical, contrária à fusão com o MFA e desconfiada em relação ao basismo, terminou por apoiar todas as iniciativas dos militares no poder. Os efeitos da Lei sindical implicavam unidade e a realização de eleições nos sindicatos ocupados logo após a Revolução de Abril. Esta lei vai demonstrar que das quinze eleições realizadas entre Agosto e Novembro, doze vão ser perdidas pelos comunistas. Os sindicatos que venceram as eleições são aqueles que se opuseram ao poder do momento. Estes sindicatos foram na maioria constituídos pelos sindicatos de serviços: bancários, seguros, comércio e empregados de escritório que ficaram integrados numa corrente sindical oposicionista. Serão os sociais-democratas e socialistas que denunciam a manobra dos comunistas para a restauração de um controlo do Estado. O contragolpe de 25 de Novembro de 1975 veio favorecer a implantação de uma via democrática e pluralista, e fez com que a Intersindical se libertasse do cerco pela Aliança Povo-MFA e da corrente sindical anticomunista.

v. Raturas no seio da Intersindical

Em finais de 1975, a rutura dentro do sindicalismo português parecia estar bem encaminhada. Os mais radicais opositores à corrente comunista estavam prontos a constituírem uma segunda central sindical. Na Carta Aberta de 27 de Abril de 1976 foi posta em causa a legitimidade do Congresso e da central única da CGTP¹⁸. Por outro lado, os comunistas trataram de defender a sua central e de a reforçar, na tentativa de controlar a base das Comissões de trabalhadores, frequentemente nas mãos da extrema-esquerda. A unicidade da Intersindical desapareceu e em Setembro de 1976 as imposições legais fomentando a unicidade foram expressamente

¹⁸ Lucena, Manuel; Gaspar, Carlos (1991) “Metamorfoses corporativas? – associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal” in *Análise Social*, XXVII (114), Lisboa, ICS, pp. 843-903.

revogadas pelo Decreto-Lei nº773/76 de 27 de Outubro, anulando o Decreto-Lei nº215/A de 1975, e os artigos pertinentes do Decreto-Lei nº 215/B do mesmo ano.

A Carta Aberta pôs em causa a legitimidade da Intersindical enquanto representante de *todos* os trabalhadores, tendo saído assinada pelas direções de vinte e nove sindicatos, constituídos, na sua maioria, por sindicatos de serviços. Como resposta, a Intersindical recuou e propôs um Congresso para finais de 1976, declarando-se disposta a negociar. Após as eleições parlamentares em 25 de Abril de 1976, é confirmada a posição minoritária do Partido Comunista. Em Agosto, a Comissão de redação da Carta Aberta separou-se da Intersindical sem ter chegado a acordo devido à sua imposição no Congresso de diversas tendências na representação, seguindo uma certa paridade entre os dois blocos. A CGTP pretendia limitar as tendências representadas, inclinando-se para uma partilha de poder entre socialistas e comunistas, ao mesmo tempo que escolhia uma posição dominante para si e se recusava a reconhecer a existência de dois blocos no movimento sindical português. No lado oposto, os socialistas e social-democratas já tinham começado a livrar-se dos seus aliados de extrema-esquerda. Subsistia uma forte resistência contra a rutura sindical no momento em que os partidários do PS e do PSD se organizavam. Do lado da Intersindical, começou a surgir uma certa flexibilidade e certos membros como, por exemplo, José Luís Judas, estavam dispostos a admitir o princípio de paridade.

A partir de Setembro de 1976, a Intersindical empenhou-se numa batalha para aumentar a sua representatividade no Congresso extraordinário, recrutando sindicatos mais pequenos, ainda não filiados na central. Fazendo alarde de uma pluralidade de tendências na comissão organizadora assim como no Congresso, a CGTP alterou a composição do seu secretariado homogéneo do ano anterior para angariar alguns dirigentes sindicais católicos.

Em resumo, os comunistas tentaram branquear a imagem da central como correia de transmissão do Partido Comunista, sem que conseguissem passar uma mensagem clara de que não estavam a manipular a Intersindical¹⁹.

As mudanças a que se assistia dentro do Partido Socialista e as medidas impopulares que estava a desempenhar no Governo até Agosto de 1978 ajudaram ao fortalecimento das posições dos sociais-democratas no meio de importantes sindicatos. A posição política do PS e do PSD assegurou-lhes bastantes instrumentos obtidos a partir do Estado para isolar e reduzir o poder da central antagonista. Graças aos apoios de centrais sociais-democratas

¹⁹ Costa, Hermes A. (2004) *A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, pp. 8-24. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/208/208.pdf>.

européias e de Fundações como as de Friedrich Ebert e Friedrich Naumann, e do apoio aos dois partidos unidos no Governo, originou-se uma nova central, construída de maneira vertical, ou seja, de cima para baixo. Em 1979, o congresso constitutivo da UGT, aberto em presença do presidente do PSD, teve o secretário-geral do PS na sessão de encerramento. O presidente da nova central sindical era um social-democrata e o seu secretário-geral, um socialista. E este critério de partilha ainda dura até aos dias de hoje. No momento da sua constituição, a UGT era uma central de tendências políticas mais do que uma central de sindicatos, nas palavras de Manuel Lucena e Carlos Gaspar.²⁰

O modo como a CGTP-IN encarou a sua formação e, mais tarde, o seu funcionamento perante os desafios que lhe foram propostos face à Integração Europeia no período de 1986 ao ano de 2000 é o que se pretende estudar neste trabalho. Qual tem sido a influência dos Partidos e do Estado no Sindicalismo português? E o efeito do decréscimo cada vez maior da sindicalização no Sindicalismo?

Estas e outras questões são as que pretendemos estudar de modo a provarmos o enfraquecimento da CGTP-IN durante o processo de Integração europeia e subsequente Globalização a que a Europa foi submetida.

²⁰ Lucena, Manuel; Gaspar, Carlos (1991), “Metamorfozes corporativas? – associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal” in *Análise Social*, XXVII (114), Lisboa, ICS, pp. 843-903.

IX – A EVOLUÇÃO DA INTERSINDICAL

A partir de 1979, a CGTP iniciou um longo percurso através de um terreno que se tornava cada vez mais complicado devido à concorrência da UGT e dos sindicatos a ela agregados, fortemente apoiados pelo Estado, sobretudo no caso dos têxteis. A incapacidade que esta central veio a demonstrar no lançamento de greves setoriais ou gerais foi notável. Foi o caso que sucedeu em 1983, ano em que esta central tentou sem êxito organizar uma greve geral. Entre 1983 e 1986 a crise económica e a aplicação de políticas de austeridade fizeram travar a realização de greves. Devemos ter em conta a resistência à mobilização de uma força de trabalhadores ameaçados pelo desemprego e debilitados por políticas sucessivas de austeridade. Na opinião de Manuel Lucena e de Carlos Gaspar, a crise foi devida em boa parte à luta travada pela Intersindical de acordo com o Partido Comunista, de modo a manter a coletivização das terras, as nacionalizações e algumas leis laborais. Num efeito *boomerang*, essa estratégia revelou-se maléfica.

O pluralismo que a CGTP não concretizou, devido ao poder exercido por um único partido, neste caso o Partido Comunista, não lhe permitiu uma maior flexibilidade nem tão pouco o aparecimento de um maior número de tendências minoritárias lhe permitiram enfrentar a UGT, dominada pelos dois maiores partidos da governação.

É muito difícil medir a sindicalização ou a representatividade de uma central sindical, uma vez que se sabe que os dados das fontes sindicais são pouco fidedignos. Conhece-se igualmente muito pouco acerca das quotizações dos seus membros. Por esse motivo, não conseguimos avaliar o decréscimo da força de sindicalização em Portugal.

Desde os seus inícios, o pluralismo exercido nas duas centrais sindicais deixou muito a desejar, devido ao intervencionismo do Estado. No caso da Intersindical, foi a partir do Estado que o Partido Comunista consolidou as suas posições; no caso da UGT foi graças aos dois partidos maioritários que foi consolidada a sua autonomia. Para Manuel Lucena e Carlos Gaspar²¹, teria sido diferente:

“ se a corrente católica tivesse imposto a sua autonomia e formado logo em 1974 uma confederação independente, ou se a corrente anticomunista tivesse sabido ultrapassar as suas divergências e conduzir, enquanto corrente de oposição sindical, o processo de formação da segunda central, o caminho do Sindicalismo teria sido outro muito diferente”.

²¹ Lucena, Manuel; Gaspar, Carlos (1991) , “Metamorfozes corporativas?—associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal” in *Análise Social*, XXVII (114), Lisboa, ICS, pp. 843-903.

ii. Posições da CGTP-IN em relação à adesão à Comunidade Europeia

No Relatório de Actividades ao V Congresso da CGTP-IN (1983/1986), a preocupação desta central sindical vai para as críticas à UGT, que dividiu o movimento sindical português, justificando que as chefias instaladas se opunham ao funcionamento da “democracia sindical” e referindo-se aos seus opositores da UGT, como “inimigos da classe”. Foram criticadas as fortes correntes unitárias que se mantinham nos sindicatos dos bancários, seguros, escritórios e alguns quadros técnicos. As chefias congratularam-se por a estrutura da Intersindical ter sido reforçada ao longo dos últimos anos, aumentando o número de sindicatos filiados, apesar da degradação da situação de emprego e dos ataques desferidos pelo Governo e patronato. No relatório seguinte, (1986-1989), a Intersindical defendeu um forte sentimento de unidade com reflexos na ação sindical e no relacionamento entre as diversas organizações sindicais, reconhecendo alterações positivas na forma de atuação e no conteúdo das posições, quer da UGT, quer de várias organizações suas. Foram deste modo encontradas algumas posições convergentes entre estas duas centrais, relativamente a reivindicações imediatas dos trabalhadores.

Para além da preocupação da CGTP-IN com o divisionismo no seio do Movimento Sindical, apontando o “divisionismo como um instrumento do imperialismo”, e ressaltando as suas ações e ligações no plano internacional e “as fabulosas ajudas que lhe chegam do estrangeiro”, a UGT é ainda acusada de “não ser um projeto sindical mas sim um projeto político que navega ao sabor da conjuntura”²². No congresso seguinte, a Intersindical preocupou-se mais com a recuperação do comércio internacional e com a expansão desse comércio permitida pelo progresso e desenvolvimento tecnológicos, o que foi devidamente ressaltado no seu documento do VI Congresso. A expansão do comércio internacional só foi permitida porque o progresso tecnológico possibilitou o aparecimento dum novo conjunto de atividades económicas extremamente rentáveis, dando como exemplo a informática e a eletrónica. Para esta central, o progresso tecnológico estava intimamente ligado à internacionalização da economia e era muito importante um esforço coordenado a nível da investigação e desenvolvimento tecnológico, no plano da formação e especialização de quadros técnicos e dos restantes trabalhadores. Foram ainda defendidas as possibilidades de

²² CGTP-IN (1986) “Do Bloco Central ao Governo do PSD, A situação do país, a luta dos trabalhadores, a organização sindical” in *V Congresso Relatório de Atividades*, Lisboa, CGTP, pp. 132-133.

cooperação entre empresas e universidades previstas pelos programas comunitários. A lógica da internacionalização e da inovação iria conduzir a um desmembramento das grandes empresas e do trabalho em série (taylorista) e a uma maior especialização dos trabalhadores, o que vinha a favor dos valores e crenças da CGTP-IN.

Na lógica do comportamento da Intersindical anterior à adesão europeia, era necessário e imperioso que se acabasse com o divisionismo em nome “da democracia sindical”, contra a UGT e tornava-se indispensável a eliminação de uma gestão anárquica, substituindo-a por técnicas de gestão e administração de há muito preconizada em diversos documentos de orientação da CGTP-IN. Foi, por isso, que se advogou a necessidade de haver mais formação profissional e a introdução de técnicas, e mais reestruturação de serviços, adaptando-os à luta sindical.

Para a CGTP-IN tornava-se já muito claro a individualização das relações laborais que iriam produzir alterações na composição da classe operária. O capitalismo popular em 1987 caía em desgraça, uma vez que a crise dos mercados de capitais afetava países como a França e a Inglaterra.

Neste VI Congresso foi reconhecido que se vivia num mundo cada vez mais interdependente e que a humanidade caminhava para um beco sem saída. Tendo decorrido no início do período de adesão às comunidades europeias, foram dados vários alertas. A Integração europeia ia trazer muitas consequências no plano político e constitucional, de modo a instalar e consolidar “o poder do patronato na sociedade portuguesa”. Contudo, no plano económico não se faziam previsões sobre o impacto negativo em muitos setores de atividade, apesar de se reconhecerem reais riscos e perigos para a nossa economia.²³

A falta de transparência e de clareza nas questões comunitárias em que o Governo concorreu foi reconhecido pela Intersindical por poder implicar resultados negativos na mobilização dos agentes económicos e sociais.

A aplicação dos fundos comunitários em Portugal defrontou-se com diversas dificuldades relativamente à inexistência de um projeto de desenvolvimento nacional económico e social; indefinições nas políticas agrícolas, industriais e na formação profissional e na aplicação dos fundos comunitários; falta de informação e transparência na aplicação dos fundos, resultando no desconhecimento entre os agentes económicos e sociais. Contudo, devido a condicionamentos internos orçamentais, a CGTP-IN defendia o aumento dos fundos comunitários como necessidade imperiosa, de modo a criar condições para uma efetiva coesão

²³ CGTP-IN (1989), *Relatório de Atividades*, 6º Congresso, Lisboa, pp. 28-33.

económica e social. A falta de muitos programas em Portugal e a necessidade de reforço de ações no domínio de higiene e segurança no trabalho, foram fatores que na opinião da Intersindical podiam contribuir para a rápida aprovação da CEE.

Nalguns pontos do programa do VI Congresso, a CGTP-IN preconizou a organização de seminários e colóquios sobre as políticas comunitárias para informar os trabalhadores portugueses sobre as consequências da adesão europeia. Apesar de tudo, foi defendido o regime democrático, sabendo-se como se sabe que nesta altura a Intersindical estava ainda sob a tutela do partido comunista e a coberto da influência da Rússia. A preocupação maior era a de defender uma política democrática de desenvolvimento e progresso social, pelo direito ao trabalho e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Neste congresso foi criticado que, embora Portugal possuísse necessidades enormes, não se preparou para utilizar os apoios do Fundo Social Europeu (FSE) na qualificação da força de trabalho indispensável ao desenvolvimento económico e social do país. Foi ainda ressaltado que se tivessem sido construídos os centros de formação que a Comunidade Europeia previa com a ajuda da pré-adesão (verbas essas que não chegaram a ser gastas), o benefício teria sido imenso para o país.

A Intersindical defendeu o poder de compra dos trabalhadores, a melhoria do salário mínimo, a liberdade de negociação coletiva, o aumento e estabilidade do emprego e a atualização das prestações de segurança social, a redução de duração semanal de trabalho para 40 horas, e o aumento das despesas do Estado com a educação, saúde, transportes e habitação, mas sem sucesso. A CGTP-IN uniu-se pela primeira vez à UGT na luta contra o acordo de negociação coletiva. No último trimestre da 1988, esta central chegou mesmo a negociar com o Governo uma proposta global sobre a política de rendimentos e a redução do trabalho semanal para as 40 horas desejadas. Contudo, a UGT foi acusada em 1989 de prosseguir a política de moderação de salários e de entendimento com o Governo²⁴.

Apesar de todos os contratemplos, obstáculos e falhanços, o balanço geral da atividade desenvolvida pela CGTP-IN foi considerado positivo. Foram ainda desenvolvidos esforços por esta central no plano da cultura, tempos livres, desporto, meio ambiente e defesa dos consumidores.

A Intersindical começou a mostrar, a partir deste VI Congresso (1986-1989), muito interesse pela cena internacional e a desenvolver uma política de aproximação a outras centrais sindicais internacionais, coisa que até ali não a preocupava. No plano externo, acompanhou os avanços no sentido do desarmamento marcado pelos tratados assinados entre

²⁴ CGTP-IN (1989), *Relatório de Atividades*, 6º Congresso, Lisboa, pp. 28-33.

a URSS e os Estados Unidos; a resolução de alguns dos mais graves conflitos regionais; a valorização do papel da ONU e das suas organizações especializada, privilegiados na resolução de conflitos entre os Estados. A Intersindical reconheceu ainda o papel cada vez mais forte da internacionalização da economia e da influência de empresas transnacionais. Foi preconizado utilizar mais coordenação e eficácia na luta dos trabalhadores. Foram ainda declarados os esforços de manter e desenvolver a cooperação com muitas organizações sindicais mundiais, tais como as organizações sindicais africanas e de língua portuguesa e de países socialistas.

No seu programa do VI Congresso, a CGTP-IN defendeu ainda os interesses nacionais junto das instâncias comunitárias. Ressalta-se ainda a Ação Sindical realizada junto das comissões de trabalhadores e o estatuto das mulheres trabalhadoras, mal pago e pouco recompensado naquela época.

Conclui-se, portanto, que existiu um progresso nos pontos de interesse do V (1983-1986) para o VI Congresso da Intersindical, notando-se que a UGT deixa de ser o “maior inimigo” e o divisionismo no movimento sindical português não parece tão inquietante. O que mais preocupa a CGTP são os fundos comunitários, advogando por esse motivo um melhor programa de aplicação desses fundos e inclinando-se para a aplicação de fundos na formação profissional de trabalhadores.

iii. Integração da CGTP-IN na CES

As relações internacionais das centrais portuguesas demonstram bem o seu posicionamento político²⁵. A Intersindical, como única central sindical existente à data da Revolução, teve todo o seu domínio intocável até à constituição da UGT, o que lhe serviu para desenvolver contatos oficiais com todas as grandes correntes sindicais de importância à escala mundial. O seu comportamento político nos anos a seguir à Revolução, a crescente supremacia dos comunistas no seu interior, o progressivo afastamento de outras tendências com destaque para os socialistas, o alinhamento sistemático com as táticas do Partido Comunista, em ligação com a criação em 1978 da UGT, modificaram completamente a sua posição e crédito no xadrez internacional. Por outro lado, o bloqueio do diálogo sindical ao nível internacional e o aparecimento de determinados acontecimentos da vida política mundial impulsionaram a

²⁵ Castanheira, José P. (1985), “Os sindicatos e a vida política”, in *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89)-3º, 5º, Lisboa, ICS, pp. 801-818.

CGTP a um alinhamento com o bloco soviético, em quem descobria maiores afinidades ideológicas e políticas. Por isso, integrou-se na Federação Sindical Mundial (FSM), com sede em Praga, estreitamente ligada ao bloco soviético anterior à Queda do Muro de Berlim²⁶.

Por outro lado, esta central uniu o espaço de influência limitado pela criação da UGT, ativamente apoiada no plano internacional pela Internacional Socialista através do Partido Socialista. O alinhamento com a FSM acabaria por se tornar indispensável no movimento operário europeu e não só, pelo aparecimento do *Solidarnosc* (Solidariedade) na Polónia e posterior ilegalização pelo regime socialista, acompanhado pela repressão aos seus dirigentes e militantes. Colocada perante esta questão crucial, a CGTP, que antes recusara condenar a intervenção soviética no Afeganistão, não hesitou em justificar o golpe de Estado chefiado por Jeruzelski. Esta posição veio a desencadear futuras consequências. Formalmente independente em relação às três organizações sindicais de âmbito mundial, é um facto que a CGTP, ao nível das suas estruturas, manteve relações privilegiadas com a FSM e em especial com os sindicatos de Leste, com os quais não são conhecidas desacordos de importância. Vale a pena acrescentar que num plano estritamente sindical, a intransigência profunda demonstrada nas conferências da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em relação à UGT, repetindo-se anualmente, não abonou nada a seu favor. A sua situação em 1985, em vésperas da Integração na Comunidade Europeia, era a seguinte:

1 - Inexistência de relações institucionais com a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL) com sede em Bruxelas, e que agrupava a esmagadora maioria das centrais sindicais do chamado “mundo livre”. Apenas mantinha relações com algumas organizações nacionais aderentes da CISL, quer porque ainda se mostravam cétricas em relação à UGT, quer porque perfilhavam uma política de bom entendimento com todas as organizações sindicais, independentemente da sua orientação, devido à influência de uma certa tendência comunista no seu interior.

2 – Situação de dificuldades crescentes para com a Confederação Mundial do Trabalho (CMT), de raiz católica, para o que também contribuiu a sua recente viragem para posições mais aproximadas da CISL.

3 - Mesmo em relação às centrais comunistas da Europa ocidental, a CGTP não desfrutava de apoios significativos com exceção da CGT francesa, com quem mantinha as melhores relações desde sempre e a quem considerava como modelo.

²⁶ Castanheira, José P. (1985), “Os sindicatos e a vida política”, in *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89)-3º, 5º, Lisboa, ICS, pp. 801-818.

4 - No seio das centrais nacionais não filiadas, a CGTP mantinha boas relações mas era inegável o à-vontade com que se movimentava no meio dos sindicatos autónomos do chamado Terceiro Mundo, devendo ter-se em conta a influência destes sindicatos na FSM.

5 - O isolamento da CGTP no plano europeu foi comprovado pela recusa do seu pedido de filiação na Confederação Europeia de Sindicatos (CES) que era e é, sem dúvida, a mais poderosa e pluralista organização de âmbito europeu. Este facto resultou da maior importância no panorama sindical europeu em vésperas da adesão à Comunidade Europeia, de quem a CES era um parceiro efetivo.

Os obstáculos que a CGTP-IN encontrou na sua filiação foram, segundo Hermes Costa²⁷, o veto da UGT. Contudo, Florival Lança afirmava que não havia intenção e vontade da CGTP de se afiliar nas principais centrais sindicais mundiais: FSM, CISL e CMT.

Durante mais de uma década, a UGT fez-se valer do “uso do direito de veto” para impedir a entrada na CES. O direito ao veto constituía uma prática utilizada desde 1979 pelo Comité Executivo respeitante à importância de atribuir uma opinião sobre os pedidos de filiação que viessem de outras centrais sindicais do mesmo país. Este direito ao veto foi sempre uma prática ou recurso informal utilizado pelas organizações que já eram membros do CES. O veto tornou-se um hábito das organizações federais da CISL, de onde nasceu a CES, como foi o caso da Federação Internacional de Empregados, de Técnicos e de Quadros (FIET), onde “constituía uma prática respeitada e era uma escola²⁸”.

Durante anos, a UGT impediu a entrada da CGTP no CES e reproduziu no exterior os confrontos internos com esta central sindical, suscitando juízos menos favoráveis. As facilidades de que a UGT gozou, por outro lado, desde a sua entrada na CISL e no CES, organizações com as quais a Intersindical não tinha afinidades do ponto de vista ideológico, foram muito fortes. Os apoios internacionais surgiram e ajudaram no crescimento e consolidação da CGTP. Além disso, a UGT “... teve necessidade de combater aqui no país a CGTP...”, nas palavras de um membro do Secretariado Nacional da UGT e da Direção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, numa entrevista dada ao Professor Hermes A. Costa:

²⁷ Costa, Hermes Augusto (2004), *A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual*, Coimbra, Faculdade de Económicas, pp. 4-18.

²⁸ Costa, Hermes A. (2004), *A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual*, apresentado num seminário internacional, realizado em Oxford. Entrevista realizada a um membro do Secretariado Nacional da UGT, em Junho de 1996. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/208/208.pdf>

“... Além disso, o terreno estava preparado para nós, com um grande apoio dos alemães, de todos os nórdicos, dos espanhóis, franceses e dos italianos...”.

No início dos anos oitenta, a CES recusou o primeiro pedido de filiação da CGTP formulado em 1979, pelo mesmo não respeitar os critérios de filiação estipulados pelo Comité Executivo da CES. Os critérios considerados fundamentais eram essencialmente possuir autonomia partidária e estatal; possuir estatutos democráticos; e ter um compromisso com os princípios de sindicalismo livre, democrático e independente, defendidos por esta organização. Os critérios organizacionais diziam respeito a ser representativo no país de origem, representar trabalhadores de diferentes categorias e setores de atividade. O respeito pelos estatutos constituía uma prática política do CES. A disponibilidade para cooperar a nível europeu e o respeito pela opinião que as confederações já filiadas na CES emitiam sobre as organizações do seu país que pretendiam filiar-se eram muito levadas em conta. Nos termos apresentados pela própria CES, foi deixado claro a oposição à integração da CGTP nesta entidade:

“... considerando as vossas conceções fundamentais da sociedade, o papel dos sindicatos nesta sociedade e a vossa prática política, o Comité Executivo constata que no momento atual vocês não respondem aos critérios que ele fixou. Em consequência, é de opinião que uma adesão da vossa organização causaria mais danos à coesão interna do que traria um reforço para o impacto político da CES...”²⁹.

Numa entrevista realizada em Bruxelas, no dia 2 de Fevereiro de 1998, o professor Hermes Costa entrevistou um secretário-geral adjunto da CES, e com ele falou sobre a atitude anti-europeísta da CGTP que era incompatível com o projeto de integração defendido pela CES:

“A razão principal em recusar a CGTP era a sua atitude perante a Europa... Os sindicatos que são contra a União Europeia dificilmente podem aderir à CES... Não se pode aceitar um sindicato que é contra a Comunidade Europeia, não se pode admitir um sindicato que é contra o cimento da CES...”.

Estas foram as suas palavras.

A falta de condições democráticas que existia no seio da CGTP-IN fez com que fosse elaborado uma das publicações do Instituto Sindical Europeu (ISE), referindo-se à falta de

²⁹ Costa, Hermes A. (2004), *A UGT e a CGTP perante a integração europeia: A confirmação de um sindicalismo dual*, seminário internacional realizado em Oxford. Referência de uma carta de Mathias Hinterscheid enviada à CGTP.

relações institucionais entre a UGT e a CGTP-IN, uma vez que esta central persistia em afirmar-se como central única. Contudo, a UGT propôs várias vezes à sua oponente a organização de discussões que poderiam levar pelo menos certos níveis a uma unidade de ação³⁰. Embora pretendesse transmitir uma imagem global do panorama sindical vivido em Portugal no final da década de oitenta, a brochura do ISE acabava por revelar-se analiticamente seletiva, referindo-se que os órgãos da direção da CGTP eram na sua maioria militantes do PCP. Numa das publicações do ISE em 1988 lia-se que: “o radicalismo operário que caracterizou a CGTP após o 25 de Abril de 1974 foi traduzido numa redução brutal do leque salarial e em dificuldades de expressão pelos grupos minoritários dentro desta central”.

Num livro que Juan Moreno escreveu, discutindo a relação da CES com as centrais sindicais de orientação comunista, em que abordava essencialmente as *Comisiones Obreras* de Espanha, a *Confédération Generale du Travail*, a CGT francesa, sustentou que houve quase um consenso geral quanto à filiação na CES. Apenas existiram alguns sindicalistas comunistas a referirem que a organização não possuía “princípios de classe”³¹.

Para Hermes Costa, a filiação da CGTP na CES ao estar grandemente condicionada pela disponibilidade da linha comunista na central não se baseou num consenso forte, uma vez que aquela linha política dominante na CGTP foi sempre a que apresentou mais oposição.

iv. Fatores que ajudaram à integração da CGTP-IN na CES

Em Dezembro de 1994, o Comité Executivo da CES aprovou a filiação da CGTP. Os motivos apresentados nos dois pedidos formais de filiação, o primeiro em 1979 e o segundo em 1992, estavam relacionados em “questões nacionais”: a representatividade; a luta histórica contra o fascismo; a construção e consolidação da democracia; a defesa de interesses e de valores humanos dos trabalhadores; a participação em instâncias estatais de diálogo social, etc.

Contudo, depois de uma análise concluiu-se que os verdadeiros motivos para a adesão da CGTP à CES baseiam-se em “fatores externos” e não “internos”, uma vez que as “posições

³⁰ ISE, publicação de 1988, p. 54.

³¹ Moreno, Juan (2001), *Trade Unions without frontiers: the communist-oriented trade unions and the ETUC*. Bruxelas, ETUI, p. 221.

da CGTP partiram não de fatores nacionais mas sim de fatores internacionais, fatores esses evidenciados numa entrevista³².

A adesão à CEE, a queda do Bloco de Leste, o fim de oposição à filiação movida pela UGT, o início de um relacionamento mais regular e cordial com a fundação Friedrich Ebert, ou ainda “o efeito de arrastamento provocado pela filiação das *Comisiones Obreras* na CES”, foram os fatores que mais contribuíram, alguns dos quais sobrevieram nos anos oitenta e outros nos anos noventa.

Em nenhum momento, apesar de muitas vezes não o parecer, a CGTP-IN pretendeu ficar afastada do processo de adesão à Comunidade Europeia. Em meados dos anos oitenta, já a CGTP parecia recear que se perdesse o “comboio europeu” ficava de alguma forma afastada do diálogo social, que era suscetível de estimular a unidade de ação dos trabalhadores e dos sindicatos a nível europeu. Por outro lado, a centralidade da influência da Comunidade Europeia na vida económica, financeira e política nacionais, em particular, no acesso aos fundos estruturais, não deixava ninguém indiferente. Mesmo que não estivesse *com* a Europa, não podia deixar de estar *na* Europa, pois era aí que residia a solução dos seus problemas. O afastamento dos mecanismos decisórios nos domínios económico, social, financeiro e político, o enfraquecimento ou até a ausência de diálogo social, deixavam um grande vazio às necessidades da CGTP, fato esse lembrado por Carvalho de Silva aquando da aprovação desta central na CES:

“a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia veio relançar os debates para a filiação da CGTP-IN”.

Outro fator que contribuiu foi a maior predisposição da Fundação Friedrich Ebert para cooperar com a CGTP. Na opinião de um fundador da CGTP de tendência socialista, em Castanheira de Pera, em 1996, a relação com esta Fundação:

“era impensável até porque ocorria dentro da corrente comunista deste central é que eles eram uns grandes bandidos, uns grandes inimigos, bandidos entre aspas, mas eram uns grandes inimigos, os grandes adversários, e de facto, foi através dos dinheiros da Fundação Ebert que se conseguiu a UGT”.

Outro fator que contribuiu de modo importante para esta situação foi o fim do bloqueio da UGT. O bloqueio imposto a esta central sindical fez com que se mostrasse mais acutilante na sua projeção de imagem para o estrangeiro. Com o fim do veto da UGT, a

³² Membro do Secretariado Nacional da CGTP/ tendência socialista em entrevista realizada em 29/07/1996 em Castanheira de Pera, cit. In Hermes Costa, (2004) *A UGT e a CGTP perante a integração europeia*, Coimbra, pp. 14.

Intersindical encontrava condições de adesão irreversíveis. Numa entrevista³³, foi declarado que: “a autorização da UGT foi um elemento determinante no processo”.

Para Juan Moreno³⁴, a filiação das *Comisiones Obreras* espanholas na CES, em Dezembro de 1994, ajudou a conferir sucesso à filiação da CGT francesa em Março de 1999, se bem que fossem três processos de filiação distintos. Na opinião de Hermes Costa, esta dinâmica de aproximação progressiva dos sindicatos de orientação comunista à CES não poderia desligar-se das transformações resultantes do “Bloco de Leste”.

De igual modo, a aceitação da CGTP pela CES esteve ligada a questões nacionais relacionadas com a representatividade; a luta histórica contra o fascismo; a construção e consolidação da democracia; a defesa dos interesses e dos valores humanitários dos trabalhadores; a participação em instâncias estatais de diálogo social, etc. Contudo, é referido que os verdadeiros motivos de adesão à CES estiveram limitados a fatores exteriores, uma vez que não houve um interesse forte das chefias do partido comunista, e os fatores foram essencialmente internacionais em lugar de nacionais. A adesão à CEE; a queda do Bloco de Leste; o fim da oposição à filiação por parte da UGT; o início de um relacionamento mais regular e cordial com a Fundação Friedrich Ebert; ou ainda o efeito de “arrastamento” provocado pela filiação das *Comisiones Obreras* na CES, constituíram os fatores mais influentes na década de noventa³⁵.

A CGTP estava interessada em não perder o comboio do diálogo social europeu que poderia implicar a unidade de ação dos trabalhadores e sindicatos a nível da Europa. Pretendia não permanecer arredada dos mecanismos decisórios nos planos económico, político e financeiro, apesar de, no plano sindical a nível interno, não encontrar satisfação.

Do ponto de vista da CES, as principais razões para aceitar a CGTP foram: a queda do Bloco de Leste; o fim da oposição e as “recomendações” da Comissão Europeia e o apoio de algumas pessoas da CES.

³³ Entrevista em 20/02/1998 com o secretário-geral adjunto da CES, cit. in Hermes Costa, *A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual*, Coimbra, pp. 14-18. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/208/208.pdf>

³⁴ Moreno, Juan (2001), *Trade Unions without frontiers: the communist-oriented trade unions and the ETUC*. Bruxelas: ETUI, p. 22.

³⁵ Costa, Hermes A. (2004) “A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual”, in *Trade Union attitudes towards European integration: a comparative perspective*, Oxford, p.16.

A CES é uma confederação sindical de carácter geral mais representativa a nível europeu³⁶.

A aceitação da Intersindical pela CES teve igualmente a ver com o envolvimento de alguns protagonistas, como foi o caso de Emilio Gabaglio, cuja entrada para Secretário-Geral da CES foi indiscutivelmente um fator favorável. O próprio Manuel Carvalho da Silva, em 15 de Dezembro de 1994, fazia-lhe referência, salientando que Emilio Gabaglio, desde a sua eleição, tratara esta questão de uma maneira mais favorável, contribuindo para um melhor entendimento entre todos os intervenientes do movimento sindical.

Para além da demorada integração no “sindicalismo europeu”, desempenhado pela CES, a posição da CGTP face às outras organizações do sindicalismo europeu, as Federações Sindicais Europeias (FSEs) e os Conselhos de Empresa Europeus (CEEs), não foi muito mais eficaz. Dez anos após a sua filiação na CES, a filiação das estruturas setoriais da CGTP nas estruturas setoriais foi igualmente lenta. Das treze federações filiadas na CGTP, apenas menos de metade se encontram filiadas nas FSEs da CES. Por outro lado, a Intersindical adotou alguma prudência e desconfiança face aos CEEs, admitindo que a sua posição dificilmente seria arbitrária nos processos de reestruturação empresarial. Para muitos dirigentes da CGTP, os CEEs não constituíram uma grande conquista do movimento sindical europeu e não se mostraram uma prioridade de ação direta.³⁷

v. Fase de pós-inserção na CES

Quando foi admitida na CES, a Intersindical achava que existiria daí para a frente uma intervenção direta do movimento sindical português no contexto das instituições comunitárias e europeias, e a possibilidade de intervir na organização dos trabalhadores das empresas multinacionais³⁸.

Apesar disso, no período pós-inserção na CES veio a confirmar-se a incompatibilidade entre as duas organizações. No VIII Congresso da CES, em 1995, a resolução política aí adotada esteve na base de um voto negativo explícito da parte da CGTP. Florival Lança, o

³⁶ Comissão Europeia, 1993, Bruxelas, p.18.

³⁷ Responsável da CGTP/ Departamento “CEEs” em entrevista a 6 de Junho de 2002 em Lisboa, na Sede da CGTP, p. 8, cit. in Hermes Costa, *A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual*, Coimbra, Faculdade de Económicas, pp. 14-18. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/208/208.pdf>

³⁸ Lança, Florival, (1994), “Filiação na CES beneficia trabalhadores portugueses”, *A Capital* (22 de Dezembro).

secretário de assuntos internacionais, justificou depois que não podiam votar a favor de um texto apresentado no Congresso em que existia uma lógica federalista e uma Europa a várias velocidades, pois isso não era coerente nem fazia sentido. Deste modo, a construção da comunidade europeia aparecia debilitada aos olhos dos trabalhadores e dos cidadãos, sem ter em consideração as diferentes realidades culturais, valores e sensibilidades dos diversos países que a compõem. A uma Europa a várias velocidades não pode corresponder um conceito de uma União Europeia e, por isso, para a CGTP não era viável. No entender da CES existia uma necessidade de uma mão-de-obra flexível de modo a adaptar-se às necessidades do mercado laboral. Contudo, o problema da flexibilidade, quer do ponto de vista funcional quer do tempo de trabalho, obrigatória e universalista, foi simplesmente recusada pela CGTP³⁹.

No IX Congresso da CES em 1999, apesar de afastado o voto negativo, a Intersindical conservou uma posição de abstencionismo e crítica face ao documento político, sublinhando que era importante criticar abertamente com vigor e clareza o modelo neoliberal que estava a predominar na construção europeia, uma vez que as políticas sociais não iriam ser eficazes num enquadramento de políticas económicas desajustadas das realidades dos trabalhadores e dos povos. Foi deste modo que a CGTP mostrou as suas discordâncias da visão federalista que o documento da CES apresentou sobre política sindical nesse congresso.

Nos finais dos anos oitenta, a queda do Bloco de Leste surgia como um facto político mundial capaz de confrontar as estratégias das organizações sindicais de orientação comunista com novos desafios de intervenção e com novos atores sindicais.

Foi considerado o mundo ocidental e, em particular, a Comunidade Europeia como geradores de contradições de classe, desemprego, pobreza, marginalidade, miséria, violência e criadores de uma dívida externa cada vez mais volumosa dos países do Terceiro Mundo. A opinião da CGTP foi alertada para os reais riscos do projeto de transformação do país visando o caminho do socialismo. A preocupação estava relacionada com a economia, as potencialidades de desenvolvimento internas e a própria soberania nacional. O lema “Por um Portugal Democrático, Desenvolvido, Solidário e Soberano” tornou-se a “defesa da soberania nacional e a recusa de reconhecimento da supranacionalidade imposta pelos monopólios no intuito de preservar a independência orgânica e a política de classe dos trabalhadores”. Ainda hoje os fatores ideológicos interferem no relacionamento entre a CES e a Intersindical, persistindo esta última numa posição crítica e defensiva. No plano interno, a CGTP lançou um

³⁹ Secretário internacional da CGTP em entrevista a 28/03/1996, na sede da CGTP, em Lisboa.

alerta para a sociedade portuguesa sobre o tema “CEE e o Mercado Interno”, mostrando os perigos resultantes de uma adesão à Comunidade Europeia, em que os desafios e as implicações se consideravam muito complexas e preocupantes ligadas à economia. A soberania nacional e as potencialidades de desenvolvimento frente aos outros estados-membros da União estavam a ser postas em causa, devido aos riscos e perigos sobre a independência económica do país. O mercado interno ia ser confrontado com empresas muito maiores e mais competitivas, explorando as economias de escala e a redução de custos de produção a nível interno.

No congresso seguinte, em 1993, a CGTP persistiu na sua avaliação crítica do processo de construção europeia apelidando-o de “secreto, classista, elitista e antidemocrático” e rodeado por demasiadas iniciativas transnacionais⁴⁰. Foi defendido que as decisões emanadas dos órgãos comunitários não deviam pôr em causa os valores soberanos das instituições nacionais frente à possível atribuição de poderes políticos à União Europeia. Existia uma forte oposição a critérios de uma União Económica e Monetária, enquadrados numa lógica monetarista sem ter em conta as diferenças e os valores de cada Estado-membro e uma democratização das instituições europeias ao guiarem-se por uma Europa a várias velocidades, o que não podia produzir uma verdadeira união europeia. Lamentava-se a deficiente utilização dos fundos comunitários e criticava-se o Tratado de Maastricht por não ser um verdadeiro tratado europeu dos trabalhadores. A CGTP criticou igualmente o especial impacto sobre a deslocação dos trabalhadores e a solidariedade operária internacional, os acordos de Schengen por considerar que “instituem medidas policiais e persecutórias em vez de regras baseadas na solidariedade, tolerância e cooperação para com os países e povos não comunitários”⁴¹. Contudo, no quadro europeu a Intersindical num espaço de reflexão dedicado à CES, não lhe deixou de recordar a responsabilidade no combate ao racismo e à xenofobia e a necessidade de se abrirem portas aos trabalhadores de Leste, de modo a representar uma organização interna mais pluralista. Como foi defendido por Emilio Gabaglio, a Integração europeia deixou de ser rejeitada pelas organizações sindicais de orientação comunista e passou a ser vista como um facto económico e político⁴².

No VIII Congresso da CGTP, o passo mais importante foi a inclusão no Programa de Ação da Central, relacionado com a “negociação europeia” que tinha a ver com a crescente

⁴⁰ CGTP, 1993, Congresso da CGTP, Lisboa, CGTP, p. 19.

⁴¹ CGTP, 1993, Congresso da CGTP, Lisboa, p. 108.

⁴² Gabaglio, Emilio, (2001), “Foreword D” in J. Moreno, *Trade Unions without Frontiers: the Communist-Oriented Trade Unions and the ETUC*. Bruxelas, ETUI, pp. 9-11.

dimensão europeia de empresas, suscitando o aprofundamento do processo de negociação coletiva à escala europeia. Deste modo, à escala nacional “a ação reivindicativa passou a sobrepor-se à opção por estratégias de negociação que desvalorizassem o conflito de classes”⁴³. No Programa de Ação do VIII Congresso foi criticado o modo como se processou a negociação da adesão de Portugal à Comunidade Europeia por ser um país menos desenvolvido e mais dependente do que os outros Estados-membros europeus. Portugal deveria ter negociado o Tratado de Adesão de forma a salvaguardar o tempo necessário para que a agricultura, as pescas, a indústria e os serviços se pudessem adaptar, modernizar e reestruturar de modo a enfrentar maior concorrência, tanto dos países-membros da Comunidade como dos países com quem a Comunidade tinha relações privilegiadas⁴⁴. Foi ainda ressaltada a ideia de que nem tudo o que vinha da Europa era moderno e inevitável. Na opinião da CGTP, a União Europeia estava subordinada aos interesses dos monopólios interessados em assegurar uma base alargada no processo de acumulação capitalista⁴⁵.

No projeto de União Europeia Monetária e de coesão económica e social, subsistiam as críticas à lógica monetária e ao projeto de constituição de Bancos Centrais Europeus e à deficiente utilização dos fundos e programas comunitários. Os critérios de convergência nominal eram considerados “absurdos e despropositados”, uma vez que colocavam a economia portuguesa na mesma posição que a da Alemanha e da França⁴⁶.

A CGTP não subscreveu o Acordo de Concertação Estratégica (ACE) que foi assinado pelo Governo e por outros parceiros sociais e patronais e pela central sindical da UGT devido à sujeição aos critérios de Maastricht e por subordinar-se a uma cultura empresarial apenas inclinada em resolver os problemas de competitividade empresarial à custa de mão-de-obra barata e pouco qualificada⁴⁷.

No IX Congresso da CGTP-IN, em 1999, esta central sindical voltou a uma posição crítica à União Económica Monetária (UEM), realçando a perda de soberania do país ligada ao euro, sujeito a transferência de fatias significativas de soberania nacional para as instâncias

⁴³ Silva, Manuel Carvalho da (1995), “Sindicalismo e os novos caminhos da sociedade” in *Vértice*, 68, pp. 95-97.

⁴⁴ CGTP (1996). *Programa de Ação. VIII Congresso*, Lisboa, CGTP, p. 102.

⁴⁵ CGTP (1996), *Programa de Ação, VIII Congresso*, Lisboa, CGTP, p.102.

⁴⁶ Lança, Florival (1994), “Filiação na CES beneficia trabalhadores portugueses” in *A Capital* de 22 de Dezembro.

⁴⁷ Silva, Manuel Carvalho da (2000), *Ação sindical: Transformação e desenvolvimento*. Porto: Campo das Letras.

comunitárias. Devido a este facto, seria permitido um projeto de uma Europa a várias velocidades que os trabalhadores não poderiam aceitar⁴⁸.

A posição da Intersindical defendia que o projeto de coesão económica e social devia fornecer um acompanhamento claro e sistemático do impacto e dos resultados dos fundos estruturais e dos programas e iniciativas comunitárias. Se assim não fosse, todo o programa estaria condenado ao fracasso.

Os três desafios contidos no modelo social estavam assinalados como:

1 - “saber até que ponto o modelo poderia resistir à desregulamentação do neoliberalismo e encontrar novos equilíbrios no mercado de trabalho”.

2 - “responder a muitas das incógnitas que o alargamento da Comunidade iria suscitar devido à resultante falta de coesão económica e social”⁴⁹.

3 - “realizar com sucesso o combate à rutura de solidariedade, nomeadamente entre gerações, entre empregados e desempregados, entre homens e mulheres, entre pessoas ativas e reformadas, entre maiorias e minorias, entre incluídos e excluídos”⁵⁰.

O novo alerta que a CGTP lançou foi sobre o perigo que o Modelo Social e a Europa Social estavam a correr devido ao alargamento da União Europeia, em que novos Estados-membros aprofundariam as diferenças entre países devido aos seus salários mais baixos comparativamente à média europeia, incentivando a deslocalização de empresas para fora das fronteiras europeias. Os fossos que daí adviriam iam fazer com que os países mais desenvolvidos dominassem os mercados dos países dos mais pobres, em especial da Europa de Leste, o que acentuaria a posição de Portugal como país periférico em relação ao centro mais desenvolvido. Por esse motivo, a Intersindical reconheceu que as Grandes Opções de Política Económica assentavam numa conceção liberal, ao basearem-se em políticas orçamentais e salariais restritivas, e repudiava a política monetária seguida pelo Banco Central Europeu, instituição a que não podia reconhecer responsabilidade democrática, que procurava a estabilidade de preços e de combate à inflação à custa do crescimento económico, desprezando o emprego. Para os dirigentes da CGTP, foi condenável que a França e a Alemanha tivessem decidido não respeitar o Pacto de Estabilidade e Crescimento, alegando a defesa de interesses nacionais e tornando muito clara a existência de uma Europa a várias velocidades e com dois pesos e duas medidas.

⁴⁸ CGTP (1999c), *Programa de ação e resoluções. IX Congresso*. Lisboa, CGTP, p. 92.

⁴⁹ Silva, Manuel Carvalho da (2000), *Ação sindical: transformação e desenvolvimento*, Porto, Campo das Letras, p. 254.

⁵⁰ CGTP (1999c), *Programa de Ação e resoluções. IX Congresso*. Lisboa, CGTP, p. 47.

Em conclusão, a CGTP demonstrou a sua rejeição pela linha federalista da União Europeia e assumiu sempre a defesa da soberania nacional, acusando este modelo de agressão ao modelo social e defendendo os trabalhadores. A Intersindical é crítica dos caminhos da União Europeia e não da existência da Comunidade Europeia, o que parece um avanço relativamente às suas posições anteriores à Queda do Bloco de Leste e à entrada na CES. Mesmo assim, regista-se um grande avanço das suas posições depois da adesão de Portugal à Comunidade, já que após um processo lento foi-se integrando e adaptando a pouco-e-pouco às diretivas da CES. Contudo, as posições da Intersindical contra o modelo europeu não foram isoladas, pois um estudioso do Sindicalismo dirigiu-as igualmente à Comunidade Económica Europeia. Richard Hyman⁵¹ sublinha as contingências políticas nas visões rivais da Europeização, e parece que a União Europeia sente a falta de um Governo no verdadeiro sentido da palavra. Em vez disso, possui uma governança e apresenta incertezas de quem faz o quê, com quem e para quem, e com isso falha na aplicação de soluções eficientes para os seus problemas⁵².

Tendo uma opinião semelhante, Andreas Bieler⁵³ declara que a União Europeia dirigiu-se decisivamente no caminho mais transnacionalizado, do marketing e do sistema financeiro mais desfragmentado, baseado num enquadramento legislativo unitário⁵⁴, que acompanha os desenvolvimentos a nível global. O Tratado de Maastricht foi assinado em 1991 e, entre outras mudanças, levou o Banco Central Europeu para uma moeda única a ser administrada por uma autoridade supranacional e independente: o Banco Central Europeu. Para a União Europeia, o crescimento e o emprego são somente objetivos secundários subordinados ao preço da estabilidade.

No Mercado Interno e no Mercado da Moeda Única foi decisiva e firmemente colocado o modelo de capitalismo anglo-americano. A Integração europeia faz parte de uma fatia de processos transnacionais de neoliberalismo relacionado com a Globalização. Sabe-se que por essa razão não foi realizada uma tentativa de proteger a Comunidade Europeia das

⁵¹ Hyman, Richard, (2002), “Europeização ou erosão das relações laborais?”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº62, Lisboa, ICS, pp. 7-32.

⁵² Bulmer, S. J. (1998), “New Institutionalism and the Governance of the Single Market”, in *Journal of European Public Policy*, 5 (3), p. 366.

⁵³ Bieler, Andreas, 2006, “What future Union? The Struggle for a social Europe” in workshop *Concepts of the European Social Model*, em Vienna/ Austria, p. 9.

⁵⁴ Underhill, Geoffrey R.D. (1997) “The making of the European Financial Area: Global Market Integration and the EU Single Market for Financial Services”, in Geoffrey R.D. Underhill (ed.) *The New World in International Finance*, Basingstoke, Palgrave, pp.101-123.

consequências negativas de uma mudança estrutural global⁵⁵. E é de estranhar que os sindicatos, que procuram normalmente políticas de emprego ativo a nível europeu e nacional, tenham uma interpretação flexível do critério de convergência da Moeda Única, com alguns a desejar um critério de desemprego para demonstrar ser preciso uma ênfase mais forte no emprego e crescimento. Alguns sindicatos mencionam aumentos de salário à medida que a inflação e produtividade crescem, de modo a assegurar a procura interna, assim como uma taxa de harmonização para evitar um regime de competição dentro da União Europeia com passos adicionais. Este argumento é baseado na compreensão de que o emprego não pode ser atingido somente pela via das medidas estruturais, mas também requer gestão e criatividade.

vi. CGTP, um sindicalismo de mercado?

O Sindicalismo de Mercado é caracterizado por os sindicatos serem atores económicos que atuam no mercado de trabalho⁵⁶. As duas formas de luta reivindicativa pelo bem-estar coexistiram pendendo ora num sentido ora noutro sentido, consoante o grau de conflitualidade ou de estabilidade política, social e laboral em cada contexto⁵⁷.

O movimento operário emergiu justamente na sequência de um conjunto de convulsões que marcaram a Europa em finais do século XVIII. Foram as duas condições impostas pelo “capitalismo selvagem” do século XIX, que fizeram emergir o operariado como classe. A classe operária não surgiu como por vezes se pensa, animada fundamentalmente por objetivos progressistas, revolucionários ou emancipatórios, mas sim em boa medida, a partir de lutas desencadeadas em nome da defesa da comunidade e muitas vezes contra a inovação técnica, como foi o caso do Movimento Ludista⁵⁸.

Porém, nem a resistência dos trabalhadores à inovação e ao progresso técnico, nem a dimensão meramente reivindicativa de ação sindical exprimem a existência de um movimento

⁵⁵ Bieler, Andreas (2003) “Labour, Neo-Liberalism and the Conflict over Economics and Monetary Union: a comparative analysis of British and German trade Unions” in *German Politics*, vol. 12/2, pp. 24-44.

⁵⁶ Costa, Hermes Augusto, (2011), “O sindicalismo contemporâneo entre as tipologias e as formas de ação”, in *Estud. Sociol.*, Araquara, vol. 16, nº 31, pp. 447-474. <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/4515/3964>

⁵⁷ Thompson, E. P. (1987), *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

⁵⁸ Savage, Mike (2004), “Classe e história do Trabalho” in Claudio *et al.* *Batalha*, Cultura de Classe, Campinas, S. Paulo, Ed. De Unicamp, pp. 25-48.

social. Alain Touraine⁵⁹ afirmava: “não há movimento social enquanto os operários se opuserem à Industrialização e partirem as máquinas ou resistirem às novas técnicas... Para que se torne um movimento social é necessário que fale em nome dos valores da sociedade industrial e se torne defensor dos mesmos contra os seus próprios adversários⁶⁰. Acresce que o Sindicalismo foi desde sempre pautado pela diversidade das suas lógicas de atuação. O objetivo de conciliar a luta por melhorias salariais e de condições de trabalho com a missão de solidariedade internacional só em certas circunstâncias históricas teve algum sucesso.

As velhas palavras de ordem marxista como: “a empresa aos operários” ou “proletários de todo o mundo, uni-vos!” expressaram essa utopia operária fundada na aspiração coletiva de pôr fim à exploração e à dominação social. Mas apesar do velho *slogan* do Manifesto Comunista, tem exercido inegáveis impactos na consciência internacional e na ação concreta da classe trabalhadora. Podemos, contudo, dizer hoje que a grande narrativa da classe operária constitui em grande medida uma mistificação. Por outro lado, o Sindicalismo sempre obedeceu a multiplicidade de lógicas. Apesar de alguns teóricos clássicos do movimento sindical, como é o caso do casal S. e B. Webb⁶¹, terem acentuado acima de tudo a vertente económica e funcional dos sindicatos, o “Sindicalismo de Mercado”, que efetivamente deu lugar às modalidades mais corporativas e institucionais do Sindicalismo moderno. Existem diversas correntes que colocam antes a ênfase na ideia do Sindicalismo como movimento social, a qual é justificada pela conjugação de aspetos, como é o caso da defesa da democracia direta e a consciencialização perante problemas mais amplos de classe. Este Sindicalismo de Movimento pode assim definir-se pelos seguintes traços:

- 1- Afirmação de identidades e interesses coletivos dos trabalhadores.
- 2- A tensão entre a defesa dos interesses da classe trabalhadora e as lutas mais gerais contra a opressão.
- 3- A prioridade dada à relação normal de emprego caracterizada pelos contratos de trabalho permanente, onde a atividade grevista teve maior impacto.
- 4- A representação da classe trabalhadora no seu conjunto e a sua organização em bases nacionais e não internacionais⁶².

⁵⁹ Touraine, Alain, (1984) *Le Mouvement Ouvrier*, Paris, Ed. Fayard.

⁶⁰ Touraine, Alain (1994), *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget.

⁶¹ Webb, Sidney & Beatrice (1976), *The History of Trade Unionism*, Nova Iorque, MAS, p. 17.

⁶² Melucci, Alberto (1996), *Challenging Codes. Collective Action in the Information Age*, Cambridge, Cambridge University Press.

A edificação do *Welfare State* (Estado Social) baseou-se num novo Modelo Social, o famoso modelo “Tripartit”, contratualizado por sindicatos, patronato e Estado – que consubstanciou importantes conquistas para os trabalhadores, elevando os níveis de bem-estar material, garantindo estabilidade de emprego e oportunidade de carreira. O estímulo ao individualismo e ao consumismo a que a sociedade assistiu traduziu-se na crescente pulverização da ação coletiva, inibindo a solidariedade e a tradição de luta do movimento operário. Pode dizer-se que o mercado e o Estado se conjugaram com as estruturas sindicais na promoção de dispositivos de regulação dos conflitos e na criação de políticas sociais que ajudaram na consolidação do emprego como canal privilegiado da mobilidade social e fator de prestígio social.

Tais mudanças tiveram várias consequências, entre elas, a de alterarem significativamente o papel do Sindicalismo. A sua crescente influência no plano institucional no desenhar das grandes reformas sociais, enquanto parceiros do Estado, teve como opositor uma progressiva perda de influência junto das bases, em especial do setor operário, o qual entrou em enfraquecimento perante a rápida terciarização do emprego ⁶³.

Todo este processo de transformação deu lugar a novas lógicas de regulação hegemónica, e teve como resultado a “canibalização” das velhas bandeiras de luta do movimento operário, daí resultando o reforço da economia capitalista e a fragilização do Sindicalismo⁶⁴. Deste modo, enquanto crescia o setor terciário e a chamada “classe de serviço” correspondente à classe média assalariada, observou-se um progressivo declínio de taxas de filiação sindical, embora no funcionalismo público se tenham mantido relativamente elevadas, o que se liga ao desenvolvimento de lógicas neocorporativistas de ação por parte dos sindicatos de setores mais estáveis do emprego.

Entretanto, as profundas transformações em curso na esfera laboral refletem-se simultaneamente nas relações de trabalho e na relação com o emprego, originando diferentes formas de integração profissional e de precariedade. Durante muito tempo pensou-se que o trabalho traria satisfação baseada num equilíbrio entre o próprio trabalho e a autonomia que ele conferia; a retribuição económica obtida através do trabalho; e o reconhecimento social ou status realizado em consequência dele.

⁶³ Gorz, André (1999), *Reclaiming Work: beyond the wage-based society*, Cambridge, Polity Press.

⁶⁴ Santos, Boaventura, e Costa, Hermes (2004), “Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário” in Santos, Boaventura (Org.), *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*, Porto, Afrontamento, pp. 17-61.

Numa obra de Serge Paugam⁶⁵ analisaram-se as implicações dessas mudanças no aumento da precariedade. Enquanto esse equilíbrio se manteve foi possível garantir ao trabalhador uma integração assegurada, que correspondia a uma dupla segurança. Por um lado, a proteção social ligada a um emprego estável e a mecanismos assistenciais que garantiam proteção. Contudo, no atual cenário laboral, expandem-se três formas de “desvio” a esse modelo.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho de 1998, ao longo da década de 90 as taxas de sindicalização foram fortemente reduzidas em países como Israel (-75.7%), Nova Zelândia (-46.7%), Portugal (-44.2%), França (-31.2%), Reino Unido (-25.2%), enquanto noutros países aumentaram substancialmente, tais como na África do Sul (+126.7%), Espanha (+92.3%), Chile (+89.6%). No caso português, os últimos dados sistemáticos que se conhecem mostram que entre 1990 e 1997 a taxa de sindicalização passou de 31% para 24.3%, uma das mais baixas da União Europeia, apenas à frente da França e da Espanha⁶⁶.

Existem três formas de desvio ao Modelo de Integração assegurada:

1. Integração incerta - Satisfação no trabalho com instabilidade do emprego. Tal é o caso de empresas em dificuldades, mais ou menos condenadas à redução de efetivos ou ao encerramento.

2. Integração laboral – insatisfação no trabalho mas com estabilidade no emprego, como acontece, por exemplo, em empresas que sofreram reestruturações do sistema produtivo mas permaneceram sólidas.

3. Integração desqualificante – Insatisfação no trabalho com instabilidade do emprego, correspondendo à forma mais marcada pela precariedade profissional, como é o caso de muitas empresas multinacionais onde existe o perigo constante de “deslocalização”.

Hoje em dia, estes três desvios só não constituem um novo padrão porque entre eles permanece uma grande diferença de situações. A condição precária faz aumentar o processo de desilusão social e conduz à redução de níveis de participação cívica, associativa e política. É sobretudo entre os trabalhadores próximos da integração incerta ou da integração laboral que mais se constata o sentimento de medo perante as formas de poder despótico que proliferam nas empresas, associadas às forças da economia e do mercado. Por outro lado, os trabalhadores próximos da integração desqualificante sentem um crescente distanciamento em

⁶⁵ Paugam, Serge (2000), *Le Salarié de la Precarité*, Paris, PUF.

⁶⁶ Visser, Jelle (2004), “ Patterns and variations in European industrial relations”, in European Commission, *Industrial Relations in Europe 2004*, Brussels, Employment and Social Affairs DG.

relação à vida coletiva da empresa e as suas orientações pautam-se pela desilusão e frustração, fechando-se em si mesmos ou extrapolando esta atitude para a esfera da vida familiar. Apesar de muitos trabalhadores considerarem que os motivos de contestação são hoje em dia mais fortes do que no passado, a frustração induzida pela precariedade favorece a busca de soluções individuais a nível profissional, dificultando a ação coletiva.

Com raízes na década dos sessenta, os Novos Movimentos Sociais europeus trouxeram para a arena política formas criativas de ativismo e intervenção pública, introduzindo um novo discurso e novas e mais democráticas modalidades de organização no intuito de se demarcarem dos velhos movimentos e partidos políticos. Perante a guerra do Vietname, o espectro de uma guerra nuclear, a crise do Estado-Providência, lado a lado com uma demarcação perante a ortodoxia leninista e estalinista, sobretudo após a Primavera de Praga, expandiram-se amplos movimentos e protestos dinamizados por vários segmentos sociais mas em especial pela juventude escolarizada, propondo-se mudar radicalmente o mundo mas simultaneamente pretendendo transformar o “sistema” e o “modo de vida”^{67/68}.

Na Inglaterra do século XIX e noutros contextos mais recentes de que pode ser exemplo o caso português com a Revolução de Abril de 1974, a mobilização popular não se deveu apenas a motivações políticas e económicas nem a causas racionais, da ordem de consciência ou dos interesses, mas também, talvez sobretudo a fatores culturais identitários. E estes foram construídos a partir de estímulos discursivos dirigidos ao imaginário coletivo em nome da “boa” comunidade solidária e justa, apelando a identificação estruturada contra um adversário conotado com um passado que agrediu a dignidade que reprimiu e explorou. A identidade depende dos interesses. Mesmo a participação, a solidariedade e o prazer coletivamente partilhado correspondem ao desejo de reconstrução comunitária, quer este seja voltado para um passado nostálgico e em nome das “raízes” quer para um futuro promissor e emancipado, ou o que é o mesmo, subjetivamente vivido enquanto tal^{69/70}. Muitas revoluções e protestos sociais ao longo da História começaram por movimentos de carácter disperso e espontâneo, baseados nesse tipo de elementos⁷¹. Porém, à medida que os movimentos sociais se vão expandindo e ganhando força, e as suas lideranças se afirmam, as suas bases

⁶⁷ Eyerman, Ron e Jamison, Andrew (1991), *Social Movements. A cognitive approach*, Cambridge, Polity Press/Basil Blackwell.

⁶⁸ Touraine, Alain (1994) *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget.

⁶⁹ Tilly, Charles (1978), *From Mobilization to Revolution*, Addison/ Mass, Wesley Publ. Company.

⁷⁰ Morris, Paul (1996) “Community beyond tradition” in Heelas, Paul *et al*(eds.), *Detraditionalization*, Oxford, Blackwell, pp. 223-249.

⁷¹ Skocpol, Theda (1985), *Estados e Revoluções Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.

organizativas estruturam-se e tende a haver reforço da componente formal e, por isso, as conquistas alcançadas pelos movimentos sociais caminham a par e passo com o esvaziamento das suas lutas sociais. Sejam ou não simpatizantes do sindicalismo e independentemente das orientações ideológicas de cada um, é importante não omitir e, pelo contrário, até sublinhar os efeitos perversos da burocratização do Sindicalismo, anteriormente assinalados por Richard Hyman⁷², tanto no mundo ocidental como no mundo ex-soviético.

Para além das condições sociais mais gerais, cujos impactos sobre a ação sindical foram em muitos casos devastadores. O processo de fragilização por que vêm passando os sindicatos nas últimas décadas deve-se também a responsabilidades próprias. A questão da democracia interna, a tendência à burocratização, a resistência à renovação das lideranças e as dificuldades de manterem uma permanente ligação às bases dos sindicatos, constituem alguns obstáculos à revitalização do Sindicalismo.

A Revolução dos Cravos (1974-1975) foi vista por muitos como expressão de continuidade de Novos Movimentos Sociais da década de sessenta no plano internacional, um exemplo que chegou a criar expectativas de construção de um modelo único de democracia participativa. Contudo, os partidos de extrema-esquerda e o Partido Comunista Português que integravam essas mobilizações advogavam uma “ditadura de proletariado” ou sonhavam com um novo enclave “socialista” de matriz soviética, na Península Ibérica. A utopia portuguesa desvaneceu-se e a História prosseguiu com a institucionalização da democracia representativa e a posterior adesão do país ao clube da União Europeia. Deste modo, o campo laboral e as estruturas sindicais foram progressivamente colocadas perante problemas comuns aos outros países europeus, derivadas da influência da integração europeia e da abertura de fronteiras e da Globalização económica.

Para os sindicatos virem reafirmar a sua importância como representantes do mundo laboral e como atores a nível europeu é necessária uma consciência de cidadania e de solidariedade ou, nas palavras de Standing⁷³, “é necessária uma *rede* de associações de cidadãos para dar voz a *todos* os que enfrentam a insegurança. Ao mesmo tempo que os sindicatos se envolvem no processo de Integração europeia, têm de se tornar muito mais

⁷² Hyman, Richard (2002) , “Europeização ou erosão das relações laborais?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, Coimbra, CES, pp. 7-32.

⁷³ Standing, G. (1999), *Global Labour Flexibility: Seeking distributive Justice*, London, Mac Millan, p. 387.

determinados e empreendedores na sua oposição ao avanço desumanizante das forças de mercado⁷⁴”.

vii. Fragilidades do Movimento Sindicalista

Robert Michels⁷⁵ concebeu a chamada “lei de bronze” da oligarquia, refletindo sobre o funcionamento dos partidos e sindicatos, onde chamou a atenção para os efeitos perversos do crescimento organizacional, que leva à criação de estruturas de poder que promovem e reproduzem os interesses dos próprios dirigentes em prejuízo das bases. Também nos anos trinta do século passado, um velho marxista⁷⁶, que desde cedo criticou o regime soviético e que privilegiava a defesa dos conselhos operários e de autogestão como solução alternativa para a emancipação da classe operária, referia num texto de 1936 que a organização sindical “já não é uma assembleia de operários, mas forma um corpo organizado que possui uma política, um caráter, uma mentalidade, tradições que lhe são próprias... Se algum dia os sindicatos perderem a sua utilidade, ainda assim não desapareceriam”. Segundo este autor, muitos sindicatos tornaram-se grandes organizações dominadas por dirigentes e quadros que funcionavam numa base profissional, burocratizaram-se, familiarizando-se com a linguagem institucional e patronal, tratavam os empresários de igual para igual, ao mesmo tempo que se afastavam da realidade laboral e ignoravam as condições degradantes em que trabalhavam as camadas mais vulneráveis e desqualificadas da força de trabalho.

Se estas tendências e perigos de perversão burocrática por parte do Sindicalismo já vinham sendo apontadas desde as primeiras décadas do século vinte, têm-se acentuado mais nas últimas cinco décadas. Entre os efeitos da Globalização neoliberal, iniciada na década de 1980, surgiram novas formas de trabalho mais desreguladas e expandiu-se um quadro social marcado pela terciarização, flexibilidade, subcontratação, individualização e precariedade da força de trabalho⁷⁷. Deste modo, assistiu-se a uma progressiva redução de direitos laborais e sociais, ao aumento de insegurança e de risco, num processo que se tem revelado devastador

⁷⁴ Hyman, Richard (2002), “Europeização ou erosão das relações laborais?” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, Lisboa, ICS, pp. 28-29.

⁷⁵ Michels, Robert (2001), *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*, Lisboa, Ed. Antígona.

⁷⁶ Pannekoek, Anton (1934), “O Sindicalismo” in <http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/1936/01.htm> (acesso em 22-09-12).

⁷⁷ Beck, U. (2000), “Mehr Zivilcourage bitte”, *Die Welt* (25 Maio), p.11.

para a classe trabalhadora e para o Sindicalismo nos finais do século XX⁷⁸. Já não são os direitos laborais que se pretendem defender mas apenas o emprego. E reforça-se a ideia de que “o pior dos empregos é sempre preferível ao desemprego”, o que traduz a debilidade em que se encontra o trabalhador face ao mercado laboral.

h. Fundação de Organizações Sindicalistas

1 - Fundação da FSI (Federação Sindical Internacional)⁷⁹

A FSI foi fundada no espaço deixado vazio pela II Internacional Socialista em Amsterdão em 1919 e manteve-se em funções até 1945.

2 - Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (CISC)

Foi fundada em Bilbau em 1891 por sindicatos de ideologia cristã influenciados pela encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII. Deu origem em 1968 à Confederação Mundial do Trabalho.

3 - Internacional Sindical Vermelha (ISV)

Foi fundada em Moscovo em 1921 pela III Internacional comunista na continuidade da sua ideologia comunista.

4 - Associação Internacional de Trabalhadores (AIT)

Foi fundada em Berlim em 1922, e seguia a ideologia anarco-sindicalista.

5 - Federação Sindical Mundial (FSM)

Foi fundada no final da Segunda Guerra Mundial com o apoio dos sindicalistas soviéticos e da C.I.O. dos Estados Unidos. Com a Guerra Fria, os sindicatos russos saíram e criaram a CISL.

6 - Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL)

Criada em Dezembro de 1949 em Londres, os seus membros eram influenciados pela ideologia social-democrata. A CISL dissolveu-se em 2006 e enquadrava-se na área da social-democracia e do trabalhismo e socialismo ingleses.

7 - Confederação Mundial do Trabalho (CMT)

Foi fundada em Outubro de 1962, a CISC de cariz cristão católico adquiriu um carácter laico de valorização do humanismo e uma estratégia socializante, assumindo a designação de CMT até à sua dissolução em 2006.

⁷⁸ Castells, M. (1998), *End of Millenium*, Oxford, Blackwell.

⁷⁹ In Wikipedia.

8 - Confederação Europeia de Sindicatos (CES)

Já foi referida anteriormente. Foi fundada por dezassete confederações europeias em 1974 em Copenhaga, na Dinamarca, e a partir do final da Guerra Fria passou a filiar todas as confederações sindicais que desejassem aderir, deixando de levar em grande consideração a questão ideológica.

i. Os sindicatos e a vida política

Para além das duas principais Confederações portuguesas, a CGTP-IN e a UGT, existem ainda alguns sindicatos não filiados em nenhuma destas centrais e que habitualmente se designam por independentes⁸⁰. Trata-se de organizações que adotaram um estatuto de independência formal em relação às centrais, o que nem sempre implica autonomia. São organizações que, de resto, colaboraram frequentemente com uma ou outra central, distinguindo-se pouco delas. O desenvolvimento deste tipo de sindicatos verificou-se sobretudo a partir de 1978 e explica-se por diferentes fatores, entre os quais: a estratégia das correntes sindicais dominantes, especialmente a CGTP-IN, o que explica que uma grande parte deles seja hostil à Intersindical; a inexistência de um sindicalismo vertical que entendesse os problemas e aspirações dos quadros e técnicos; o clima de guerrilha permanente entre as duas centrais sindicais predominantes, que a partir de certa altura se instalou em algumas empresas e setores; a necessidade vital de alguns sindicatos afirmarem o estatuto de rigorosa independência em relação às duas centrais, como única forma de evitar o pluralismo, entendido como sinónimo de quebra de identidade da respetiva classe e de fraqueza reivindicativa.

Uma análise na composição das Comissões de Trabalhadores (CT) leva à conclusão de que a componente CGTP era maioritária naqueles órgãos de trabalhadores. Apesar da diferença existente entre sindicatos e comissões de trabalhadores, a tendência era para estas Comissões serem disputadas por listas que se identificassem ou que sofressem a influência de uma das duas culturas sindicais.

No setor industrial em particular, a CGTP gozava de uma maioria confortável. As razões devem-se a que a CGTP fosse considerada uma organização mais consolidada e experiente, beneficiando de uma implantação mais antiga, diversificada e enraizada nas

⁸⁰ Castanheira, José Pedro (1985), “ Os sindicatos e a vida política”, in *Análise Social*, XXI, 87/88/89, Lisboa, ICS, pp. 801-818.

empresas que contava com maior número de militantes do que a UGT. Nalguns casos, a CGTP cometeu alguns erros graves em diversos níveis resultantes em larga medida da sua própria estratégia⁸¹. No caso dos CTT (Correios e Telecomunicações) conseguiu refazer-se. Noutros, como a TAP e a CP (Caminhos de Ferro Portugueses), por exemplo, provocou verdadeiros fenómenos de rejeição traduzidos pela criação de pequenos sindicatos de âmbito profissional e de empresa, marcadamente hostis à orientação da central. A Carris desviou-se para o Sindicato de Transportes da UGT (Sitra), tendencialmente maioritário no setor do movimento. O mesmo sucedeu no setor têxtil. Perante este panorama, ainda que continuando a ser a força maioritária portuguesa, a CGTP-IN perdeu eficácia, prestígio e operacionalidade.

A falta de clarificação da CGTP-IN em relação ao Partido Comunista ainda estava longe de ser aceitável.

Desde o Congresso de 1977, as relações da corrente comunista com os diversos parceiros da Confederação foram marcadas por três tipos de atitudes:

1) Marginalização dos setores para os quais existia menos compreensão e tolerância política e sobretudo para os setores que se revelaram mais inúteis ou incómodos, quer em termos estratégicos, quer em termos táticos. Este afastamento incidia, por um lado, sobre os que mais hostilizaram o Partido Comunista, em especial situados mais à sua esquerda e que reclamavam uma ideologia mais afim ou de métodos semelhantes;

2) Privilégios para aqueles que lhe pareceram mais úteis taticamente e em especial no plano político e não necessariamente sindical. Foi o caso de abertura aos setores católicos progressistas. Foi igualmente o caso da ponte que se pretendia manter e alargar para a área socialista. A tendência comunista pressentiu que face à análise da participação dos católicos e dos socialistas, era passada para o exterior uma imagem pluralista e democrática da central sindical;

3) A coexistência pacífica na Intersindical entre os comunistas, por um lado, e católicos, por outro, raramente foi acompanhada nos outros escalões. Com efeito, ao nível dos sindicatos, as relações entre a maioria e as minorias foram marcadas por tensões crescentes que muitas vezes deram lugar a situações de rutura, consubstanciada na apresentação de duas listas alternativas. Conclui-se que na CGTP não existiram praticamente sindicatos unitários, uma vez que o aparelho comunista cada vez mais reivindicou mais espaço e poder.

⁸¹ Castanheira, José Pedro (1985), “Os sindicatos e a vida política”, in *Análise Social*, XXI, 87/88/89, Lisboa, ICS, pp. 801-818.

Conclui-se, deste modo, que no plano político, desde 1976, a atitude da CGTP-IN em relação aos governos foi caracterizada por uma oposição sistemática. Salvo uma ou outra “nuance” secundária, o posicionamento da Intersindical tem percorrido sempre as mesmas etapas: primeiro, a crítica setorial, passando rapidamente à crítica global e em seguida à crítica desenvolvida pelo executivo; depois, transita do combate à política para a luta contra o próprio Governo; finalmente, passa à exigência da queda do Governo, traduzida pela célebre máxima, sempre atual: “A luta continua, o Governo para a rua...”. Para isso, a CGTP, conforme a conjuntura política ou a intervenção do Presidente da República ou a realização de eleições antecipadas, espera que destas eleições possa sair uma solução alternativa⁸².

j. Defesa da CGTP por um Portugal soberano

Desde o início que a CGTP mostrou uma posição de desconfiança e de grande defensiva relativamente à Comunidade Europeia⁸³. Esta posição tem sido muito demonstrada através dos espaços de intervenção dos seus congressos. Se por um lado é bem patente uma posição afirmativa em nome do interesse nacional, no espaço comunitário esta posição é outra, demonstrando muitas dúvidas pelas diretivas de uma Comunidade Europeia a duas velocidades, ansiando por um regime federalista europeu.

No ano de adesão à CEE, a CGTP contou com o facto inédito de ter representantes seus eleitos para o Comité Económico e Social das instâncias comunitárias, pois aquele órgão passava a ter representação de organizações sindicais não filiadas na CES. Na época, a visão que a Intersindical lançava à integração europeia relacionava-se com a defesa da soberania portuguesa; a defesa dos trabalhadores europeus contra os interesses das empresas transnacionais (ETNs); a crítica aos fundos enviados para Portugal; e a visão de um espaço comunitário como sinónimo da dominação capitalista. Não eram apanágio apenas das chefias da CGTP as críticas mas sim de algumas forças maioritárias existentes na Federação dos Metalúrgicos e na União de Sindicatos de Lisboa, que se opunham à aceitação da entrada de Portugal na Comunidade Europeia, com a desculpa de que haveria perturbações nacionais e um reforço do capitalismo em todo o país.

⁸² Castanheira, José (1985), “Os sindicatos e a vida política” in *Análise Social*, vol. XXI, 87-88-89, 3º, 5º, Lisboa, ICS, pp. 801-818.

⁸³ Costa, Hermes A. (2004) “A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual” in *Trade Union attitudes towards European integration: a comparative perspective*, Oxford, p. 16.

A CES é uma confederação sindical de carácter geral mais representativo a nível europeu⁸⁴. A aceitação da Intersindical pela CES teve igualmente a ver com o envolvimento de alguns protagonistas como Emilio Gabaglio, cuja entrada para Secretário-Geral desta organização foi indiscutivelmente um fator de peso.

O próprio dirigente da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, em 15 de Dezembro de 1994 fazia-lhe referências, salientando que Emilio Gabaglio, desde a sua eleição, tomara em suas mãos esta questão, contribuindo para um melhor entendimento entre todos os intervenientes do movimento sindical⁸⁵.

I. A convergência para uma Europa da moeda única

Nos anos 90, a União Económica e Monetária Europeia (UEM) foi quase sempre apresentada, com poucas exceções, não como um objetivo ou uma reforma política desejáveis mas como um constrangimento externo inevitável⁸⁶.

Para um país que apresenta instituições monetárias e fiscais menos desenvolvidas, a adesão a uma união monetária baseada em instituições capazes de garantir a estabilidade dos preços pode ser encarada como uma estratégia de desenvolvimento sustentado.

Durante os anos 90, o argumento de eliminação da inflação deu origem a uma discussão algo retórica que dominou o debate na Europa e em Portugal até 1998. As críticas económicas à participação portuguesa na União Europeia sustentavam que o instrumento cambial ainda era um mecanismo importante de ajustamento, não apenas face a choques assimétricos mas também a desenvolvimentos esperados, tais como a liberalização do comércio mundial e o alargamento da União Europeia aos países da Europa Central e Oriental.

A economia portuguesa era vista pelo Governo, oposição e parceiros sociais como uma economia periférica, que necessitaria ainda de um longo período de transição para as liberalizações monetária e financeira antes da convergência, e que teria como desafio mais imediato a adaptação às regras do mercado interno. Na sequência do acolhimento de teses favoráveis a uma mais rápida integração monetária pelo então Presidente da República, Mário

⁸⁴ Comissão Europeia (1993), Bruxelas, p. 18.

⁸⁵ Dirigente da CGTP (Departamento de Relações Internacionais) em entrevista em Janeiro de 1996.

⁸⁶ Torres, Francisco (2007), *A convergência para a União Económica e Monetária: objetivo nacional ou constrangimento externo?*, Universidade do Minho, NIPE WP 21/2007, pp. 3-7. http://www3.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/2007/NIPE_WP_21_2007.PDF

Soares, a Assembleia organizou em 1990, uma sessão aberta sobre o Sistema Monetário Europeu (SME) e a União Económica e Monetária (UEM), que relançou o debate político e forçou as autoridades, o Banco de Portugal e o Governo a pronunciarem-se sobre a matéria. Contrariamente à maioria dos outros Estados-Membros, as autoridades monetárias nunca se afirmaram entusiastas de participação portuguesa no Sistema Monetário Europeu, da liberalização dos movimentos de capitais ou da integração monetária europeia.

Muitos setores da comunidade empresarial, como a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) e a Associação Portuguesa de Bancos (APB), o CDS-PP, as alas tecnocráticas keynesianas⁸⁷ e conservadoras do PSD, por um lado, e os sindicatos mais próximos do Partido Comunista, assim como a CGTP-IN, o conselheiro económico do Presidente e muitos independentes próximos do Partido Socialista, ou a sua ala menos europeísta, criticavam os critérios de convergência por entenderem que constituíam um obstáculo à convergência real da moeda. Este argumento era muitas vezes misturado e confundido, sobretudo pelos partidos, por razões ideológicas. Mesmo os setores politicamente mais favoráveis à participação de Portugal na União Monetária, como a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Associação Industrial Portuguesa (AIP), chamavam a atenção para os efeitos potencialmente negativos da Comunidade Europeia da Moeda Única sobre o emprego e o crescimento⁸⁸.

No início dos anos 80, enquanto a Europa estagnava, Portugal crescia em média cerca de 3% ao ano. No entanto, os seus termos de troca deterioravam-se ao mesmo ritmo. De 1983 a 1985, um programa de ajustamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), negociando para um Governo de emergência, uma coligação de bloco central liderada pelo Partido Socialista (PS) juntamente com o Partido Social Democrata (PSD), restaurou o equilíbrio das contas externas. As negociações sobre a adesão de Portugal à Comunidade Europeia (CEE) foram completadas durante o mesmo período. No final de 1985, a inflação tinha sido reduzida em dez pontos percentuais e a balança de transações correntes apresentava um novo excedente. Os desequilíbrios do setor público, contudo, permaneceram: a dívida

⁸⁷ Teoria de Keynes – Conjunto de ideias que propunham a intervenção estatal na vida económica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. Keynes acreditava que a economia seguiria o caminho de pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças de mercado.

⁸⁸ Torres, Francisco (2007), *A convergência para a União Económica e Monetária: objetivo nacional ou estrangulamento externo?*, Universidade do Minho, NIPE WP 21/2007, pp. 3-28. http://www3.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/2007/NIPE_WP_21_2007.PDF

pública em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) continuou a crescer até 1988, quando atingiu três quartos do PIB.

Ao longo dos anos oitenta, o Governo português alinhou com as posições do Governo conservador inglês na sua atitude de ceticismo no respeitante à necessidade de reformas institucionais, como por exemplo, a reforma monetária da Comunidade Europeia. Mais tarde, o ministro das Finanças, um dos economistas e expoentes políticos mais críticos na União Europeia, duvidava da “bondade” de um processo demasiado rápido de integração monetária europeia, devido a potenciais custos em termos de coesão económica e social e a uma perda de soberania nacional (ver Cadilhe, 1990). Com efeito, o responsável pelos dois primeiros programas de estabilização macroeconómica dos governos PSD nunca fora entusiasta da independência do Banco Central e partilhava a atitude inicial de euroceticismo do Governo⁸⁹.

Em junho de 1990 foi aprovado pelo Governo um novo programa de ajustamento anunciado como um *quantum* para a transição para a Moeda Única. No início do mesmo ano, o novo ministro das Finanças, Miguel Beza, restabeleceu a desinflação como uma prioridade do Governo. O Governo que saiu das legislativas de 1991 anunciou a participação na União Económica e Monetária como objetivo. O novo programa de ajustamento e convergência emanou do programa de Governo para a legislatura de 1992 a 1995, marcando uma clara mudança de regime: da discricionariedade às regras do controlo de capitais, passando pela convertibilidade plena do escudo. Dada a continuidade do Governo, sob a mesma maioria, com o mesmo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, esta mudança de regime, contudo, nunca foi anunciada como tal, e talvez por isso não tenha sido percebida. Apenas com a primeira presidência portuguesa do Conselho Europeu durante o primeiro semestre de 1992, e talvez por força da preparação e do exercício dessa mesma presidência, Portugal viria a adotar uma atitude mais construtiva e mais ativa em relação ao processo da Integração europeia.

O Governo abandonava o alinhamento político com os conservadores ingleses que mantinha na maioria das questões, com exceção naturalmente dos fatores específicos da coesão voltando-se para o eixo franco-alemão. De qualquer maneira, 1992 ficou marcado como um ano de referência em termos de consolidação orçamental, com resultados próximos dos critérios de convergência estabelecidos pelo Tratado de Maastricht. A recessão e as

⁸⁹ Lains, Pedro; da Silva, Álvaro (Org.) (2005), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. III, Lisboa, ICS, pp. 388-391.

condições de crédito resultantes dos controlos à entrada de capitais iriam, no entanto, afetar a conjuntura económica fazendo crescer a oposição à União Económica Monetária.

A oposição à estratégia macroeconómica de convergência e o debate sobre os custos e benefícios da União de Moeda Única centraram-se, então, na questão de convergência real *versus* convergência nominal. A atitude face ao euro passou a evoluir de acordo com a conjuntura económica europeia e nacional. Até 1996 existia na opinião pública uma oposição ideológica à Comunidade Europeia e à integração europeia em geral, apesar de uma clara maioria política parlamentar e de uma opinião pública emitida pelos “Eurobarómetros” maioritariamente favoráveis. A maior parte desta oposição desapareceu quando se tornou claro que Portugal estaria em condições de integrar a União Monetária Europeia desde o dia 1 de janeiro de 1999. O facto de Portugal ter subsídios de desemprego relativamente baixos e, na prática, uma proteção ao emprego bastante reduzida, pode ter conduzido a uma maior resposta dos salários ao desemprego. As cada vez maiores diferenças nos leques salariais (OCDE 1996) também sugeriam a elevada flexibilidade, nominal e real dos salários. A taxa de desemprego estrutural igualmente quase não tinha sofrido alterações desde os inícios dos anos oitenta⁹⁰.

A manutenção desse objetivo durante a recessão de 1993 e 1994 e ao longo do ano eleitoral de 1995 apenas foi possível devido à irreversibilidade política das medidas tomadas em 1992, dados os enormes custos para a credibilidade externa do país. Note-se no entanto, que os objetivos de participação na União Europeia nunca foram verdadeiramente interiorizados pela classe política. Ao mesmo tempo que as direções dos dois maiores partidos políticos acordavam em viabilizar as medidas necessárias à participação na União Económica Europeia, os seus grupos parlamentares não aderiam à proposta para consagrar constitucionalmente na revisão da Constituição Portuguesa de 1997 o objetivo de estabilidade dos preços, apesar da aprovação de uma resolução parlamentar pelos dois principais partidos políticos a favor da união monetária e dos seus objetivos. Na segunda presidência em 2000, Portugal envolveu-se na discussão sobre o futuro da Comunidade Europeia com a estratégia de Lisboa⁹¹.

⁹⁰ Royo, Sebastián(Org.), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia, Um balanço*, Lisboa, ICS, pp. 325-333.

⁹¹ Torres, Francisco, (2007), *A convergência para a União Económica e Monetária: objetivo nacional ou constrangimento externo?*, Universidade do Minho: NIPE WP 21/2007. http://www3.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/2007/NIPE_WP_21_2007.PDF

m. Tipo de Sindicalismo desenvolvido pela CGTP-IN

Temos três características no tipo de sindicalismo da CGTP-IN:

1) Sindicalismo situacionista – Trata-se de um sindicalismo cujo projeto se identifica em traços gerais com o governo da época, saído da Constituição que foi modelada pelos dois partidos que deram origem e suportam a Central sindical. A sua preocupação fundamental é o aperfeiçoamento constante da gestão de sistema, introduzindo-lhe algumas reformas pontuais e oleando os seus mecanismos. A CGTP-IN tem revelado enorme capacidade de adaptação às novas situações que vão sendo criadas no domínio político, económico e social. Sendo consideradas verdadeiras ameaças, estas situações começam por ser rejeitadas e combatidas, antes de passarem a ser defendidas. No domínio da legislação laboral, foi o que aconteceu com as Leis das greves ou das Comissões de Trabalhadores. O mesmo sucedeu com a Reforma Agrária, com a famosa “Lei Barreto”. A razão desta atuação tem a ver com a forma como mantêm a cada momento o maior número possível de zonas de influência⁹²;

2) O tipo de sindicalismo de cariz acentuadamente político – Em termos teóricos, um dos principais objetivos de ação sindical da CGTP é contribuir para a transformação da sociedade. Mas o caráter político partilhado por esta central não advém apenas da conceção teórica partilhada, sendo também reforçado pela falta de outros meios de ação política da central e do Partido Comunista, relativamente isolados e bloqueados. Para esta central, o espaço e os meios de ação sindical e política confundem-se. A atração sindical deve ter sempre um alcance político e é conveniente que obtenha consequências no meio sindical.

3) A CGTP apresenta a característica de um sindicalismo de contestação ao chamado “poder burguês”— O primado da perspectiva de ação sindical conduzida pela CGTP-IN leva a que numa sociedade capitalista o poder seja erigido como o principal inimigo, mais ainda do que o patronato. Deste ponto de vista, o poder encarna o inimigo de classe. O importante é, por isso, combater o Governo, visando o seu derrube. Se o Governo é burguês, é considerado o inimigo principal e deve ser combatido por todos os meios, desde a negociação coletiva e a ação reivindicativa nas empresas até às manifestações de rua, passando pelos diversos meios institucionais.

⁹² Castanheira, José Pedro (1985), “Os sindicatos e a vida política”, in *Análise Social*, XXI, 87/88/89, Lisboa, ICS, pp.801-818.

A contestação ao poder burguês implica a rejeição de uma qualquer concertação com o mesmo poder, o que pode explicar em parte a recusa da central sindical nos anos anteriores a 1985 a integrar o Conselho Permanente da Concertação Social. Em todo o caso, a CGTP está sempre disposta a negociar, quer esteja em posição de força ou não. A negociação, em todo o caso, de âmbito limitado e desde que não prejudique a sua capacidade de contestação⁹³.

Na Europa do Sul, para os sindicatos, exceto quando subordinados às prioridades políticas dos partidos comunistas, a integração europeia foi percebida como uma “forma de modernização” ligada à escapatória de uma tradição de ditadura e autoritarismo. Em Portugal, enquanto a UGT, social-democrata, foi sempre pró-europeia, a comunista CGTP-IN mudou as suas abordagens dogmáticas políticas antieuropeístas, como pré-condição para ser membro da ETUC em 1994⁹⁴.

Na opinião de um dos grandes estudiosos do Sindicalismo europeu, Hyman⁹⁵, as identidades, ideologias e estratégias dos sindicatos europeus foram construídas, cada uma delas e todas no seu conjunto, em resultado do triângulo constituído pelo mercado, classe e sociedade. O mercado, porque os sindicatos são atores económicos que atuam no mercado de trabalho; a classe serve na medida em que os sindicatos são veículos de mobilização anticapitalista de luta de classes; e finalmente, a sociedade serve para os sindicatos serem agentes de integração social e responsáveis pelo diálogo social na sociedade civil.

Segundo este autor, os historiadores e sociólogos tendem a interessar-se pelo Sindicalismo enquanto movimento social, estudando para tal o contributo dos sindicatos para o processo de democratização das sociedades e das organizações, assim como estudam o modo de funcionamento interno dos sindicatos e a participação dos seus membros. Finalmente, os cientistas políticos concentram-se mais na forma como os sindicatos atuam enquanto grupos de interesses e na relação que existe entre partidos e sindicatos⁹⁶.

Na nossa época, estamos a assistir a um certo desvanecimento dos traços originais e inovadores dos sindicatos, enquanto movimentos sociais, desde logo porque se consolidaram enquanto organizações de negociação reconhecidas socialmente. Ora a vertente institucional

⁹³ Castanheira, José Pedro (1985), “Os sindicatos e a vida política” in *Análise Social*, XXI, 87/88/89, Lisboa, ICS, pp. 801-818.

⁹⁴ Magone, J.M. (2001), *Iberian Trade Unionism: Democratization under the Impact of the European Union*, New Brunswick New Jersey, Transaction, p. 169.

⁹⁵ Hyman, Richard (1999), “National industrial relations systems and transnational challenges: na essay in review”, *European Journal of Industrial Relations*, 5 (I), pp. 89-110.

⁹⁶ Costa, Hermes A. “A globalização do sindicalismo como desafio: a adesão da CGTP à CES”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51, pp. 69-107.

concebe os sindicatos como instituições de mercado de trabalho das economias capitalistas⁹⁷. Enquanto atores de mercado de trabalho que se encontram em qualquer sociedade democrática e capitalista, onde o trabalho é realizado a troco de um salário e onde os trabalhadores possuem liberdade de associação, os sindicatos são portadores de uma “voz” que articula interesses e congrega exigências. Essa voz permite-lhes superar a simples condição de indivíduos no confronto desigual com os empregadores no mercado de trabalho.

Os sindicatos encontram-se entre os principais e mais influentes grupos de interesses nas democracias políticas. Na verdade, os sindicatos recorreram tradicionalmente a múltiplas formas de pressão sobre os governos, parlamentos e instâncias públicas e apoiaram candidatos parlamentares, assim como financiaram e influenciaram campanhas políticas e, até mesmo, referendos. Nesta condição podem comparar-se a outros grupos que defendem interesses específicos, tais como os *lobbies* de negócios, a campanhas ambientalistas ou aos grupos de consumidores. O ressurgimento nos anos 90 do século XX da concertação social no contexto da União Económica e Monetária fez ressurgir o papel do Sindicalismo e a sua participação nos sistemas interassociativos e governativos⁹⁸.

Desde os anos 90, os sindicatos na Europa estão a ser confrontados com inúmeros desafios. Entre as suas adversidades estão os problemas de pressão organizacional: a sindicalização tende a provocar o desgaste devido a mudanças estruturais na economia e numa sociedade politicamente organizada.⁹⁹

Enfrentando o declínio da sindicalização e da representatividade, podia esperar-se que os sindicatos se tornassem mais independentes do Estado social, no qual estavam inseridos, mas tal não sucedeu. Os sindicatos assumem-se como grupos de interesses, defendendo os interesses específicos de uma classe trabalhadora¹⁰⁰. Por outro lado, o facto de se assumirem

⁹⁷ Ebbinghaus, B; Visser, J. (2000), “A guide to the handbook”, in Ebbinghaus, B; Visser, J. (Org.) *Trade Unions in western Europe since 1945*. Londres, Mac Millan, pp. 3-32.

⁹⁸ Teague, P. (1999), *Economic citizenship in the European Union: employment relations in the New Europe*, Londres: Toutledge.

⁹⁹ Ebbinghaus, Bernhard (2002) “Trade unions’ changing role: membership erosion, organisational reform, and social partnership in Europe” in *Industrial Relations Journal*, Dezembro 2002.

¹⁰⁰ Hyman, Richard, (2004), “The future of trade unions”, in Verma, A. ; Kochan, T. A. (Eds), *Trade Unions in the 21st century: an international perspective*. Basinstoke: Palgrave MacMillan, pp. 17-29.

como parte de um movimento social que luta pela democracia de massas, foi demonstrado através do seu papel em prol da democratização da sociedade¹⁰¹.

¹⁰¹ Costa, Hermes A. (2011) “O sindicalismo contemporâneo entre as tipologias e as formas de ação”, in *Estudos Sociológicos*. Araraquara, v. 16, n. 31, pp. 447-474. <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/4515/3964>

X – A INTEGRAÇÃO EUROPEIA E O SINDICALISMO PORTUGUÊS

ii. Definição de Europeização

A Europeização pode ser definida como um processo multifacetado¹⁰² que envolve a emergência e desenvolvimento a nível europeu de um conjunto de instituições políticas que interagem como atores¹⁰³. Trata-se do desenvolvimento de redes entre atores nacionais e internacionais com vista a iniciar e a desenvolver os processos de decisão durante uma fase de dados desse sistema. Implica a difusão e a penetração gradual e diferenciada de valores, normas gerais e diretivas específicas das instituições europeias. O esforço de agregar as diferentes formas como o fenómeno pode ser associado e descrito pretendia identificar quais as dinâmicas que a palavra “Europeização” abrangia. Existem, pois, cinco possibilidades para empregar o termo, segundo Johan P. Olsen: “*Therefore, rather than rejecting the term outright, I make an attempt to create a little more order in a disorderly field of research*”:

- 1 - Penetração central nos sistemas de governo nacionais e regionais;
- 2 - Processo de alteração das fronteiras externas;
- 3 - Desenvolvimento das instituições de governo a nível europeu;
- 4 - Veículo de exportação de formas de organização política, típicas na Europa mas muito diferentes para lá do território europeu;
- 5 - Projeto político com o objetivo de promover uma Europa unida e forte do ponto de vista político.

Contudo, na ausência de uma teoria geral, alguns teóricos de Integração Europeia tentaram colocar um pouco de ordem num campo de investigação desordenado.

Para L. Morlino¹⁰⁴, a Comunidade Económica Europeia, enquanto ator internacional, não foi um elemento determinante na consolidação da democracia em Portugal. Embora outros autores sugiram que a “Comunidade Europeia teve um papel importante” na promoção

¹⁰² Pinto, António Costa; Teixeira, Nuno Severiano (Org.) *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Lisboa, ICS, pp. 198-201.

¹⁰³ Olsen, Johan (2002) , *The Many Faces of Europeanization*, Oslo: Centre for European Studies of University of Oslo, p. 3.

¹⁰⁴ Morlino, L. (1998), *Democracy between consolidation and crisis: parties, groups and citizens in Southern Europe*, Oxford: Oxford University Press, p. 19.

da consolidação da democracia na Europa do Sul, o seu peso em Portugal foi menos nítido¹⁰⁵. Apesar de a componente “apoio económico” ter sido importante, o impacto global da perspectiva de adesão para a consolidação da democracia em Portugal merece um estudo mais aprofundado.

No contexto de uma transição polarizada, em que algumas das clivagens se cristalizaram mais numa luta entre “democratas e revolucionários” do que entre “democratas e involucionistas” a opção europeísta foi um elemento-chave de rutura com o passado ditatorial, isolacionista e colonial, assumindo simultaneamente uma dimensão anticomunista e anti-revolucionária¹⁰⁶.

A ideia da Europa esteve no centro das lutas políticas durante o período de transição política em que foi definida, na esfera pública, a natureza do regime saído da Revolução de Abril. Durante os anos de grande mobilização política e rápida transformação, a Europa foi sempre proposta como uma alternativa à “substituição do império colonial”. A história repetia-se, tal como aconteceu no século anterior na altura da perda do Brasil. A Europa já era vista anteriormente como uma referência política e cultural para os Portugueses, desde o final da Segunda Guerra Mundial, passando pelo comércio e pela integração económica na EFTA nos anos 60, culminando na adesão integral à Comunidade Económica Europeia nos planos políticos, económico e social.¹⁰⁷

Para entender o impacto do processo de europeização no campo das políticas sociais, foi importante entender os desenvolvimentos que sofrera o plano político. Considerando o período que vai da transição democrática à adesão à CEE, podem distinguir-se três etapas no desenvolvimento das políticas sociais: uma, em primeiro plano caracterizada pela expansão que envolveu o período de democratização; uma segunda, envolvendo a conceção do sistema que caracterizou a consolidação da democracia; uma terceira fase de crescimento sem diferenciação, que indica os primeiros anos de adesão à Comunidade Europeia. Esta terceira etapa criou o impulso para o redefinir do sistema que foi seguido nos últimos anos do século

¹⁰⁵ Whitehead, (1991), “Democracy by convergence and southern Europe: a comparative politics perspective” in G. Pridham (ed.) “Encouraging democracy, the International Context of Regime transition in southern Europe, Leicester: Leicester University Press, p. 59.

¹⁰⁶ Alvarez-Miranda, (1996) *El sur de Europa y la adhesión a la comunidad. Los debates políticos*, Madrid: Siglo Veintiuno, p. 202.

¹⁰⁷ Barreto, António, (1995), “Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995”, in *Análise Social*, 134, vol. XXX, 5º, Lisboa, ICS, pp. 841-855.

XX¹⁰⁸. Com a transição para a democracia, as políticas sociais sofreram importantes transformações. Não só foram estabelecidos compromissos simbólicos e políticos, como as despesas sociais cresceram muitíssimo, e deu-se ainda um aumento de salários e de subsídios. Embora os baixos níveis de salários e dos subsídios existentes na época expliquem essa tendência, igualmente se pode entender pela mobilização social e política do período, nomeadamente em função da queda da esquerda e de uma constelação política dominada pelas classes trabalhadoras. Tal como referiu Juan Mozzicafredo¹⁰⁹, num período de profundas desarticulações do sistema económico como foi o da transição, as políticas sociais atuaram como um elemento catalisador da integração social à passagem de um Estado providência para um Estado social. Esse processo culminou com a aprovação da Constituição de 1976, que indicava explicitamente um modelo de Estado providência como forma de transição para uma sociedade socialista e que era, aliás, o que dava mais importância às políticas sociais¹¹⁰.

Durante os primeiros anos após a Revolução, os governos lançaram-se numa estratégia de redistribuição de rendimentos e de garantia dos direitos laborais¹¹¹. Nas semanas que se seguiram ao golpe de Estado, os salários subiram de um modo nunca visto; foi criada uma pensão social; os salários e pensões foram sujeitos a um teto salarial. Começaram a ser criadas organizações de parceiros sociais para substituírem os organismos corporativos. Esta estratégia global foi conseguida através de um aumento súbito das despesas públicas e de um alto grau de voluntarismo político. No espaço de um ano, os direitos sociais em Portugal aumentaram muitíssimo. Depois de um intervalo breve, embora intenso, em que a legitimação do sistema político se apoiou em mecanismos populares ou revolucionários e não parlamentares, Portugal iniciou um processo de consolidação e institucionalização da democracia que culminou com a adesão à CEE. Contudo, este contexto colocou sérios problemas ao andamento da democracia. No enquadramento de austeridade económica e financeira, a democracia possuía reduzida capacidade de governo para lidar com a impetuosidade das reivindicações populares no momento em que se tornava mais necessário reformar as instituições e a economia para entrar na Comunidade Económica Europeia. O

¹⁰⁸ Royo, Sebastian, (2005), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia*, Lisboa, ICS, pp. 321.

¹⁰⁹ Mozzicafredo, Juan (1992), “O estado-providência em Portugal: estratégias contraditórias”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12, pp. 57-89.

¹¹⁰ Hoffman cit. Por Esping-Andersen, Gosta (1993) „Orçamentos e democracia: o Estado-providência em Espanha e Portugal, 1960-1986”, in *Análise Social*, nº 122, Lisboa, ICS, pp. 589-606.

¹¹¹ Royo, Sebastian (2005), *Portugal e Espanha e a Integração Europeia*, Lisboa, ICS, p. 322.

efeito foi contrário e as condições de vida da população, depois de melhorarem muito rapidamente, degradaram-se ao mesmo ritmo. Foi, por isso, demasiado rápido para uma boa consolidação democrática e as dificuldades económicas foram desgastando o Estado e puseram em risco a ordem pública e o processo de reformas no país. Ao mesmo tempo, à medida que a crise política se aprofundava, aumentava a capacidade para lançar políticas de austeridade macroeconómica e de contenção de custos no plano social.

O “congelamento da paisagem do Estado providência”, enunciado por Esping-Andersen¹¹² a partir de experiências penosas e após o experimentalismo económico, tornou as decisões mais fáceis de aplicar, se bem que penosas¹¹³. Embora este período possa ser considerado como o de “austeridade permanente”, sobretudo em termos financeiros e económicos não deixou de representar um período de expansão dos direitos sociais até ao ano de adesão à Comunidade Europeia. Estes dez anos representaram uma força impulsionadora reformista, institucionalizando-se o Serviço Nacional de Saúde e criando-se organismos como o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e o Instituto para a Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS). O processo da conceção do Estado culminou em 1984 com a aprovação da Lei de Bases da Segurança Social que só no ano 2000 sofreu alterações.

A evolução das estruturas de concertação social é fundamental para entender o contexto político deste período, nomeadamente pelos efeitos de *feedback* que produziu no plano das políticas sociais.

A importância da influência indireta da dinâmica da União Europeia nas políticas internas teve a ver com a política “leve” da União Europeia. O impacto da “europeização cognitiva” parece que se revelou especialmente importante para Portugal. A área das medidas ativas de emprego, dos programas contra a pobreza e dos serviços sociais sofreram importantes mudanças. Surgiu uma nova cultura de aplicação política entre a governação, entre os que traçam os caminhos da política e aqueles que a aplicam. As inovações políticas vieram das políticas territorializadas, das parcerias locais, da promoção da igualdade entre homens e mulheres, da associação de medidas ativas de emprego à Segurança Social. O impacto do I Quadro Comunitário de Apoio através de ações financiadas pelo Fundo Social Europeu foi particularmente impressionante. Funcionou para combater os níveis de

¹¹² Esping-Andersen, Gosta (1993), “After the golden age? Welfare dilemmas in a global economy“ in Gosta Esping-Andersen (ed.) *Welfare States in Transition- National Adaptations in Global Economics*, Londres, Sage, pp. 1-31.

¹¹³ Maravall, José Maria (1997), *Regimes, Politics and Markets: Democratization and Economic Change in Southern and Eastern Europe*, Oxford, Oxford University Press, pp.29-33.

qualificação extremamente baixos da população ativa portuguesa, e constituiu um importante suporte para a expansão do suporte educativo.

Em resumo, pode dizer-se que a ideia da Europa tornou-se uma força impulsionadora que fez avançar as reformas, e um fator fundamental para associar a estabilização política, a recuperação económica e a consolidação democrática. Depois da austeridade de 1986, Portugal caminhou para um período de expansão da economia e tratou de maximizar todas as oportunidades surgidas, após ter entrado num período de recessão anterior à entrada na Comunidade Europeia, em que toda a sociedade sofreu grandes transformações.

iii. Oportunidades com a Europeização

Podemos concluir que a Europeização causou um impacto muito significativo em Portugal, produto de uma adaptação considerável à integração europeia. Esta aproximação aos padrões europeus esteve relacionada com vários fatores. Em primeiro lugar, a União Europeia tem desenvolvido um certo grau de pressão externa sobre o sistema social português. Em Portugal, as pressões políticas para seguir o caminho do socialismo, depois de 1974, exerceram-se com uma oposição funcional no respeitante ao papel das políticas sociais, a exemplo dos países da Comunidade Europeia.

Em segundo lugar, no que se refere ao impacto direto, há que ressaltar as diretivas da União Europeia sobre a política social, que já se encontravam em curso ou estavam a terminar no momento em que as diretivas eram emitidas e que foram desencadeadas mais por mobilização social e política do que por processos vindos do exterior. Tal como Mangen¹¹⁴ assinala, terão constituído mais um valor acrescentado à provisão existente. Os fundos europeus que vieram ajudaram a desenvolver as políticas sociais e a construir as infraestruturas com elas relacionadas incentivaram igualmente novas iniciativas nas políticas sociais e deram-lhes visibilidade. Em numerosas ocasiões, os fundos estruturais permitiram que se realizassem alguns programas sociais, como foi o caso dos recursos atribuídos à formação profissional e às políticas ativas no mercado de trabalho.

Em terceiro lugar, a influência indireta das recomendações da União Europeia sobre a política social exerceram no processo de democratização uma influência muito maior do que uma ação mais direta. Estas medidas sociais foram vistas como constituindo um forte

¹¹⁴ Mangen, S. (1996), "The europeanization of spanish social policy, in *Social Policy and Administration*, 30, 4, pp. 305-323.

progresso social. Para a população portuguesa, ter-se tornado europeia representou um efeito muito positivo, e o facto de se submeterem a um “modelo de proteção social” mais avançado, ao nível do resto da Europa, foi deveras importante.

Em quarto lugar, alguns fatores internos reforçaram o caminho da integração europeia e outros prejudicaram-no. O facto de em Portugal, após a Revolução os partidos políticos alternarem-se frequentemente, prejudicou as continuidades das políticas sociais. A evolução da concertação social e da ação sindical através de greves, protestos e declarações, esteve intimamente ligada à política social, tendo provado como o papel dos sindicatos é relevante. Nesse aspeto, em muitas oportunidades as organizações laborais atuaram como correias de transmissão do movimento social europeu.

Em resumo, pode dizer-se que em Portugal a Europeização exerceu profundamente a sua influência nas organizações laborais e noutras instituições, contribuindo deste modo para um feliz processo democrático de adaptação a um modelo social europeu.

iv. Consequências da Europeização

Pertencer ao *clube europeu* foi um desejo e uma missão inquestionável para Portugal, após anos de isolamento graças ao regime autoritário de Salazar. Quando houve disponibilidade de pertencer à União Europeia, a expectativa de consolidar o novo regime democrático e de modernizar a estrutura económica do país, de modo a ficar equilibrado com os vizinhos, constituiu a grande ambição de Portugal. A nível político, o ingresso no seio dos países da Comunidade foi um êxito. Ao ser fundada, a Comunidade Europeia comprometeu-se com os princípios da paz e da liberdade, independentemente de outros problemas que pudessem surgir¹¹⁵. Foi deste modo que a jovem democracia portuguesa obteve a aprovação; caso contrário corria-se o risco de enfraquecer a nova democracia que a Europa se tinha comprometido a defender. Este objetivo foi claramente enunciado por vários dirigentes europeus:

“A adesão de Portugal à Comunidade advém de um propósito político que visa a estabilidade, a consolidação e a defesa do sistema democrático da Europa”¹¹⁶.

¹¹⁵ Royo Sebastián (2005), “O alargamento”, in *Portugal, Espanha e a Integração Europeia, Um balanço*, Royo, Sebastián Royo (Org.), Lisboa, ICS, pp. 372-375.

¹¹⁶ Royo, Sebastián (2005), “O alargamento” , in *Portugal, Espanha e a Integração Europeia, Um balanço*, in Sebastián Royo (Org.), Lisboa, ICS, pp. 369-408.

Em Portugal, os excessos e a instabilidade do período revolucionário constituíram fortes ameaças e perigos para uma transição que não tivesse um rumo definido. As forças políticas desempenharam um papel preponderante nos caminhos dos processos de alargamento, bem como no estabelecimento dos termos de adesão. Em muitos casos, não foi apenas a população em geral, mas igualmente muitos partidos políticos que não conseguiram apreender na totalidade as consequências económicas da integração¹¹⁷. Alguns académicos concetualizaram as influências da Integração europeia nos processos de democratização, ressaltando o seu impacto simbólico, ou seja, a sua identificação com a democracia liberal e com a liberdade política. Outros dos fatores que se impuseram na Integração europeia foram: as pressões induzidas como pré-requisito da democratização; o efeito das perspectivas da adesão nas políticas nacionais e na orientação política; e por fim, o envolvimento das elites políticas e económicas nas negociações com as instituições europeias, assim como a sua participação em redes transnacionais europeias¹¹⁸.

A seguir à revolução de Abril, os governos europeus exerceram pressões bilaterais consideráveis para o avanço do processo de democratização. Pridham¹¹⁹ defendeu que o impacto da adesão foi, antes de mais nada, uma maneira de “associar uma autoimagem nacional melhorada com possíveis sentimentos democráticos”. Foram os contributos financeiros do orçamento da Comunidade que permitiram melhorar as condições económicas e suavizar alguns dos efeitos prejudiciais da liberalização e modernização das ultrapassadas estruturas económicas do país. Portugal teve de proceder a uma revisão da sua Constituição em 1989 para permitir a reprivatização de empresas que tinham sido nacionalizadas durante a Revolução, cumprindo assim a legitimação de reforçar o novo sistema democrático. A entrada na Comunidade Europeia permitiu a socialização das elites e o desenvolvimento das redes transnacionais que se revelaram indispensáveis às redes transnacionais para o fortalecimento de grupos económicos e de partidos políticos. Deste modo, o processo de integração europeia interagiu com um vasto leque de fatores internos sociais, políticos e económicos, que moldaram a nova democracia. O sindicalismo na Europa ocidental tem sido inteiramente organizado à volta de três ideologias: comunista, cristã e social-democrata. No processo de

¹¹⁷ Vaitos, Constantino (1982), “Economic effects of the second enlargement” in Dudley Seers e Constantine Vaitos (eds), *The Second Enlargement of EEC*, Nova Iorque, St. Martin’s Press.

¹¹⁸ Pridham, Geoffrey (2002) “European integration and democratic consolidation in Southern Europe”, in António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira (eds), *Southern Europe and the making of the European Union*, Nova Iorque, Columbia University Press.

¹¹⁹ *Ibidem*.

Europeização dos sindicatos, foram incorporadas algumas noções de progresso, equidade, internacionalismo, mas igualmente o pragmatismo da regulamentação de uma economia supranacional em crescimento. Alguns críticos têm sugerido que os sindicatos europeus têm levado a retórica da Comissão Europeia mais a sério que ela própria.¹²⁰

Do ponto de vista sociológico, a adesão à União Europeia também produziu mudanças no comportamento que influenciaram a cultura política nacional. O maior consenso relativamente à União é contudo, instrumental, pois os dados do *Eurobarómetro* revelaram que os Portugueses se sentiam geográfica e afetivamente ligados à Europa, apesar de não se sentirem identificados com a chamada “cultura europeia”. Tanto a Espanha como Portugal¹²¹, manifestaram uma grande ambivalência em relação aos partidos políticos e à classe política, e registaram os níveis mais baixos da participação entre os países da Europa Ocidental.

Para além de outros benefícios, a integração na CEE proporcionou a oportunidade, tanto para a criação como para o desvio, do comércio externo agrícola e permitiu melhor acesso às exportações agrícolas, uma vez que existia alguma oposição da parte de países como a França ou a Itália. A eleição de Jacques Delors para a presidência da Comissão Europeia em 1985 potenciou esforços para reduzir as desigualdades entre os membros do norte da Europa e os do sul. As políticas novas de coesão foram consagradas no Ato Único Europeu de 1986, que incluíam a coesão económica e social como uma nova política comum da União Europeia. A partir de finais dos anos 80, os fundos estruturais passaram a ser o segundo maior item orçamental da União Europeia. Em resumo, os fundos contribuíram para a redução significativa das disparidades existentes entre os países do norte da Europa e os do sul e para a promoção da convergência no seio da Comunidade. Foram igualmente importantes para o desenvolvimento os fatores que aumentaram a competitividade e determinaram o crescimento potencial das regiões menos desenvolvidas no seio dos países que aderiram à Comunidade em 1986. Contribuíram igualmente para as mudanças na estrutura produtiva e para a estrutura das exportações, havendo também um crescimento substancial dos benefícios sociais, com a consequente melhoria dos padrões sociais. Manteve-se igualmente a institucionalização do diálogo social entre os diversos atores por meio da assinatura de pactos sociais.

¹²⁰ Hyman, Richard (2002), “Europeização ou erosão das relações laborais?” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, pp. 7-32.

¹²¹ Royo, Sebastián (2005), “O alargamento”, in *Portugal e Espanha e a Integração Europeia, Um Balanço*, Royo, S. (Org.), Lisboa, ICS, p. 380.

v. As críticas da CGTP-IN à Comunidade Económica Europeia

No seu livro *Agir Contra a Corrente - Reflexões de Um Sindicalista*, o ex-dirigente da CGTP-IN defende uma conceção de Sindicalismo assente em três pilares estratégicos: luta pelo bem-estar social e pela melhoria económica e social dos trabalhadores; ação pelo desenvolvimento democrático e sustentado das sociedades; contribuição para a concretização de projetos ou utopias, não só para a mudança social como também para a transformação da sociedade:

“Concorrendo para a reformulação de estratégias que contrariassem e que surjam em alternativa ao sistema capitalista, cada vez mais injusto e apresentando sinais perigosos de poder acelerar a degradação da sociedade humana”.

Um estudioso do Sindicalismo europeu¹²² afirma que no contexto de integração europeia existem três tipos de pressão: a intensificação da concorrência de mercados e premeditação da concorrência das grandes empresas; as decisões cada vez mais premeditadas das grandes empresas transnacionais; e as iniciativas desreguladoras de muitos governos. Nas sociedades de mercado é muito importante a relação salário-trabalho. A ideia inicial da União Europeia era agregar as várias economias fragmentadas num único bloco que pudesse efetivamente contrapor-se ao desafio norte-americano. O esforço de completar a ideia inicial da União através do Único Ato Europeu refletiu uma nova dinâmica para a realização desse desejo.

vi. Críticas ao poder patronal pela CGTP-IN

O modelo social europeu tem sido atacado pelo poder económico e financeiro por partidos da direita, segundo Manuel Carvalho da Silva. Tem existido da parte da legislação dos governantes uma sintonia muito grande com o poder patronal, alegando maior competitividade e rentabilidade da parte dos trabalhadores para com as empresas no sentido de aumentar os seus lucros. Os obstáculos que o ex-dirigente da Intersindical considera relativamente aos problemas são as seguintes: problemas básicos de ordem salarial, de condições mínimas de vida e de proteção social com que se defrontam no plano nacional e setorial, sem haver um modelo de desenvolvimento seguro e claro que possa ser seguido pelos

¹²² Hyman, Richard (2002), “Europeização ou erosão das relações laborais?”, in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 62, Lisboa, ICS, p. 19.

Governos e pelo patronato ¹²³. Para este ex-dirigente da CGTP-IN o problema reside num mercado de trabalho complexo e deve ser realizada uma intervenção sindical aberta e empenhada, tanto no plano institucional, como numa ação relativamente a outros movimentos sociais. Existe ainda o problema de um sindicalista ser perseguido e discriminado pela sociedade.

vii. Problemas dos sindicatos em Portugal na visão da CGTP-IN

Os problemas com que se defrontam os sindicatos na instrumentalização do movimento sindical realizada pelo movimento económico são vários.

O primeiro problema está relacionado com a pouca valorização do trabalho do setor produtivo. Manuel Carvalho da Silva considera que as condições sociais e o contexto a seguir ao 25 de Abril evoluíram de tal maneira que não tem nada a ver com o que se adivinhava nos anos noventa. A segunda questão está relacionada com uma ausência muito profunda de reflexão das forças políticas de esquerda em relação às questões de trabalho e de Sindicalismo. O terceiro aspeto refere-se à fragilização provocada pelo poder político na cena internacional.

O ex-dirigente sindicalista declarou que o movimento sindicalista sofreu uma crise crescente até meados dos anos noventa mas que se deu uma estabilização partir de 1997 até ao ano 2000, obtendo-se até um ligeiro aumento, e prognosticou que a luta por uma nova ética no trabalho seria longa e complicada, tanto como o foi a conquista dos direitos laborais e sociais no século XX. De facto, constatou-se¹²⁴ que as décadas de 80 e 90 serviram para estabelecer princípios baseados em ideologias neoliberais mas não para o estabelecimento de uma desregulação e que era errado mencionar isso como desregulação¹²⁵. Apesar da ideologia neoliberal, o Estado é um ator nas economias de mercado.

“Longe de constituir uma interferência desnecessária, o Estado é um elemento normal dos mercados reais, uma pré-condição da sua existência. Os mercados

¹²³ Silva, Manuel Carvalho da (2002) *Agir contra a Corrente, Reflexões de um sindicalista*, Porto, Ed. Campo das Letras, pp. 36-37.

¹²⁴ Hyman, Richard (2002) “Europeização ou erosão das relações laborais?”, in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 62, pp. 7-32.

¹²⁵ Standing, G. (1997), “Globalization, Labour Flexibility and Insecurity: The Era of Market Regulation”, *European Journal of Industrial Relations*, 1 (3), pp. 7-37.

dependem do Estado em termos de regulação, proteção dos direitos de propriedade e moeda”¹²⁶.

Nos sistemas capitalistas, o Estado tem sempre desempenhado um papel ativo, tanto nos estímulos ao mercado, como no papel de impor limites à sua capacidade de moldar as condições de emprego¹²⁷. Tal como Carvalho da Silva, Hyman chega à mesma conclusão, a de que existem na sociedade tanto forças políticas e sociais como puramente económicas que influenciam o poder estatal. O salário é o produto tanto de forças políticas e sociais como de forças puramente económicas¹²⁸. As relações laborais podem ser definidas como a regulação do trabalho e do emprego, desde que se entenda a que pressões os mercados estão sujeitos, referindo-nos à lei de oferta e da procura; às políticas de intervenção dos governos e às normas sociais e às ideologias de mercado. Em termos históricos, o esforço de construir sistemas nacionais de relações laborais envolveu em geral o fortalecimento da regulação social, adequando as relações entre mercado, poder patronal e força laboral dentro de determinadas regras estabelecidas coletivamente. Os sistemas nacionais determinaram critérios, como por exemplo, salário mínimo, horário laboral máximo. A regulação jurídica tem por vezes um efeito pouco prático.

Outra fonte de regulação social é constituída por normas, crenças e valores e Regini¹²⁹ apelida-a de “regulação comunitária”. Em consequência disso, um sistema de relações laborais é um campo de tensão entre pressões exercidas pelo mercado de trabalho, e por outro lado, por um conjunto de normas sociais e institucionais que assegurem a sua relativa “desmercadorização”, termo empregado por um estudioso do Sindicalismo¹³⁰. Trata-se de um campo onde se confrontam a vontade de prosseguir uma “sociedade de mercado” e defesa de princípios de “economia moral”. O ajustamento entre os contratos de trabalho e o patronato, com bases diferenciadas de direitos e obrigações do patronato e dos empregados, institucionalizou-se nas diversas economias europeias de forma que se podem ver como uma reconciliação entre a justiça social e a eficiência económica do mundo empresarial.

¹²⁶ Sayer, A. (1995), *Radical Political Economy: A Critique*, Oxford, Blackwell, p. 87.

¹²⁷ Hyman, Richard (2002), “Europeização ou erosão das relações laborais?”, in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 62, p. 19.

¹²⁸ Thompson, E. P. (1987), *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

¹²⁹ Regini, M. (1995), *Uncertain Boundaries*, Cambridge, Cambridge UP.

¹³⁰ Esping-Andersen, Gosta (1993), “Orçamentos e democracia: o Estado-providência em Espanha e Portugal, 1960-1986, in *Análise Social*, 122, Lisboa, ICS, pp. 589-606.

XI -- A GLOBALIZAÇÃO E O SINDICALISMO

ii. Definição de Globalização

A imprensa tem apresentado a Globalização com determinadas características¹³¹:

- 1 - É um processo natural e autoimposto.
- 2 - É global, cria uniformidade e extingue as diferenças.
- 3 - É um fenómeno recente dos anos oitenta ou noventa.
- 4 - É um processo comandado pelas novas tecnologias, o crescimento das telecomunicações, dos transportes e da Internet.

O termo Globalização refere-se a um processo onde o capitalismo financeiro tem tendência a impor os seus interesses numa sociedade global no planeta e em todos os setores da sociedade (trabalho, consumidores, cultura, administração pública, etc.). É um processo que está a impor em todo o planeta uma única maneira de produção, uma ideologia política de neoliberalismo e uma cultura dominante, a norte-americana, em vez de dar lugar à cultura europeia ocidental. Mas está, por outro lado, a produzir polarização e a aumentar as desigualdades em vez de uma harmonia positiva entre todos os povos. Deitando abaixo as fronteiras e impondo as mesmas regras para todos, está a levar a maiores desigualdades entre os poderosos e os mais fracos. A Globalização é intencional e organizada por atores financeiros, industriais, políticos e militares. Estes atores são numerosos e diferentes mas unidos por interesses comuns e por redes de poderosos *lobbies*. Essas redes apresentam algumas escolhas e provocam resistências de outros atores. A Globalização não é um processo totalmente novo, é um estágio no desenvolvimento do capitalismo. Este estágio tem certamente certas características novas, tais como as telecomunicações e o aumento do poder da finança internacional, e alguns aspetos da desregulamentação instituída no Consenso de Washington. Contudo, é basicamente o prolongamento do desenvolvimento do capitalismo.

Para alguns, a Globalização tem o melhor significado, representando a cobertura de ideologia para legitimar um conjunto de ideias que distorcem a realidade de modo a servirem interesses particulares¹³².

¹³¹ El-Ojeili, Chamsy; Hayden, Patrick, (2006) *Critical Theories of Globalization*, New York, Palgrave Mac Millan, pp. 178-210.

¹³² Barrett, M. (1991), *The Politics of Truth: From Marx to Foucault*, Cambridge, Polity.

A definição de Michael Mann¹³³ caracteriza a compreensão da Globalização como uma extensão das relações sociais à volta do mundo¹³⁴.

Fazendo uma concetualização, a Globalização pode ser entendida através de quatro conceitos: relações sociais mais fortes para que os acontecimentos e os processos a ocorrer numa parte do mundo tenham impacto nas outras partes; a intensificação de fluxos no aumento da densidade social, cultural e económica e nas interações políticas através do planeta; no aumento da interpenetração de modo a que as relações sociais se intensifiquem, e exista um aumento da interpenetração das práticas económicas e sociais, trazendo culturas distantes para junto umas das outras; necessidade das infraestruturas globais permanecerem de modo formal e informal como esquemas requeridos para as redes globalizadas operarem.

Para Manuel Carvalho da Silva¹³⁵, os sindicatos deparam-se com novos desafios extremamente complexos, de modo a definirem a sua organização, refazerem as suas estratégias de ação, delimitarem campos de intervenção, definirem novas alianças e, acima de tudo, para fazerem emergir em cada trabalhador, e no maior número possível deles, a identidade e a perceção dos problemas inerentes à sua situação específica e a sua consciência de classe.

iii. O efeito da Globalização na Integração europeia

Um dos traços principais da globalização é conhecido como a intensificação da concorrência entre países, à medida que os mercados são invadidos por produtos anteriormente dominados por um reduzido número de economias ocidentais. Outro dos traços é a internacionalização das cadeias produtivas dentro das empresas transnacionais (ETNs) que se encontram desligados dos quadros de regulação dos sistemas de relações laborais e dos sindicatos ocidentais. O caminho visível das ETNs interage com o caminho invisível cada vez mais pressionante do capital financeiro. Foi nas últimas décadas do século XX que se assistiu a transformação radical: a liberalização e desregulação do capital internacional e dos mercados financeiros. A aceleração das transações que chegam a ser instantâneas graças às tecnologias de informação e de telecomunicações e a derrocada dos sistemas de estabilização monetária

¹³³ Mann, M. (2001), "Globalisation and September 11", *New Left Review*, 12, pp. 51-72.

¹³⁴ Cochrane, A. ; and Pain, K. (2000), "A Globalising Society?", in D. Held (ed.), *A Globalising World? Culture, Economics, Politics*, Londres, Routledge.

¹³⁵ Silva, Manuel Carvalho (2007), *Trabalho e Sindicalismo em tempo de Globalização. Reflexões e Propostas*, Porto, Circulo dos Leitores e Temas e Debates, pp. 34-35.

internacional do pós-guerra dominado pelo poderio dos Estados Unidos, foram dos fatores que mais interferiram e alteraram as relações laborais e, em consequência, o Sindicalismo dos finais do milénio ¹³⁶. O resultado enquadra-se numa problemática altamente volátil de fluxos de capital.

O objetivo da União Europeia, num projeto de construção de um mercado europeu, era o de constituir um espaço suficientemente amplo que possibilitasse que as economias de escala europeias continuassem a ser viáveis nos mercados mundiais. Contudo, para esse projeto obter sucesso, era necessário que muitas das leis e prerrogativas laborais na Europa ocidental fossem ultrapassadas, de modo a haver a aceleração de investimento direto entre os países da União e o exterior. As consequências seriam um rápido processo de consolidação de empresas através de fusões, aquisições e empreendimentos conjuntos. Em décadas anteriores, o problema das multinacionais para os sindicatos europeus era relativamente específico e controlável e residia essencialmente no controlo das atividades das empresas norte americanas dentro das estruturas dos sistemas laborais europeus. A partir da década de noventa, o problema agravou-se com a internacionalização de segmentos significativos do capital nacional e o abandono potencial de empresas chave do seu papel tradicional no seio dos sistemas nacionais de “parcerias sociais”. A ameaça de deslocalização da produção de países com salários mais altos e de critérios laborais mais rigorosos para países possuidores de salários mais baixos e regulamentação mais fraca. Este “dumping social” que pode ou não ser muito grave na hora das negociações salariais é usado como ameaça na realocização como fator disciplinador nas negociações coletivas¹³⁷. Isto tem reforçado a viragem para formas mais flexíveis de organização de trabalho, horário, distribuição de tarefas e sistema salarial.

A força coerciva que os mercados laborais têm empregado sobre os mercados globais de capitais teve como resposta a criação da União Económica Monetária. Uma resposta de tipo *hobbesiano*¹³⁸ para a anarquia de finança internacional.

Foi com a nomeação do Banco Central Europeu como soberano e senhor de toda a zona euro, em grande medida uma cópia do Bundesbank, com poderes disciplinares reforçados pelos critérios de Maastricht, que a desregulamentação vinda do Consenso de

¹³⁶ Hyman, Richard (2002), “Europeização ou erosão das relações laborais?”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, p. 19.

¹³⁷ Ferner, (1998), “Multinationals, Relocation and Employment in Europe” in J. Gual (Org.) *Job Creation: the Role of Labour, Market Institutions*, Cheltham, Edward Elgar, pp. 165-196.

¹³⁸ Hobbes – Teoria em que o poder legítimo é soberano e dá prioridade ao interesse privado, in *wikipedia*.

Washington, já atrás referido, foi aplicada na Comunidade Europeia. Para cumprir esses preceitos da união monetária, os Governos em toda a União foram incitados a colocar um travão ao emprego público e restrições ao salário social. A crescente pressão exercida sobre os parceiros sociais que caracterizaram a maior parte dos sistemas de relações sociais foi cada vez mais forte. Foi considerado¹³⁹ que as relações laborais constituem uma invenção da era do eminente Estado-nação. Em muitos dos países europeus, os sistemas “modernos” de relações laborais e de sindicalismo, consolidaram-se num contexto relativo sob condições económicas de “pleno emprego”, frequentemente apoiado por suportes jurídicos. O capitalismo organizado, que alcançou o seu auge nos anos 50 e 60 do século XX, ajudou a instituir a força dos sindicatos como principais atores numa variedade de sistemas nacionais de regulamentação de emprego. A relativa independência da organização política e económica de cada país constituía uma variedade dos sistemas nacionais de regulamentação de emprego na União Europeia. As instituições fundadas no período de formação da industrialização europeia, bem como os sistemas fundados a partir da influência *keynesiana*¹⁴⁰ no período do pós-guerra, dependiam da legislação do Estado-nação. Na opinião de um estudioso do Sindicalismo, essa legislação, que em princípio favoreceu e ajudou na consolidação das relações laborais e do sindicalismo, ficou ultrapassada e está agora a prejudicar essas relações laborais. As instituições fundadas no período da industrialização europeia de influência *keynesiana* no pós-guerra dependiam da legislação do Estado-nação e esse facto estava ligado fundamentalmente ao setor de exportações nacionais, assegurando a competitividade internacional entre as políticas nacionais e as relações laborais desse país. Existia diversidade entre essas relações nacionais e os atores nacionais de cada país. Com a chegada de integração europeia transnacional as coisas mudaram e as dinâmicas dos mercados ficaram sujeitas a determinações externas. A intensificação da competitividade internacional dos mercados, a imposição externa de constrangimento e impedimento às políticas dos governos, assim como as decisões de localização das ETNs, impuseram novos, onerosos e imprevisíveis obstáculos à agenda das relações laborais de cada país.

¹³⁹ Hyman, Richard (2002) “Europeização ou erosão das relações laborais?” in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 62, Lisboa, ICS, pp. 7-32.

¹⁴⁰ Keynes – Teoria que defende a intervenção do Estado na vida económica de modo a conduzir ao pleno emprego, in *wikipedia*.

Para Hyman¹⁴¹, a vontade ou capacidade dos governos nacionais também se achava debilitada na imposição de uma determinada regulamentação laboral.

Em resumo, o entusiasmo político manifestado em Portugal e em muitos países europeus, inclinando-se para a “flexibilização” e “desregulação” como a melhor receita para a competitividade, ajudou a legitimar e consolidar o avanço da precariedade contratual e deteriorou as relações laborais. A “desregulação” ajudou igualmente e consolidou o poderio dos bancos centrais e de outras instituições europeias, impondo disciplinas que são completamente antagónicas aos princípios de proteção social que estão subjacentes na maior parte dos sistemas laborais europeus. Os desenvolvimentos anteriormente conquistados pelo modelo social europeu têm-se visto atacados nas suas normas e valores que o integram. Os gestores das grandes empresas multinacionais não entendem nem se preocupam com as normas e valores inerentes a cada país, encontrando-se desligados de toda a ética social e das normas de economia moral e ética, e as suas decisões ao nível salarial relativamente aos trabalhadores estão cada vez mais desligadas de “sentimentalismos” e de solidariedade social, a base fundamental do Sindicalismo.

A União Europeia é acusada de criar, a nível do mercado europeu, relações fragmentadas, uma vez que o regime económico liberal é o que oferece o enquadramento em que o capital pode dividir e reinar. O investimento estrangeiro é, deste modo, canalizado para países cujos regimes laborais facilitem maiores lucros, encorajando uma maior debilidade da negociação coletiva e da proteção dos Estados. Os trabalhadores europeus estão divididos, lutando contra a tendência instalada do liberalismo de mercado que sustentou a integração europeia e coloca-se a hipótese, segundo Hyman¹⁴², de que exista uma articulação entre governos nacionais e agentes que trabalham para o poder económico e financeiro.

O facto de a opinião pública na maior parte dos países europeus se mostrar cética e hostil a uma verdadeira unificação europeia, não tem favorecido a discussão das regalias sociais do modelo social europeu. “ A hostilidade difundida entre os cidadãos relativamente ao processo de unificação é reforçada pelo discurso da maioria dos dirigentes políticos, que apresentam a União Europeia como a adaptação necessária à Globalização, com o corolário do ajustamento económico, da flexibilidade dos mercados de trabalho e encolhimento do Estado Providência”¹⁴³.

¹⁴¹ Hyman, Richard (2002), “Europeização ou erosão das relações laborais?”, in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 62, Lisboa, ICS, pp. 7-32.

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ Castells, Manuel, (1998), *End of Millenium*, Oxford, Blackwell, p. 326.

É verdade que os sindicatos de muitos países devem o seu estatuto de atores fundamentais e de grupos de interesses imprescindíveis à criação de objetivos e defesa de ideias no plano social, representando maiorias oprimidas em luta contra minorias arrogantes e imperiosas¹⁴⁴. Sendo assim, a debilidade de uma sociedade civil constitui um dos maiores obstáculos à criação de um verdadeiro sistema europeu de relações laborais¹⁴⁵.

Conclui-se deste modo que a Europa social é uma questão de “forma” e não de substância^{146 147}.

iv. Os sindicatos e a Economia Global – os antecedentes históricos.

Obcecados com os fantasmas de Versalhes, no auge da década de vinte do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, a Queda da Bolsa de Nova Iorque em 1929, seguida da Grande Depressão e os horrores da Segunda Guerra Mundial, os Governos dos países mais avançados desenvolveram uma arquitetura financeira mundial no Verão de 1944 destinada a promover a paz, a estabilidade financeira e o crescimento económico. No centro turístico de Bretton Woods (EUA), nas montanhas de New Hampshire, John Maynard Keynes e Harry Dexter White elaboraram os pormenores dessa nova arquitetura. Deste modo, foram criados o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O primeiro devia proporcionar os recursos necessários de investimento nas infraestruturas e na maquinaria pesada indispensáveis para alcançar o desenvolvimento económico; a segunda, num conjunto de tarefas diferentes, ajudaria tanto os países mais desenvolvidos como os países em desenvolvimento a superar o défice das suas balanças de pagamentos e a estabelecer as economias e as disciplinar internamente de modo a corrigir esses desequilíbrios. O Banco e o Fundo operando desde fora, desde Washington, trariam uns conhecimentos sólidos em matéria de economia e o mundo das finanças, a tarefa de desenvolvimento económico. Uns anos mais tarde, iria conceber-se a Organização Internacional do Comércio (OIC) para promover o comércio mundial e o pleno emprego.

¹⁴⁴ Streeck, W. (1994) „European Social Policy after Maastricht“, in *Economic and Industrial Democracy*, 15, pp. 151-177.

¹⁴⁵ Streeck, W. (1987), “The Uncertainties of Management in the Management of Uncertainty“, in *Work Employment and Society*, 1 (3), pp. 281-308.

¹⁴⁶ Streeck, W. (1998), “The Internationalization of Industrial Relations in Europe”, *Politics & Society*, 26(4), pp. 429-459.

¹⁴⁷ Streeck, W.; Schmitter, P. C. (1991), “From National Corporatism to Transnational Pluralism”, *Politics & Society*, 19(2), pp. 133-164.

Tal como a maior parte das instituições, o Movimento Sindical saiu igualmente destruído da Segunda Guerra Mundial. Alguns dos seus melhores e mais brilhantes dirigentes perderam a vida neste período de tempo. Não obstante, os princípios de liberdade, os direitos dos trabalhadores e a dignidade defendidos pelo Sindicalismo, permitiram-lhe assumir depois da guerra uma posição forte de liderança nas nações democráticas no âmbito internacional. Nas últimas décadas, as instituições financeiras e comerciais internacionais adquiriram cada vez mais influência e responsabilidade na modelagem da economia mundial¹⁴⁸. O movimento sindical internacional utilizou toda a sua força política para promover um enquadramento multilateral do comércio, das finanças e do desenvolvimento económico, e, ao mesmo tempo, tratar de amortecer as consequências negativas das políticas que emergem destas instituições internacionais, sobretudo as que afetam os trabalhadores e os pobres. Os sindicatos declararam que o desenvolvimento económico deve ir acompanhado de uma base social que garanta para todos, desde homens, mulheres, crianças e idosos, os benefícios da prosperidade económica.

As décadas de cinquenta e de sessenta foram os “anos dourados” da economia no mundo. Em finais da década de quarenta, a produção nos Estados Unidos estava a crescer rapidamente, as exportações estavam no auge e o desemprego estava muito baixo. Mas depois da suspensão do controlo de preços, a inflação começou a ser preocupante. A economia norte-americana estava a converter-se no eixo à volta do qual girava a economia mundial. Durante os anos cinquenta, os resultados económicos dos Estados Unidos mantiveram-se fortes e este país começou a concentrar a sua atenção na distribuição de lucros.

Contudo, nos anos sessenta, a Europa após se ter recomposto da devastação da guerra e restabelecer as bases de uma economia forte em tempos de paz, progrediu mais rapidamente que os Estados Unidos para o desenvolvimento de um modelo de um Estado Social de grande alcance. O movimento sindical participou na aplicação do plano Marshall e considerava-se que a estreita colaboração entre sindicatos, patronato e Governo constituíam uma condição necessária para reconstruir a indústria e promover uma maior produtividade. Em parte devido a isto, o período pós-guerra foi testemunha de um reforço do poder sindical nacional na Europa. Contudo, no plano internacional, a Guerra Fria e certas diferenças internas dividiram o movimento sindicalista. Vendo as coisas retrospectivamente, o movimento sindicalista internacional, assim como muitas outras organizações, Governos e pessoas que participaram

¹⁴⁸ Educación Obrera, (2001/3), *Los Sindicatos y la economía global: una historia inconclusa*,(4), 124-125, Madrid, pp. 4.

num debate internacional sobre o desenvolvimento económico, não logrou antecipar nem reconhecer uma série de problemas e barreiras importantes para o seu desenvolvimento. Por exemplo, não foi tomada suficiente atenção de modo a garantir os recursos externos necessários para oferecer uma educação universal e estabelecer redes básicas de segurança social nos países em vias de desenvolvimento. Pouco depois da Segunda Grande Guerra, o movimento sindicalista preocupou-se com as políticas que se estavam a aplicar na prática, de modo a reduzir as pressões inflacionistas nos países desenvolvidos. Estas políticas restringiram o crescimento económico e deram lugar a uma recessão mundial em 1957 e 1958.

Apesar de o FMI e o Banco Mundial terem começado a exercer maior autoridade na economia mundial nessa época, não constituíam a maior preocupação do movimento sindical.

No decurso da década de sessenta, o mundo em desenvolvimento registou um crescimento económico relativamente rápido, cuja média girava à volta de 6% anual. Mas o crescimento por si mesmo não gerou desenvolvimento económico e de facto, em finais da década, surgiram problemas cada vez mais graves, como o aumento da pobreza e do desemprego, e um drástico aumento das desigualdades em relação a ganhos¹⁴⁹.

Em 15 de Agosto de 1971, o Presidente dos Estados Unidos anunciou que o seu país já não se comprometia a manter um valor específico para o dólar norte-americano¹⁵⁰. Esta breve declaração presidencial desintegrou as bases do sistema de reservas de ouro, tão cuidadosamente elaborado pelo FMI. Como solução de último recurso para alguns Governos, foram assinados em Dezembro de 1971¹⁵¹ os acordos do *Smithsonian Institute* (Washington), em virtude dos quais as moedas iam flutuar dentro de uma margem de $\pm 2.25\%$ em relação aos bancos centrais. Esta situação durou menos de dois anos, uma vez que a maioria das moedas estava a flutuar entre si. Em princípios de 1973, os países da Comunidade Europeia introduziram uma “flutuação conjunta” das suas moedas em relação ao dólar. Em meados de 1974, puseram-se em prática recomendações do Comité do FMI para a Reforma do Sistema Monetário Internacional e Questões Afins e adotaram-se diretrizes para a gestão do sistema de tipo câmbio flutuante.

¹⁴⁹ L. Emmerij e outros,(2001), *Ahead of the Curve? Na ideal and Global Challenge*, Bloomington Indiana, Indiana University Press, p. 44.

¹⁵⁰ Gold, J. (1984)*Legal and institutional aspects of the International Monetary System*, FMI, p. 18.

¹⁵¹ ETUC,(2005), *Europe and Globalisation*, Bruxelas, pp. 40-44.

Em 1979, os bancos centrais gastaram mais de 40.000 milhões de dólares americanos na compra e venda das suas moedas flutuantes¹⁵². Durante esta crise monetária o movimento sindical fez declarações públicas nas quais instava a que se aplicassem políticas coordenadas para estimular o crescimento e travar as consequências que a crise tinha no emprego e no plano social. Também pediu às centrais sindicais nacionais afiliadas que exercessem pressão sobre os Governos nacionais relativamente a questões económicas mundiais. Passou a ser frequente enviar-lhes uma série de recomendações para que pudessem responder à crise monetária internacional.

A primeira crise mundial do petróleo de 1973-1974 induziu numerosas mudanças nas políticas económicas mundiais. Os preços de petróleo quadruplicaram e a inflação superou os dez por cento. Os países em desenvolvimento importadores de petróleo viram-se fortemente afetados porque o preço dos bens que exportavam mantinha-se igual ou descia, enquanto o preço dos bens importados como o petróleo, aumentava. Uma das reações imediatas do movimento sindicalista internacional foi pedir às centrais sindicais nacionais que começassem a exercer pressão sobre os Governos para que se celebrasse uma reunião mundial na qual se estudassem as maneiras de reciclar os fundos excedentes dos países exportadores de petróleo. Também foi solicitado que os países em desenvolvimento tivessem direito a pagar as dívidas a juros mais baixos e em condições muito favoráveis. Estas medidas eram destinadas a reativar a economia mundial.

Na segunda crise do petróleo em 1979, que afundou novamente a economia mundial num profundo caos, a inflação aumentou rapidamente nos países ocidentais do norte. Com Ronald Reagan e Margaret Thatcher à frente das principais economias anglo-saxónicas, o contexto económico ia estar disponível para que nos anos subsequentes os países que desejassem pudessem dismantelar o Estado social, flexibilizar mais os mercados laborais e reduzir o poder dos sindicatos. As políticas que se aplicaram depois estavam ligadas à liberalização do comércio e dos mercados financeiros, à privatização de muitos setores, à desregulamentação dos mercados de trabalho e de produtos, à redução de pessoal no setor público e ao reforço dos direitos de propriedade. Muitas vezes, o corte dos gastos públicos supunha uma redução dos gastos nas áreas de saúde, educação, o que piorava a pobreza e as desigualdades nos salários.

¹⁵² Artigo sobre o Sistema Monetário Internacional, publicado pelo *The Economist* em 29 de novembro de 1980.

Durante os anos oitenta e os primeiros anos da década de noventa, consolidou-se o que se chamou o Consenso de Washington. Na realidade, a crise da dívida internacional intensificou-se, a pobreza generalizou-se ainda mais e o subemprego alcançou níveis extremos na maioria dos países em vias de desenvolvimento.

Os primeiros anos da década de oitenta corresponderam aos mais duros para os trabalhadores de todo o mundo. O movimento sindical e as centrais sindicais foram muito críticas em relação às consequências que tiveram as políticas de Bretton Woods décadas atrás, na liberdade sindical, na negociação coletiva, nos salários mínimos e noutras questões relativas às relações laborais. Os altos funcionários das instituições financeiras internacionais fizeram vista grossa a essas críticas. Em resposta às inquietações dos sindicatos sobre se as condições impostas pelos empréstimos podiam prejudicar a capacidade dos Governos de colocar em prática obrigações jurídicas internacionais em relação à liberdade sindical e à negociação coletiva, o Diretor Geral do FMI enviou uma mensagem escrita em que assegurava ao movimento sindical internacional que dita preocupação estava “completamente injustificada”.

O movimento sindical reiterou periodicamente a necessidade de diálogo e a sua preocupação pelas consequências das políticas de ajustamento nas relações laborais, infelizmente sem ter muito êxito. Foi pedida a reforma do sistema financeiro internacional e o aumento da transparência no Banco Mundial e no FMI.

v. Os problemas dos sindicatos na era da Globalização

O enfraquecimento das organizações sindicais no mercado de trabalho foi evidenciado pelo relativo declínio da densidade sindical e pela sua incapacidade de mobilizar os trabalhadores contra as políticas de liberalização do mercado de trabalho ¹⁵³

Para Manuel Carvalho da Silva, em entrevista a Elísio Estanque e Hermes Costa ¹⁵⁴, existem três problemas com que os sindicatos se debatem respeitantes a programas de luta eficazes. O primeiro está ligado à relação com os poderes, em particular com o poder económico que dispõe de meios que lhe permitem deslocalizar o local de trabalho para além das fronteiras de um país. Os mecanismos de regulação e de conflito entre o trabalho e o

¹⁵³ Royo, Sebastián, (2001), “Ainda o século de corporativismo. Espanha e Portugal comparados”, in *Análise Social*, vol. XXXVI, pp. 85-117.

¹⁵⁴ Silva, Manuel Carvalho da (2002), *Agir contra a Corrente, Reflexões de um Sindicalista*, Porto, Ed. Campo das Letras, pp. 34-35.

capital, entre a entidade patronal e o trabalhador movem-se constantemente e quando chega o momento de se confrontarem, o ponto de conflito já foi deslocado, saindo muitas vezes os trabalhadores e os sindicalistas defraudados. O segundo aspeto diz respeito à crescente separação entre o poder político e a responsabilidade social. As decisões políticas têm múltiplas dimensões e qualquer decisão política possui uma componente social, mas o poder político está cada vez mais entregue aos determinismos económicos. Trata-se de uma componente que produz enormes desafios aos sindicatos e à sociedade, “pois o social entregue à dependência do lucro e à lógica do consumo esvazia-se em absoluto”, nas palavras do ex-dirigente sindicalista. O terceiro aspeto está ligado ao problema de os sindicatos conseguirem articular a dimensão de intervenção institucional com a essência da sua ação como movimento social de que não devem abdicar. Contudo, existe na sociedade portuguesa um elevado défice de participação que atinge também os sindicatos.

Na opinião de Manuel Carvalho da Silva ¹⁵⁵, “as questões europeias são de outro mundo” e para este sindicalista o estado de espírito não era fácil de mudar, resultante em grande parte das elites dominantes que se recusavam a abrir à informação e ao debate dos cidadãos. Os custos da atividade global da CGTP são sustentados exclusivamente por quotas dos trabalhadores, o que não se verificava muitas vezes com os movimentos sindicais de outros países. Apesar dessas dificuldades, os seus quadros sindicais têm uma importante intervenção a nível europeu.

Os caminhos do Sindicalismo passam pela valorização das profissões e das qualificações. Para o ex-dirigente da Intersindical existe um desequilíbrio maior entre o poder patronal e o sindical. “Sempre que os sindicatos se abrem ao diálogo aparecem sempre propostas contrárias à regulamentação nova de valorização do trabalho, com raras exceções”.

Os três problemas de instrumentalização do movimento sindical português apontados por Manuel Carvalho da Silva são:

1 - Pouca valorização do trabalho e do setor produtivo.

2 - Ausência muito forte das forças políticas de reflexão sobre as questões do trabalho e do sindicalismo. Quanto tempo é que os principais partidos dedicam nas suas agendas políticas, às questões do trabalho e do sindicalismo, é indeterminável.

3 - Fragilização relativa à situação política no plano internacional. Muita afirmação do sindicalismo depois da II Guerra Mundial, foi realizada através da mobilização dos

¹⁵⁵ Silva, Manuel Carvalho da (2002), *Agir contra a Corrente, Reflexões de um sindicalista*, Porto, Campo das Letras, pp. 44-45.

trabalhadores no plano reivindicativo, económico e social mais concretamente, mas tendo como alternativa, o modelo de sociedade a ser debatido. No final da década de noventa isso já não era possível. Contudo, para Manuel Carvalho da Silva, existiu no movimento sindical em geral uma crise crescente até meados da década de noventa, mas estabilizou a partir de 1997, época em que houve um ligeiro aumento da sindicalização.

Depois da chamada *Queda do Muro de Berlim* houve um norte-americano, administrador da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que chegou a uma reunião e disse: “A OIT já não se justifica, porque a ameaça de uma alternativa que em última instância mobilizava os trabalhadores já não se coloca; portanto, elimine-se esta Organização”. Para o ex-dirigente sindicalista, posições como esta deveriam ser combatidas, uma vez que se torna imprescindível defender os direitos e interesses de trabalhadores e procurar as responsabilidades no trabalho e fora dele, enquanto se procuravam alternativas ao sistema capitalista.

O Sindicalismo teve de adaptar-se aos novos tempos. Os valores e caminhos que Marx traçou há cento e cinquenta anos no meio das convulsões sociais da Industrialização, levando-o à formulação do “Manifesto Comunista”, para este ex-dirigente da CGTP continua válido. Ao longo do tempo, foram realizadas algumas readaptações e existiram novas aspirações que são possíveis para uma sociedade atual em aceleração constante. As questões do Sindicalismo e do trabalho deveriam ser mais debatidas na sociedade de cada país, uma vez que na opinião do ex-dirigente da Intersindical:

“Estamos perante inseguranças múltiplas porque o processo de Globalização em curso vem gerando desestruturas sociais, económicas e políticas e acentuando injustiças”.¹⁵⁶

Em 1999, com vista a uma fase de mudanças, foi lançada da parte da Intersindical uma campanha visando adquirir em quatro anos duzentas mil novas sindicalizações e eleger quatro mil novos delegados sindicais. Contudo, neste trabalho não vamos avaliar os resultados desta ação empreendida pela CGTP, uma vez que o período de avaliação vai para além do ano de 2000.

Por outra parte, avaliámos o dinamismo da Intersindical e o interesse no esforço despendido de modo a transformar muitos sindicatos no sentido de angariarem novos sindicalizados. A prática sindical de privilegiar a estrutura e práticas verticalizadas são

¹⁵⁶ Silva, Manuel Carvalho da (2007), *Trabalho e Sindicalismo em tempo de Globalização, Reflexões e Propostas*, Lisboa, Ed. Circulo de Leitores e Temas e Debates, p.62.

criticáveis por não se compadecerem com a realidade dos nossos dias. A aposta na descentralização, na organização e ação articulada a nível local e regional sem descaracterizar os laços profissionais e setoriais, deve ser muito mais impactante e valorizada.

A existência de um número grande de práticas sindicais de resistência a políticas de Governo tem sido ressaltada. Essas práticas ligam-se a instrumentos como a mobilização de protestos até à Assembleia Nacional ou até ao Parlamento com o fim de apresentar um pedido. Estas ações basearam-se, em geral, em alianças intersindicais quando existem mais de uma central ou confederação, e muitas vezes contam com o apoio de partidos políticos e do setor empresarial, estudantes ou associações de bairros ou ONG (Organizações Não Governamentais). Em muitas ocasiões o sindicalismo contou com a via legal, denunciando perante os tribunais a inconstitucionalidade de muitas leis e reformas do Governo.

Fazendo um balanço¹⁵⁷, os resultados obtidos não têm sido um sucesso e têm existido alguns logros. Nalguns casos obteve-se a suspensão definitiva da proposta governamental que originou esta reação. Noutros, a estratégia sindical permitiu uma suspensão temporária até que noutra altura o governo retomou aquele projeto. Os casos concretos referem-se a privatizações, reformas da Segurança Social, reforma dos códigos de trabalho e outras medidas de política económica. Muitas vezes tem sucedido que os direitos laborais têm sido ultrapassados por organizações bancárias internacionais, violando as leis constitucionais do país, quando o Governo é pressionado para despedir funcionários do setor público, quando se praticam campanhas de desacreditação dos trabalhadores baseados na pretensa falta de motivações ou de qualificações que são inadequadas às suas necessidades. Ou ainda, quando se eliminam as regulamentações e proteções laborais e se estabelecem novas políticas salariais em função da produtividade e se promovem novas modalidades de contratação precária do trabalhador da função pública com marcada instabilidade, quando se impõem também restrições fiscais aos Governos, impedindo que cumpram as suas obrigações contratuais. Nota-se que outros poderes mais fortes que os Governos requerem para si estatutos mais poderosos e ultrapassam todos os direitos dos trabalhadores já consagrados por lei. Algumas organizações já denunciaram que por vezes existem consultas aos sindicalistas mas que apenas são levadas a cabo com os sindicatos aliados do Governo. A capacidade do Sindicalismo na sua luta contra as poderosas organizações bancárias internacionais tem-se revelado muitas vezes infrutífera.

¹⁵⁷ Kyloh, R. ;O'Neill, F. ; Whelton, C. (2001), "Los Sindicatos y la economía global: una historia inconclusa, in *Educación Obrera*, 124-125, pp. 76-78.

Nas primeiras fases de mudança, a ocidentalização promove a modernização. Nas fases mais avançadas, a modernização promove a desocidentalização. Ao nível da sociedade, a modernização aumenta o poder económico, militar e político da sociedade como um todo e encoraja as pessoas daquela sociedade a terem confiança na sua cultura e a tornarem-se culturalmente afirmativas. A modernização não significa, contudo, ocidentalização. As sociedades não ocidentais podem modernizar-se, e têm-se modernizado sem excluírem os seus próprios valores e adotarem as instituições e práticas ocidentais. A ocidentalização pode tornar-se quase impossível. Como um filósofo, Fernand Braudel¹⁵⁸ dizia que “seria infantil pensar na modernização ou no triunfo da civilização no singular” porque levaria ao fim da pluralidade histórica moldada durante séculos no seio das grandes civilizações mundiais. Para Samuel P. Huntington¹⁵⁹, “o mundo está a tornar-se mais moderno e menos ocidental”.

Este cenário desfavorável ocorre no contato e intensificação de interações transnacionais que são conhecidos como a Globalização. Embora não seja um fenómeno novo, a Globalização chegou a uma dimensão incontável, enfraquecendo o papel dos sindicatos e questionando a capacidade dos Estados para regular as atividades dentro das suas fronteiras.

Foi deste modo que o peso da Globalização funcionou como um estímulo para os sindicatos responderem e encontrarem um equivalente funcional do processo no domínio do trabalho, porque isto e muito mais foi devido não à aspiração do movimento de trabalhadores do século XIX, mas à união dos capitalistas de todo o mundo¹⁶⁰.

Foi a exaustão gradual do modelo social, desde os anos setenta que progressivamente gerou as condições para um Sindicalismo globalizado, opondo-se aos mercados financeiros e às companhias transnacionais. Embora a presença plena da Globalização não seja suficiente, a Globalização dos sindicatos colide com um grande número de obstáculos que são difíceis de ultrapassar, nomeadamente:

¹⁵⁸ Braudel, F. cit. in Huntington (1999), *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, pp. 212-213.

¹⁵⁹ Huntington, Samuel, (1999), *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Ed. Gradiva, pp. 103-106.

¹⁶⁰ Santos, Boaventura de Sousa (1995), “Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal seguidas de um apelo”, *Vértice*, 68, pp. 132-139.

1 - Raízes dos sindicatos nacionais - Devido às diferenças entre países e às suas culturas, é difícil utilizar a capacidade de mobilização de trabalhadores, assim como os fatores ideológicos que possuem um peso decisivo na organização sindical¹⁶¹.

2 - A falta de teorização sobre este tema reflete a ausência de muitos movimentos concretos a caminho da Globalização¹⁶².

3 - A inclusão de concorrência entre países na estratégia de ação dos sindicatos pode gerar formas forçadas de Globalização dos sindicatos¹⁶³. Por outro lado, isto constitui a estratégia sindical em que a unicidade é estimulada e, por outro lado, a emergência de obstáculos que geram conflitos dentro do movimento internacional de trabalhadores¹⁶⁴.

Conclui-se, desta maneira, que a articulação do movimento sindical com outros movimentos sociais implicou mudanças anteriormente sinalizadas, tornando-se deveras importante para o seu futuro e para o futuro da Segurança e Reforma Social. Não é por acaso que o papel dos parceiros sociais nos pactos de políticas na União Europeia com o objetivo da União Monetária durante os anos noventa se tornou tão importante¹⁶⁵. Constata-se que os sindicatos têm sido igualmente envolvidos em reformas de políticas sociais de modo a que o Sindicalismo encontre um novo papel na reforma do Modelo social europeu¹⁶⁶.

¹⁶¹ Jensen, C.S.; Madsen, J.S.; Due, J. (1999), “Phases and dynamics in the development of EU industrial relations regulation“, *Industrial Relations Journal*, 30 (2), pp. 118-134.

¹⁶² Turner, Lowell (1998), “ The Europeanization of Labour: Structure before Action”, in E. Gabaglio and R. Hoffmann(eds.), *The ETUC in the mirror of industrial relations*. Brussels: European Trade Union Institute, p.210.

¹⁶³ Costa, Hermes A. (1997), *Os desafios da globalização ao sindicalismo: contributos para uma perspectiva portuguesa* (M.A. Dissertation in Sociology). Coimbra, Faculdade de Económicas.

¹⁶⁴ Ruzza, Renato di (1996) “ L’internationalization de l’économie et la crise du syndicalisme”, *L’Homme et la Société*, 121/122, pp. 117-130.

¹⁶⁵ Fajertag, G. and Pochet, P. (eds.) (2000), *Social Pacts in Europe: New Dynamics*, Brussels, ETUI.

¹⁶⁶ Ebbinghaus, B. and Hassel, A. (2000), “Striking Deals: Concertation in the Reform of Continental European Welfare States”, in *Journal of European Public Policy*, 7, 1, pp. 44-62.

XII -- ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DOCUMENTO DA CGTP-IN, APRESENTADO NO RELATÓRIO DE ATIVIDADES (1986-1989), aprovado no VI Congresso, maio de 1989

ii. A integração de Portugal nas Comunidades Europeias (pp.27-30)

SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE CONTEXTO
DEFINIÇÃO DE CONSEQUÊNCIAS NO PLANO POLÍTICO E CONSTITUCIONAL	Consequências do plano político.	A1-- "... As consequências, no plano político ...da adesão de Portugal à CEE..."
	Consequências do plano constitucional	A2 -- "...e constitucional da adesão de Portugal à CEE são no essencial conhecidas"
	Contribuição para consolidar o poder do grande patronato na sociedade portuguesa.	A3-- ..contribuíram para consolidar o poder do grande patronato na sociedade portuguesa..."
	Tentativa de interromper o projeto de transformação democrática do país visando o socialismo	A4 --.."tentar interromper o projeto de transformação democrática do país, visando o socialismo, tal como estava consagrado na Constituição"..."
	Ataques à Constituição	A5 --"grande parte dos ataques à Constituição ..."
	Ataques às conquistas de Abril sem justificação real na adesão de Portugal à CEE	A6 --" e às conquistas de Abril não encontram justificação real na adesão de Portugal à CEE".
	Confirmação no plano económico das preocupações sobre o impacto negativo da adesão em muitos setores de atividade	A7 -- " No plano estritamente económico, embora se tenham confirmado as preocupações sobre o impacto negativo da adesão à CEE..."
	Aumento do défice comercial	A8 --"... e tenha aumentado o défice comercial..."
	Precipitação em tirar conclusões	A9 --"... é precipitado tirar conclusões definitivas..."
	Existência de reais riscos sobre a economia	A10 --"...Existem reais riscos e perigos

		sobre a nossa economia..."
	Coerência da CGTP com a sua posição de classe	A11 -- "...Por isso, a CGTP-IN, coerente com a sua posição de classe..."
	Denúncia da CGTP-IN dos riscos e perigos para que não haja confirmação	A12-- "... não só de os denunciar mas sobretudo, tudo fazer para que eles não se confirmem..."
	Atuação da CGTP-IN com vista a que Portugal e os portugueses tirem o maior partido possível da integração	A13 -- "... atuando com vista a que Portugal e os portugueses tirem o maior proveito possível da integração"
	Falta de rigor e transparência e preocupação de muitos ministros em apresentar os resultados de qualquer reunião como um "sucesso".	A14 -- "...as questões comunitárias não tem sido rigorosa e transparente e a preocupação de muitos ministros... em apresentar os resultados...como "um sucesso"..."
	Falta de contribuição para o esclarecimento	A15-- "... Nada contribui para o esclarecimento ..."
	Falta de contribuição para a mobilização dos agentes económicos e sociais	A16 -- "... e mobilização dos agentes económicos e sociais..."
	Maior abertura do mercado português às importações dos outros países comunitários.	A17 -- "... período marcado pela maior abertura do mercado português às importações provenientes dos outros países comunitários"...
	Dificuldades de ordem diversa na aplicação dos fundos	A--18"... A aplicação de fundos comunitários em Portugal tem-se defrontado com dificuldades de ordem diversa..."
	Inexistência dum projeto de desenvolvimento nacional económico e social	A19 -- "...A inexistência dum projeto de desenvolvimento nacional económico e social..."
	Promoção da modernização da estrutura produtiva	A 20--"... promover a modernização da estrutura produtiva..."
	Indefinições das políticas agrícola, industrial e de formação profissional	A21 --"...as consequentes indefinições das políticas agrícola, industrial e de formação profissional..."
	Falta de informação e de transparência das orientações para a aplicação dos Fundos	A22-- "... a falta de informação e de transparência das orientações para a

		aplicação dos Fundos..."
	Desconhecimento entre os agentes económicos e sociais	A23-- "...pois continua a predominar o desconhecimento entre os agentes económicos e sociais..."
	Limitação de acesso aos fundos disponíveis por falta de contrapartidas internas	A24 -- "...a falta de informação e de transparência das orientações para a aplicação dos Fundos..."
	Defesa de necessidade imperiosa de acesso aos fundos de forma a criar condições para uma efetiva coesão económica e social	A25--" ...a CGTP-IN tem defendido o acréscimo dos fundos comunitários destinados a Portugal..a criar condições para uma efetiva coesão económica e social..."
	Defesa da CGTP para a efetiva priorização das regiões em atraso	A26 -- "...a CGTP-IN defendeu a efetiva priorização das regiões em atraso de desenvolvimento..."
	Aplicação do princípio da adicionalidade	A27 -- "...como primeira prioridade uma aplicação maleável do princípio da adicionalidade..."
	Maior descentralização na aplicação conjugada com a programação necessária	A28 -- "...uma maior descentralização na aplicação conjugada da programação necessária..."
	Participação ativa das organizações sindicais nas várias fases do processo de atribuição dos Fundos	A29-- "... a participação ativa das organizações sindicais nas várias fases do processo de atribuição dos Fundos.."
	Eleição de um representante da CGTP-IN no processo do PEDIP à CEE	A30--"...no processo que conduziu à aprovação do PEDIP pela CEE foi eleito relator do Comité Económico e Social um representante da CGTP-IN..."
	Intervenção eficaz no programa comunitário	A31 --"... uma intervenção eficaz sobre este Programa comunitário..."
	Problema das anuidades	A32 --"...problema das anuidades..."
	Definição dos quatro eixos prioritários	A33 -- "...a definição dos 4 eixos prioritários..."

	Necessidade de reforçar ações no domínio da higiene e segurança no trabalho	A 34 -- "...necessidade de reforçar ações no domínio da higiene e segurança no trabalho..."
Contribuição	Contribuição para a rápida aprovação pela CEE	A35-- "...no trabalho contribuindo para a rápida aprovação pela CEE..."
	Reforço do papel da CGTP-IN do poder local na aplicação do Fundo	A36-- "...a CGTP defendeu o reforço do papel do Poder Local na aplicação do Fundo..."
	Equilíbrio entre os vários programas operacionais mais adequados à situação do país	A37 -- "...equilíbrio entre os vários programas operacionais mais adequado à situação do país..."
	Não discriminação das associações em todas as ações de formação	A38 -- "...não discriminação das associações sindicais em todas as ações de formação profissional..."
	Defesa de não discriminação contra as cooperativas da zona de reforma agrária	A39 -- "...a CGTP-IN tem defendido o fim das discriminações cometidas contra as cooperativas da zona da reforma agrária..."
Comunicação	Necessidade da existência dum verdadeiro plano nacional de formação profissional	A 40-- "...a CGTP-IN tem considerado necessária a existência dum verdadeiro plano nacional de formação profissional..."
Intervenção	Intervenção responsável, fundamentada e competente da CGTP-IN	A41 -- "...A intervenção responsável fundamentada e competente da CGTP-IN tem sido reconhecida pelos responsáveis nacionais e comunitários..."
Comunicação	Divulgação e debate da informação dos problemas discutidos na CEE	A42-- "... A divulgação e debate da informação sobre os problemas discutidos na CEE ..."
	Insuficiência por razões de falta de organização permitiu reforçar intervenção qualificada da U. S. de Setúbal de desenvolvimento da sua região	A43-- "...apesar de insuficiente por razões de organização permitiu... reforçar a intervenção qualificada da U.S. Setúbal na operação integrada de desenvolvimento prevista para a sua região..."

Comunicação	Realização de seminários colóquios sobre políticas comunitárias e os seus efeitos discutidos na CEE	A44 -- "...Foram ainda realizados seminários e colóquios sobre políticas comunitárias e os seus efeitos em Portugal...sobre a dimensão social do mercado interno e
Comunicação	Efeitos de seminários e colóquios sobre as consequências setoriais do mercado interno	A45 -- "... os seus efeitos em Portugal,... e sobre as consequências deste..."
	Contribuição financeira da CEE	A46 -- ".. iniciativas que puderam contar com uma contribuição financeira por parte da CEE

XIII -- CONCLUSÕES SOBRE O DOCUMENTO DA CGTP-IN:

Análise da Temática

As várias classes que considerámos foram: a) Política (P); b) Democrática/Constitucional (D); e c) Económica (E).

A cada unidade de contexto foi atribuída uma classificação entre as várias classes consideradas. Chegámos assim aos seguintes resultados:

A1=P; A2=D; A3=E; A4=D; A5=D; A6=D; A7=E; A8=E; A9=--; A10=E; A11=P; A12=P; A13=P; A14=P; A15=P; A16=E; A17=E; A18=E; A19=E; A20=E; A21=E; A22=E; A23=E; A24=E; A25=E; A26=P; A27=E; A28=P; A29=E; A30=P; A31=P; A32=E; A33=P; A34=P; A35=P; A36=P; A37=P; A38=P; A39=P; A40=P; A41=P; A42=P; A43=P; A44=P; A45=E; A46=E.

Na classe Política (P) temos o resultado de vinte e dois.

Na classe de Democrático/ Constitucional (D) temos o resultado de quatro.

Na classe intitulada de Económica (E) temos o valor de dezanove, muito próximo do valor da classe Política.

Conclui-se que o documento da CGTP-IN dá mais relevância ao plano político, em primeiro lugar, e logo a seguir, ao plano económico. O plano democrático e constitucional apresenta um valor muito baixo.

XIV - CONCLUSÕES FINAIS

Devido a grandes mudanças mundiais nos anos oitenta, advindas do triunfo da ideologia neoliberal, após anos de grande regulamentação de mercados e consequente preponderância da força dos movimentos sindicalistas em todo o mundo, desde o período de tempo considerado no nosso trabalho, assistiu-se a um gradual enfraquecimento da força sindical na Europa e em Portugal. Nessa época, os sindicalistas sabiam com o que poderiam contar, e quais eram os seus opositores na sociedade. Esse enfraquecimento foi devido ao Consenso de Washington, à falta de regulamentação dos mercados financeiros e ao consequente processo de divisão do movimento sindical, demonstrando que a grande força que a CGTP-IN tivera no passado, ou seja, nos primeiros anos da Revolução, foi-se diluindo graças tanto ao contexto económico-financeiro europeu e mundial como também ao aparecimento da UGT, uma central sindical oposta à sua ideologia e valores.

É certo que a CGTP-IN apoiou e desenvolveu o Sindicalismo em Portugal e em 1989, após a Queda do Bloco soviético, fez uma aproximação a todas as centrais sindicais europeias e mundiais, não excluindo a UGT, que a ajudou a entrar na CES, a mais importante central europeia. Mas foi ultrapassada pela premência dos *Novos Tempos*, marcados por uma ideologia neoliberal de grande desregulamentação no plano financeiro e económico europeu, tendo o Modelo Social sido posto em causa. A Globalização tem ajudado muito a essa desregulamentação europeia e mundial, prejudicando assim os sindicalistas em Portugal e na Comunidade Europeia, uma vez que é necessário muita coesão e regulamentação forte para enfrentarem o desafio que começou na década de finais de oitenta com o Consenso de Washington de 1987.

Várias acusações pela CGTP-IN são dirigidas ao Portugal comunitário pela falta de clareza dos governantes ao fornecerem as informações sobre fundos comunitários e a falta de um programa realizado pelos Governos desde 1986, de modo a conduzir políticas no sentido de maior taxa de emprego e melhor aproveitamento das verbas comunitárias.

Todas as críticas e greves que a Intersindical dirigiu aos governantes e líderes portugueses não chegaram para ultrapassar os problemas com que o sindicalismo português se debateu até ao ano 2000 e mesmo nos anos vindouros. Será preciso um novo olhar e novas regulamentações para ultrapassar os problemas já apontados por esta central sindical. Terá de haver uma nova conjuntura económica e política na Comunidade Europeia, pressionada pela cidadania e pelos sindicalistas de modo a haver mais coesão social e mais pressão sobre os governantes, fatores que não têm existido até agora. Terão de ser implementadas novas regras

internacionais contra a “ditadura dos mercados” em prole de um novo modelo social europeu mais favorável para todos os trabalhadores.

Sendo assim, consideramos que:

1. Fica demonstrado que a CGTP representou um “sindicalismo de contestação”.
2. As mudanças por que a Intersindical passou foram múltiplas, devido ao contexto histórico da época, ressaltando-se a sua viragem, principalmente a partir do ano de 1987, com a Queda do Bloco Soviético.
3. As influências que a CGTP-IN sofreu em relação à Europeização foram grandes, uma vez que teve de se adaptar à nova conjuntura europeia, ressaltando-se a sua aproximação a todas as centrais sindicais, principalmente à Central Europeia de Sindicalismo.
4. O enquadramento dado pelo sindicalismo da Intersindical continua a ser de luta e de contestação, defendendo os seus princípios e os seus valores.

XV – FONTES

- CGTP-IN (1986) “Do Bloco Central ao Governo do PSD, A situação do país, a luta dos trabalhadores, a organização sindical” in V Congresso Relatório de Atividades, Lisboa, pp. 132-133.
- CGTP-IN (1989), Relatório de Atividades, 6º Congresso, Lisboa, pp. 28-33.
- CGTP, 1993, Congresso da CGTP, p. 19.
- CGTP (1996). Programa de Ação. VIII Congresso, Lisboa: CGTP, p. 102.
- CGTP (1999c), Programa de ação e resoluções. IX Congresso. Lisboa, CGTP, p. 92.
- CGTP (1999c), Programa de Ação e resoluções. IX Congresso. Lisboa, CGTP, p. 47.
- Comissão Europeia (1993), Bruxelas, p. 18.
- Costa, Hermes A. (2004) A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, pp. 8-24. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/208/208.pdf>.
- Costa, Hermes A. (2004) “A globalização do sindicalismo como desafio: a adesão da CGTP à CES”, Revista Crítica de Ciências Sociais, 51, pp. 69-107.
- Costa, Hermes A. (2011) “O sindicalismo contemporâneo entre as tipologias e as formas de ação”, in Estudos Sociológicos. Araraquara, v. 16, 31, pp. 447-474. <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/4515/3964>
- Costa, Hermes A. (1997), Os desafios da globalização ao sindicalismo: contributos para uma perspectiva portuguesa (M.A. Dissertation in Sociology). Coimbra, Faculdade de Económicas.
- Costa, Hermes A. (2004), A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual, apresentado num seminário internacional, realizado em Oxford. Entrevista realizada a um membro do Secretariado Nacional da UGT, em Junho de 1996. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/208/208.pdf>
- Costa, Hermes A. (2011) “O sindicalismo contemporâneo entre as tipologias e as formas de ação”, in Estudos Sociológicos. Araraquara, v. 16, 31, pp. 447-474. <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/4515/3964>
- Dirigente da CGTP (Departamento de Relações Internacionais) em entrevista em Janeiro de 1996.
- Entrevista em 20/02/1998 com o secretário-geral adjunto da CES, cit. in Hermes Costa, A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual, Coimbra, pp. 14-18. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/208/208.pdf>
- ETUC,(2005), Europe and Globalisation, Bruxelas, pp. 40-44.
- ISE, publicação de 1988, p. 54. CGTP-IN (1986).
- Membro do Secretariado Nacional da CGTP/ tendência socialista realizada em 29/07/1996 em Castanheira de Pera, cit. In Hermes Costa, (2004) A UGT e a CGTP perante a integração europeia, Coimbra, pp. 14.
- Pannekoek, Anton(1934), “O Sindicalismo“ in <http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/1936/01.htm> (acesso em 22-09-12).
- Responsável da CGTP/ Departamento “CEEs” em entrevista a 6 de Junho de 2002 em Lisboa, na Sede da CGTP, p. 8, cit. in Hermes Costa, A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a

confirmação de um sindicalismo dual, Coimbra, Faculdade de Económicas, pp. 14-18.
<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/208/208.pdf>

Secretário internacional da CGTP em entrevista a 28/03/1996, na sede da CGTP, em Lisboa.

Silva, Manuel Carvalho da (2004), “Intervenção de abertura”,
(<http://www.cgtp.pt/acgtp/orgaos/congressos/xcongresso/intervencoes/abertura-mcs.htm>), pp.1-9,
acedido em 18.03.2004.

Silva, Manuel Carvalho da (2004), “Intervenção de abertura”,
(<http://www.cgtp.pt/acgtp/orgaos/congressos/xcongresso/intervencoes/abertura-mcs.htm>), pp.1-9,
acedido em 18.03.2004.

Silva, Manuel Carvalho da (2004), “Intervenção de abertura”,
(<http://www.cgtp.pt/acgtp/orgaos/congressos/xcongresso/intervencoes/abertura-mcs.htm>), pp.1-9,
acedido em 18.03.2004.

Teoria hobbesiana, Thomas Hobbes in http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Hobbes

Teoria de Keynes, in http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_keynesiana

Torres, Francisco (2007), A convergência para a União Económica e Monetária: objetivo nacional ou constrangimento externo?, Universidade do Minho, NIPE WP 21/2007, pp. 3-7.
http://www3.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/2007/NIPE_WP_21_2007.PDF

Torres, Francisco (2007), A convergência para a União Económica e Monetária: objetivo nacional ou constrangimento externo?, Universidade do Minho, NIPE WP 21/2007, pp. 3-28.
http://www3.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/2007/NIPE_WP_21_2007.PDF

XVI – BIBLIOGRAFIA

- Alvarez-Miranda, (1996) *El sur de Europe y la adhesión a la comunidad. Los debates políticos*, Madrid: Siglo Veintiuno, p. 202.
- Artigo sobre o Sistema Monetário Internacional, publicado pelo *The Economist* em 29 de novembro de 1980.
- Barreto, António (1995), “ Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995” in *Análise Social*, 4ª série, volume XXX, 134, 5º, ICS, Lisboa, pp. 841-857.
- Barrett, M. (1991), *The Politics of Truth: From Marx to Foucault*, Cambridge, Ed. Polity.
- Beck, U. (2000), “ Mehr Zivilcourage bitte”, *Die Welt* (25 Maio), p.11.
- Bieler, Andreas (2006), “What future Union? The Struggle for a social Europe“ in workshop *Concepts of the European Social Model*, Vienna/ Austria, p. 9.
- Bieler, Andreas (2003) ” Labour, Neo-Liberalism and the Conflict over Economics and Monetary Union: a comparative analysis of British and German trade Unions” in *German Politics*, vol. 12/2, pp. 24-44.
- Braudel, F. cit. in Huntington, *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, pp. 212-213.
- Bulmer, S. J. (1998), “ New Institutionalism and the Governance of the Single Market“, in *Journal of European Public Policy*, 5 (3), p. 366.
- Castanheira, Pedro (1985), “ Os sindicatos e a vida política”, *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89)-3º,4º,5º, pp.801-818.
- Castells, M. (1998), *End of Millenium*, Oxford, Blackwell.
- Castells, Manuel, (1998), *End of Millenium*, Oxford, Blackwell, p. 326.
- Cochrane, A. ; and Pain, K. (2000), “A Globalising Society?“, in D. Held (ed.), *A Globalising World? Culture, Economics, Politics*, Londres, Routledge.
- Costa, Hermes A. (2004) “A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual” in *Trade Union attitudes towards European integration: a comparative perspective*, Oxford, p. 16.
- Costa, Hermes A. (2004), Comunicação no seminário internacional “Trade Union attitudes towards European Integration: a comparative perspective”, realizado em Oxford , *A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual*, p.7.
- Costa, Hermes A. (2000), “Portuguese Trade Union Participation in Europe: the CGTP affiliation with ETUC” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51, pp. 69-107.
- Costa, Hermes A. (1997), *Os desafios da globalização ao sindicalismo : contributos para uma perspetiva portuguesa* (M.A. Dissertation in Sociology), Coimbra, Faculdade de Económicas.
- Costa, Hermes Augusto (2004), *A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual*, Coimbra, Faculdade de Económicas, pp. 4-18.
- Costa, Hermes A. (2004), *A UGT e a CGTP perante a integração europeia: A confirmação de um sindicalismo dual*, seminário internacional realizado em Oxford. Referência a uma carta de Mathias Hinterscheid enviada à CGTP.

- Costa, Hermes A. (2004) “A UGT e a CGTP perante a integração europeia: a confirmação de um sindicalismo dual”, in *Trade Union attitudes towards European integration: a comparative perspective*, Oxford, p.16.
- CGTP-IN (1986) “Do Bloco Central ao Governo do PSD, A situação do país, a luta dos trabalhadores, a organização sindical” in *V Congresso Relatório de Atividades*, Lisboa, pp. 132-133.
- CGTP-IN (1989), *Relatório de Atividades*, 6º Congresso, Lisboa, pp. 28-33.
- CGTP, 1993, Congresso da CGTP, p. 19.
- CGTP (1996). *Programa de Ação. VIII Congresso*, Lisboa: CGTP, p. 102.
- CGTP (1999c), *Programa de ação e resoluções. IX Congresso*. Lisboa, CGTP, p. 92.
- CGTP (1999c), *Programa de Ação e resoluções. IX Congresso*. Lisboa, CGTP, p. 47.
- Costa, Hermes A. (2004) “A globalização do sindicalismo como desafio: a adesão da CGTP à CES”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51, pp. 69-107.
- Costa, Hermes A. (1997), *Os desafios da globalização ao sindicalismo: contributos para uma perspectiva portuguesa* (M.A. Dissertation in Sociology). Coimbra, Faculdade de Económicas.
- Dirigente da CGTP (Departamento de Relações Internacionais) em entrevista em Janeiro de 1996.
- Ebbinghaus, B; Visser, J. (2000), “A guide to the handbook”, in Ebbinghaus, B; Visser, J. (Org.) *Trade Unions in western Europe since 1945*. Londres, Mac Millan, pp. 3-32.
- Ebbinghaus, Bernhard (2002) “Trade unions’ changing role: membership erosion, organisational reform, and social partnership in Europe” in *Industrial Relations Journal*, dezembro 2002.
- Ebbinghaus, B. and Hassel, A. (2000), “Striking Deals: Concertation in the Reform of Continental European Welfare States”, in *Journal of European Public Policy*, 7, 1, pp. 44-62.
- Educación Obrera, (2001/3), *Los Sindicatos y la economía global: una historia inconclusa*, (4), nº 124-125, Madrid, pp. 4.
- El-Ojeili, Chamsy; Hayden, Patrick, (2006) *Critical Theories of Globalization*, New York, Palgrave Mac Millan, pp. 178-210.
- Esping-Andersen, Gosta (1993), “After the golden age? Welfare dilemmas in a global economy” in Gosta Esping-Andersen (ed.) *Welfare States in Transition- National Adaptations in Global Economics*, Londres, Sage, pp. 1-31.
- Esping-Andersen, Gosta (1993), “Orçamentos e democracia: o Estado-providência em Espanha e Portugal, 1960-1986, in *Análise Social*, 122, Lisboa, ICS, pp. 589-606.
- ETUC,(2005), *Europe and Globalisation*, Bruxelas, pp. 40-44.
- Eyerman, Ron e Jamisom, Andrew (1991), *Social Movements. A cognitive approach*, Cambridge, Polity Press/Basil Blackwell.
- Fajertag, G. and Pochet, P. (eds.) (2000), *Social Pacts in Europe: New Dynamics*, Bruxelas, ETUI.
- Ferner, (1998), “Multinationals, Relocation and Employment in Europe” in J. Gual (Org.) *Job Creation: the Role of Labour, Market Institutions*, Cheltham, Edward Elgar, pp. 165-196.
- Gabaglio, Emilio, (2001), “Foreword D” in J. Moreno, *Trade Unions without Frontiers: the Communist-Oriented Trade Unions and the ETUC*, Bruxelas, ETUI, pp. 9-11.
- Gold, J. (1984) *Legal and institutional aspects of the International Monetary System*, FMI, p. 18.
- Gorz, André (1999), *Reclaiming Work: beyond the wage-based society*, Cambridge, Polity Press.
- Hoffman cit. Por Esping-Andersen, Gosta (1993) “Orçamentos e democracia: o Estado-providência em Espanha e Portugal, 1960-1986”, in *Análise Social*, 122, Lisboa, ICS, pp. 589-606.

- Huntington, Samuel P. (1996), *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Ed. Gradiva. Lisboa, pp.82-89.
- Huntington, Samuel, (1999), *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Ed. Gradiva, pp. 103-106.
- Hyman, Richard, (2002) “Europeização ou erosão das relações laborais?” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, pp. 7-32.
- Hyman, Richard (2002), “ Europeização ou erosão das relações laborais?” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, Lisboa, ICS, pp. 28-29.
- Hyman, Richard (1999), “National industrial relations systems and transnational challenges: an essay in review”, *European Journal of Industrial Relations*, 5 (I), pp. 89-110.
- Hyman, Richard, (2004), “The future of trade unions”, in Verma, A. ; Kochan, T. A. (Eds), *Trade Unions in the 21st century: an international perspective*, Basinstoke, Palgrave MacMillan, pp. 17-29.
- Hyman, Richard (2002), “Europeização ou erosão das relações laborais?” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, Coimbra, CES, pp. 7-32.
- Hyman, Richard (2002), “Europeização ou erosão das relações laborais?”, in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 62, Coimbra, CES, p. 19.
- Hyman, Richard (2002), “Europeização ou erosão das relações europeias?”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, Lisboa, ICS, pp. 7-32.
- ISE, publicação de 1988, p. 54.
- Jensen, C.S.; Madsen, J.S.; Due, J. (1999), “Phases and dynamics in the development of EU industrial relations regulation“, *Industrial Relations Journal*, 30 (2), pp. 118-134.
- Kyloh, R. ;O’Neill, F. ; e Whelton, C. (2001),”Los Sindicatos y la economía global: una historia inconclusa”, in *Educación Obrera*, 124-125, pp. 76-78.
- L. Emmerij e outros,(2001), *Ahead of the Curve? Na ideal and Global Challenge*, Bloomington Indiana, Indiana University Press, p. 44.
- Lains, Pedro; da Silva. Álvaro F. (org.) *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol.III: século XX, Lisboa, ICS, pp. 384-393.
- Lains, Pedro; da Silva, Álvaro (Org.) (2005), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. III, Lisboa, ICS, pp. 388-391.
- Lança, Florival, (1994), “ Filiação na CES beneficia trabalhadores portugueses”, in *A Capital* (22 de Dezembro).
- Lucena, Manuel e Gaspar, Carlos (1991), ”Metamorfoses corporativas?— associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal” in *Análise Social*, XXVII (114), pp. 843-903.
- Magone, J.M. (2001), *Iberian Trade Unionism: Democratization under the Impact f the European Union*, New Brunswick New Jersey, Transaction, p. 169.
- Mangen, S. (1996), “The europeanization of spanish social policy, in *Social Policy and Administration*, 30, 4, pp. 305-323.
- Mann, M. (2001), “Globalisation and September 11”, *New Left Review*, 12, pp. 51-72.
- Maravall, José Maria (1997), *Regimes, Politics and Markets: Democratization and Economic Change in Southern and Eastern Europe*, Oxford, Oxford University Press, pp.29-33.

- Melucci, Alberto (1996), *Challenging Codes. Collective Action in the Information Age*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Membro do Secretariado Nacional da CGTP/ tendência socialista realizada em 29/07/1996 em Castanheira de Pera, cit. In Hermes Costa, (2004) *A UGT e a CGTP perante a integração europeia*, Coimbra, pp. 14.
- Michels, Robert (2001), *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*, Lisboa, Antígona.
- Moreno, Juan (2001), *Trade Unions without frontiers: the communist-oriented trade unions and the ETU*, Bruxelas, ETUI, p. 22.
- Moreno, Juan (2001), *Trade Unions without frontiers: the communist-oriented trade unions and the ETU*, Bruxelas, ETUI, p. 221.
- Morlino, L. (1998), *Democracy between consolidation and crisis: parties, groups and citizens in Southern Europe*, Oxford, Oxford University Press, p. 19.
- Morris, Paul (1996) “Community beyond tradition” in Heelas, Paul *et al*(eds.), *Detraditionalization*, Oxford, Blackwell, pp. 223-249.
- Mozzicafreddo, Juan (1992), “O estado-providência em Portugal: estratégias contraditórias”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12, pp. 57-89.
- Olsen, Johan (2002) , *The Many Faces of Europeanization*, Oslo, Centre for European Studies of University of Oslo, p. 3.
- Pannekoek, Anton (1934), “O Sindicalismo“ in <http://www.marxists.org/portugues/pannekoek/1936/01.htm> (acesso em 22-09-12).
- Paugam, Serge (2000), *Le Saliarié de la Precarité*, Paris, PUF.
- Pinto, António Costa; Teixeira, Nuno Severiano (Org.) *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Lisboa, ICS, pp. 198-201.
- Pinto, Mário (1989), *Les relations industrielles au Portugal*. Luxembourg: Office des publications officielles des Communautés Européennes.
- Pridham, Geoffrey (2002) “European integration and democratic consolidation in Southern Europe”, in António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira (eds), *Southern Europe and the making of the European Union*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Regini, M. (1995), *Uncertain Boundaries*, Cambridge, Cambridge UP.
- Royo, Sebastián(Org.), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia, Um balanço*, Lisboa, ICS, pp. 325-333.
- Royo, Sebastian, (2005),*Portugal, Espanha e a Integração Europeia*, Lisboa, ICS, pp. 321.
- Royo, Sebastian (2005), *Portugal e Espanha e a Integração Europeia*, Lisboa, ICS, p. 322.
- Royo Sebastián (2005),“O alargamento”, in *Portugal, Espanha e a Integração Europeia, Um balanço*, Royo, Sebastián Royo (Org.) , Lisboa, ICS, pp. 372-375.
- Royo, Sebastián (2005), “O alargamento” , in *Portugal, Espanha e a Integração Europeia, Um balanço*, in Sebastián Royo (Org.), Lisboa, ICS, pp. 369-408.
- Royo, Sebastián (2005), “O alargamento”, in *Portugal e Espanha e a Integração Europeia, Um Balanço*, Royo, S. (Org.), Lisboa, ICS, p. 380.
- Royo, Sebastián, (2001), “Ainda o século de corporativismo. Espanha e Portugal comparados”, in *Análise Social*, vol. XXXVI, pp. 85-117.

- Ruzza, Renato di (1996) “ L’internationalization de l’economie et la crise du syndicalisme”, *L’Homme et la Société*, 121/122, pp. 117-130.
- Sagnes, Jean (ed.) (1994), *Histoire du syndicalisme dans le monde: des origines à nos jours*. Toulouse, Privat, p. 52.
- Santos, Boaventura, e Costa, Hermes (2004), “Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário” in Santos, Boaventura (Org.), *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*, Porto, Afrontamento, pp. 17-61.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), “Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal seguidas de um apelo”, *Vértice*, 68, pp. 132-139.
- Savage, Mike (2004), “Classe e história do Trabalho” in Claudio *et al.* *Batalha*, Cultura de Classe, Campinas, S. Paulo, De Unicamp, pp. 25-48.
- Sayer, A. (1995), *Radical Political Economy: A Critique*, Oxford, Blackwell, p. 87.
- Secretário internacional da CGTP em entrevista a 28/03/1996, na sede da CGTP, em Lisboa.
- Silva, Manuel Carvalho da (2002), *Agir contra a Corrente, Reflexões de um sindicalista*, Porto, Campo das Letras, pp. 33-35.
- Silva, Manuel Carvalho da (1995), “Sindicalismo e os novos caminhos da sociedade” in *Vértice*, 68, pp. 95-97.
- Silva, Manuel Carvalho da (2000), *Ação sindical: transformação e desenvolvimento*. Porto, Campo das Letras, p. 254.
- Silva, Manuel Carvalho da (2002) *Agir contra a Corrente, Reflexões de um sindicalista*, Porto, Campo das Letras, pp. 36-37.
- Silva, Manuel Carvalho, *Trabalho e Sindicalismo em tempo de Globalização. Reflexões e Propostas*, Porto, Circulo dos Leitores e Temas e Debates, pp. 34-35.
- Silva, Manuel Carvalho da (2002), *Agir contra a Corrente, Reflexões de um Sindicalista*, Porto, Campo das Letras, pp. 34-35.
- Silva, Manuel Carvalho da (2002), *Agir contra a Corrente, Reflexões de um sindicalista*, Porto, Ed. Campo das Letras, pp. 44-45.
- Silva, Manuel Carvalho da (2007), *Trabalho e Sindicalismo em tempo de Globalização, Reflexões e Propostas*, Lisboa, Circulo de Leitores e Temas e Debates, p.62.
- Skocpol, Theda (1985), *Estados e Revoluções Sociais*, Lisboa, Presença.
- Standing, G. (1999), *Global Labour Flexibility: Seeking distributive Justice*, London, Mac Millan, p. 387.
- Standing, G. (1997), “Globalization, Labour Flexibility and Insecurity: The Era of Market Regulation”, *European Journal of Industrial Relations*, 1 (3), pp. 7-37.
- Streeck, W. (1994) „European Social Policy after Maastricht“, in *Economic and Industrial Democracy*, 15, pp. 151-177.
- Streeck, W. (1987), “The Uncertainties of Management in the Management of Uncertainty“, in *Work Employment and Society*, 1 (3), pp. 281-308.
- Streeck, W. (1998), “The Internationalization of Industrial Relations in Europe”, *Politics & Society*, 26(4), pp. 429-459.
- Streeck, W.; Schmitter, P. C. (1991), “ From National Corporatism to Transnational Pluralism”, *Politics & Society*, 19(2), pp. 133-164.

- Teague, P. (1999), *Economic citizenship in the European Union: employment relations in the New Europe*, Londres, Toutledge.
- Thompson, E. P. (1987), *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Tilly, Charles (1978), *From Mobilization to Revolution*, Addison/ Mass, Wesley Publ. Company.
- Touraine, Alain, (1984) *Le Mouvement Ouvrier*, Paris, Fayard.
- Touraine, Alain (1994), *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Turner, Lowell (1998), “The Europeanization of Labour: Structure before Action”, in E. Gabaglio and R. Hoffmann(eds.), *The ETUC in the mirror of industrial relations*. Bruxelas, European Trade Union Institute, p.210.
- Underhill, Geoffrey R.D. (1997) “The making of the European Financial Area: Global Market Integration and the EU Single Market for Financial Services”, in Geoffrey R.D. Underhill (ed.)*The New World in International Finance*, Basingstoke, Palgrave, pp.101-123.
- Vaitsos, Constantino (1982), “Economic effects of the second enlargement” in Dudley Seers e Constantine Vaitsos (eds), *The Second Enlargement of EEC*, Nova Iorque, St. Martin’s Press.
- Visser, Jelle (2004), “ Patterns and variations in European industrial relations”, in European Comission, *Industrial Relations in Europe 2004*, Brussels, Employment and Social Affairs DG.
- Webb, Sidney & Beatrice (1976), *The History of Trade Unionism*, Nova Iorque, MAS, p. 17.
- Whitehead, (1991), “ Democracy by convergence and southern Europe: a comparative politics perspective” in G. Pridham (ed.) “Encouraging democracy, the International Context of Regime transition in southern Europe, Leicester: Leicester University Press, p. 59.

ANEXOS

ESTATUTOS DA CGTP-IN

Índice

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E OBJECTIVOS PROGRAMÁTICOS
INTRODUÇÃO – AS RAÍZES II – A NATUREZA DE CLASSE DA CGTP-IN
III – OS PRINCÍPIOS DA CGTP-IN
- A unidade
- A democracia
- A independência
- A solidariedade
- Sindicalismo de massas
IV – OBJECTIVOS
- Promover um Portugal Democrático, Desenvolvido, Solidário e Soberano
- Contribuir para a construção de uma democracia política económica social e cultural
- Defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e a democracia
V – A ACÇÃO E A INTERVENÇÃO

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, ÂMBITO E SEDE
CAPÍTULO II
NATUREZA, PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E OBJECTIVOS
CAPÍTULO III
ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO
CAPÍTULO IV
ASSOCIADOS
CAPÍTULO V
ÓRGÃOS
SECÇÃO I – Disposições gerais
SECÇÃO II – Congresso
SECÇÃO III – Plenário de Sindicatos
SECÇÃO IV – Conselho Nacional
SECÇÃO V – Comissão Executiva do Conselho Nacional
SECÇÃO VI – Secretariado do Conselho Nacional
SECÇÃO VII – Conselho Fiscalizador
CAPÍTULO VI
FUNDOS
CAPÍTULO VII
REGIME DISCIPLINAR
CAPÍTULO VIII
ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS
CAPÍTULO IX
SÍMBOLO, BANDEIRA E HINO

Declaração de Princípios e Objectivos Programáticos

INTRODUÇÃO

Toda a história da humanidade, todo o caminho milenário do homem na busca do progresso e da liberdade lançam raízes no trabalho, no esforço criador e produtivo.

É no trabalho, na vida e na solidariedade e entrelaçada dos trabalhadores que a humanidade encontra os mais sólidos, mais generosos e mais humanos dos seus valores éticos.

A dimensão e profundidade da participação dos trabalhadores na vida política, económica, social e cultural, de cada sociedade e de cada país constituem desde sempre o mais seguro índice da capacidade mobilizadora das energias nacionais, da amplitude da liberdade, das realidades e das esperanças de felicidade dos homens.

O movimento sindical é um contributo dos trabalhadores não apenas para a defesa dos seus direitos e interesses, mas também para o desenvolvimento e libertação das sociedades de que fazem parte. A CGTP-IN, criação histórica dos trabalhadores portugueses, constitui um contributo determinante para o progresso e a liberdade e é um património comum de quantos trabalham e lutam por um Portugal de prosperidade, justiça e liberdade.

A identidade da CGTP-IN é definida pelas raízes históricas da sua cultura e experiência sindicais, pela sua natureza de classe e pelo carácter dos princípios por que se rege na sua estrutura e formas orgânicas e na sua acção político-sindical.

I - AS RAÍZES

A CGTP-IN, organização sindical de classe, unitária, democrática, independente e de massas, tem as suas raízes e assenta os seus princípios nas gloriosas tradições de organização e de luta da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

Os princípios orientadores e os objectivos proclamados pelo nosso movimento sindical, alicerçam-se e fundam-se desde as últimas décadas do século passado, designadamente, nas reivindicações consignadas no programa de acção aprovado pelas "associações de classe" em 1894 e na experiência da luta de sucessivas gerações de sindicalistas e trabalhadores.

Ao longo de mais de um século de existência, vivido nas condições mais diversas, o movimento operário português acumulou uma vasta experiência colectiva própria que, enriquecida pelos ensinamentos, história, e pela acção do movimento operário internacional, lhe permite afirmar-se como força social determinante na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, na resolução dos problemas nacionais, nas tarefas da construção de uma sociedade mais justa e fraterna e no reforço dos laços de solidariedade entre os trabalhadores de todo o mundo.

A CGTP-IN, conquista histórica do movimento operário português, é legítima herdeira e continuadora da luta heróica dos trabalhadores.

A exigência de uma política de verdadeiro alcance social a empreender pela República, a luta contra a participação de Portugal na primeira guerra mundial, a resistência activa à implantação do fascismo, o prosseguimento em plena ditadura da luta de massas através de novas formas de intervenção na

defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas exploradas, pela paz e pela liberdade, são etapas de uma longa e contínua luta que teve nova expressão organizada, em Outubro de 1970, com a criação da Intersindical Nacional pelos trabalhadores que, no âmbito dos sindicatos corporativos, lutavam e assumiam a defesa dos interesses da classe trabalhadora, num contexto de luta contra o fascismo, a guerra colonial e pela descolonização.

A criação da Intersindical Nacional constituiu um marco de grande significado no longo, difícil e heróico percurso do movimento operário e sindical para se afirmar como força de progresso social e de emancipação dos trabalhadores.

A instauração e consolidação do regime democrático em Portugal são indissociáveis da acção da CGTP – Intersindical Nacional e do movimento sindical que congrega.

A revolução de 25 de Abril de 1974, como expressão de soberania popular, contou com a intervenção decisiva da Intersindical Nacional nas transformações políticas e económicas e sociais então realizadas, como as nacionalizações, a reforma agrária, o controlo operário, a autogestão, o reforço do movimento associativo, e na conquista e defesa dos mais importantes direitos políticos, económicos e sociais dos trabalhadores que vieram a ser consagrados na Constituição da República de 1976.

Na continuação da sua herança histórica, na aplicação dos princípios e na prossecução dos objectivos, na luta permanente contra a exploração e pela promoção das condições de vida e laborais dos trabalhadores, na luta pelo aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural, a CGTP-IN é e continuará a ser, a Central sindical dos trabalhadores portugueses e a merecer por parte destes todo o empenho, apoio e confiança.

II -| A NATUREZA DE CLASSE DA CGTP-IN

Fiel às suas raízes históricas e coerente com a experiência, herança e objectivos da luta dos trabalhadores em todo o mundo, a CGTP-IN assume-se como uma organização sindical de classe. De classe, porque reconhece o papel determinante da luta de classes na evolução histórica da humanidade e visa defender os legítimos direitos, interesses e aspirações colectivas e individuais das trabalhadoras e dos trabalhadores portugueses, nas suas múltiplas dimensões de cidadãos e criadores de riqueza material e espiritual, e visa promover a sua emancipação cívica, económica, social e cultural, combatendo as injustiças, as desigualdades, as discriminações, as exclusões, o egoísmo, o racismo, a xenofobia, a alienação cultural e a exploração económica do sistema capitalista, na perspectiva histórica da edificação de uma sociedade sem classes.

Uma sociedade sem classes, construída através do alargamento das liberdades, do aprofundamento da democracia e no desenvolvimento económico, social, cultural, ecologicamente sustentado, no sentido de consagrar uma genuína sociedade de justiça porque baseada na igualdade de cidadania, no direito à diferença, na solidariedade humana e na fraternidade universal entre os povos, a qual assentará na assunção da Paz, dos Direitos do Homem e da Soberania das nações como valores superiores e universais.

III - OS PRINCÍPIOS DA CGTP-IN

Da natureza de classe da CGTP-IN resulta a sua necessidade de assumir um conjunto de princípios, indissociáveis e interdependentes, que orientam e caracterizam as suas opções, tanto no plano da

definição das suas reivindicações e objectivos programáticos, como na definição das suas formas de acção e luta, como ainda no modo como se estrutura e se organiza.

Esses princípios são: a unidade, a democracia, a independência, a solidariedade e o sindicalismo de massas.

A Unidade

A CGTP-IN é um movimento sindical unitário porque reconhece a liberdade de sindicalização de todos os trabalhadores, quaisquer que sejam as suas opções políticas ou religiosas, sem discriminação de sexo ou de orientação sexual, raça, etnia ou nacionalidade, e visa representar os interesses individuais e colectivos do conjunto nacional dos assalariados, sindicalizados ou não, independentemente da diversidade das suas profissões, qualificações, situação social e vínculo laboral. O carácter unitário da CGTP-IN tem, por isso, como pressuposto o reconhecimento da existência no seu seio da pluralidade do mundo laboral, o que não impede, antes exige, a defesa da unidade orgânica do movimento sindical como etapa superior de unidade na acção baseada em interesses de classe comuns e o combate de todas as acções tendentes à sua divisão.

A Democracia

A CGTP-IN é uma organização democrática porque considera o exercício da democracia sindical como um direito e um dever de todos os trabalhadores, na sua acção político-sindical, exercitando a prática duma democracia, simultaneamente, representativa e participativa. A vida democrática que a CGTP-IN preconiza tem como alicerces a participação activa dos trabalhadores na vida das estruturas sindicais, na definição das reivindicações e objectivos programáticos, na decisão sobre as formas de intervenção e luta, na eleição e destituição dos órgãos dirigentes, na responsabilização colectiva dos dirigentes perante os militantes e dos órgãos superiores da estrutura perante os órgãos inferiores, na liberdade de expressão e discussão de todos os pontos de vista existentes no seio dos trabalhadores e no respeito integral pelas decisões maioritariamente expressas, resultantes de um processo decisório democrático que valorize os contributos de todos.

A Independência

A CGTP-IN é uma organização independente, porque define os seus objectivos e determina a sua actividade com total autonomia face ao patronato, ao Estado, às confissões religiosas, aos partidos políticos ou quaisquer outros agrupamentos de natureza não sindical e que combate todas as tentativas de ingerência como condição para o reforço da sua própria unidade.

A Solidariedade

O movimento sindical expressa de forma organizada a solidariedade entre todos os trabalhadores. A CGTP-IN enraíza a sua actividade ao nível dos locais de trabalho e cultiva e promove os valores da solidariedade de classe e internacionalista que enformaram a génese do movimento sindical e propugna pela sua materialização, combatendo o egoísmo individualista e corporativo, lutando pela emancipação social dos trabalhadores portugueses e de todo o mundo, pela superação da dualidade no desenvolvimento entre o Norte e o Sul, pela descolonização, pela erradicação da guerra, da fome, da miséria, da doença e do analfabetismo, pela universalização da Paz e dos Direitos Humanos na sua dimensão política, económica, social e cultural e lutando pelo fim da exploração capitalista e da dominação imperialista.

Sindicalismo de Massas

A CGTP-IN é uma organização de massas porque nela se organizam e participam todos os trabalhadores, independentemente da sua raça, crença religiosa ou do partido a que pertençam e porque assenta a sua acção numa permanente audição e mobilização dos trabalhadores e na intervenção de massas nas diversas formas de luta pela defesa dos seus direitos e interesses e pela elevação da sua consciência política e de classe.

IV - OBJECTIVOS

Promover um Portugal Democrático, Desenvolvido, Solidário e Soberano

Um Portugal democrático, desenvolvido, solidário e soberano assente nos valores, ideais e conquistas da Revolução do 25 de Abril de 1974, consagrados na Constituição da República de 1976 – texto que contribuiu de modo relevante para enformar o pensamento político-sindical da CGTP-IN – terá como objectivo responder às aspirações e anseios da classe trabalhadora e do povo português expressas ao longo da História nas suas lutas pela liberdade e pela democracia.

Para a CGTP-IN, estes valores são, igualmente, as referências em que se alicerça a defesa da identidade e da soberania de Portugal, assim como, a resposta sindical face ao processo de integração europeia e de globalização capitalista de cariz neo-liberal em curso, combatendo a ofensiva contra os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores que os mesmos comportam.

Para a persecução destes objectivos é essencial a existência de uma CGTP-IN actuante, combativa, portadora de princípios e impulsionadora de formas de acção e intervenção que contribua para que o futuro de Portugal e do nosso Povo seja o de uma sociedade sem exploradores e sem explorados.

Contribuir para a construção de uma Democracia Política Económica Social e Cultural

A CGTP-IN, herdeira do património da classe trabalhadora portuguesa, respeitando as suas raízes e a sua natureza de classe, considera que a democracia é um valor intrínseco à emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras que é insubstituível no desenvolvimento sustentado da sociedade:

- Uma Democracia, entendida como síntese das liberdades individuais e colectivas, conjugando o seu carácter pluralista com o desenvolvimento económico, ao serviço das necessidades materiais e espirituais do ser humano.
- Uma Democracia, assente no princípio da igualdade e na participação dos cidadãos e cidadãs, em todas as variadas formas de organização e funcionamento da sociedade, em que o modelo de representação política pluripartidária no parlamento, eleito por sufrágio universal, não esgota, antes potencia, a intervenção crítica e responsável a todos os níveis da vida em sociedade.

- Uma Democracia política, económica, social e cultural em que se conjugam o respeito pelos Direitos Humanos com evolução sustentada em todas as dimensões de vida humana, na valorização do trabalho e na dignificação dos trabalhadores.
- É o desenvolvimento da democracia com a plena efectivação dos direitos, liberdades e garantias e a utilização permanente e exaustiva dos mecanismos de funcionamento democrático, que permitirá a superação das injustiças económicas e sociais existentes na sociedade.

Para a CGTP-IN a democracia económica exige a subordinação do poder económico ao poder político, a recusa da formação de monopólios privados e de latifúndios, a apropriação colectiva dos principais meios de produção, solos e recursos naturais e o desenvolvimento da propriedade social.

O sector público administrativo e produtivo tem de assegurar a igualdade de acesso e serviço universal, ser factor dinamizador da economia, do emprego e da satisfação das necessidades da população, dando assim um conteúdo concreto à democracia económica e social.

– No âmbito da economia social, as cooperativas e as mútuas devem ser promovidas como formas potencialmente mais participativas e solidárias de desenvolvimento económico e social.

– A CGTP-IN entende que a democracia, para ser real e completa, carece da intervenção organizada dos trabalhadores e dos cidadãos, da transparência nas decisões económicas, da coexistência das diversas formações económicas (sector público, sector privado, sector cooperativo), da planificação democrática da economia e do efectivo controlo do poder económico pelo poder político democrático, e que estas continuam a ser as condições centrais para garantir um desenvolvimento económico sustentável, equilibrado e mais justo que tenha por base a solidariedade e se oriente para a satisfação das necessidades humanas de toda a população.

– A empresa tem de ter uma dimensão social, isto é, tem de ser um lugar de realização pessoal e profissional dos trabalhadores e de expressão da democracia e não um espaço de repressão e de exclusão, sob o arbítrio patronal.

A democracia social assenta nos direitos e garantias sócio-económicas, designadamente o direito ao trabalho, ao sistema de segurança social, à protecção da saúde, à habitação, a um ambiente e uma qualidade de vida humana saudios e ecologicamente equilibrados, aprofundados pela via da democracia participada, constituindo a protecção à família (elemento fundamental da sociedade), à paternidade, à maternidade, às crianças, aos jovens, aos deficientes e aos idosos, obrigações do Estado que devem ser assumidas de forma plena.

Uma efectiva democracia cultural implica o direito à informação, uma política de comunicação social que garanta a liberdade de informação, e de opinião, o direito à cultura, ao ensino, à igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, à fruição e criação cultural, à defesa do património cultural, à cultura física e ao desporto.

As responsabilidades do Estado neste domínio são imprescindíveis para a sua garantia e desenvolvimento, cabendo-lhe o papel decisivo na garantia de uma escola pública de qualidade para todos, que forme cidadãos qualificados e cultos, na salvaguarda e promoção da cultura portuguesa sob todas as formas.

Defender os Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras e a Democracia

Os direitos dos trabalhadores são uma parte integrante e indispensável do sistema democrático. O seu pleno exercício é um factor de dinamização e enriquecimento da vida política, social e cultural e do desenvolvimento económico-social do país.

A CGTP-IN desenvolve a sua acção, nos planos da teoria e da prática, da actividade reflexiva e reivindicativa, e no campo da luta, de modo a assegurar:

- O efectivo direito ao trabalho, à segurança no emprego, à livre escolha da profissão.
- A garantia do direito à retribuição do trabalho, observando o princípio de salário igual para trabalho igual ou de valor igual; o aumento do poder de compra dos salários e a melhoria do peso dos salários na distribuição do rendimento; a actualização anual do salário mínimo nacional tendo presente os seus fins de natureza social.
- A redução progressiva da duração do tempo de trabalho, a fixação de horários que permitam a articulação entre vida profissional e familiar e de horários mais reduzidos para os trabalhadores que, em consequência da insalubridade, perigosidade ou penosidade do trabalho, sofram maior desgaste físico e psíquico.
- A garantia do exercício dos direitos colectivos e individuais dos trabalhadores e o livre exercício da acção sindical nos locais de trabalho.
- O livre exercício do direito à greve como direito inalienável dos trabalhadores e a proibição legal do "lock-out".
- A promoção e o efectivo exercício do direito de contratação colectiva a todos os trabalhadores, sem qualquer excepção e com total autonomia por parte destes.
- A garantia e efectiva participação na elaboração da legislação do trabalho, na gestão das instituições de segurança social e outras organizações que visem satisfazer os interesses dos trabalhadores, nos planos económico-sociais e na definição das políticas de rendimentos.
- A promoção da cidadania, nomeadamente na igualdade de oportunidades, no acesso ao emprego, na carreira, na qualificação e na promoção profissionais.
- A democratização do ensino, a valorização profissional permanente dos trabalhadores e uma política de cultura e de desporto que assegure o seu bem-estar e contribua para formar e reforçar a sua consciência social e cultural.

- Uma política de justiça célere, eficaz e democrática.
- Uma política fiscal socialmente justa, com carácter único e progressivo, que tenha em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar, visando o desagravamento fiscal dos rendimentos do trabalho e a diminuição das desigualdades.
- Um sistema de segurança social unificado e descentralizado, coordenado e subsidiado pelo Estado e gerido com a participação dos trabalhadores, que garanta uma efectiva e eficaz protecção dos cidadãos na doença, velhice, invalidez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.
- Um sistema de segurança, higiene e saúde nos locais de trabalho que, através da prevenção dos riscos profissionais da reparação dos sinistrados e da reabilitação, concorra para a melhoria das condições de trabalho e para o aumento da competitividade das empresas.
- Uma política de saúde de gestão descentralizada e participada pelos trabalhadores que garanta o direito à protecção da saúde de todos os cidadãos, através da implementação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito.
- Uma política de habitação sustentada nas responsabilidades prioritárias e fundamentais que cabem ao Estado, tendo em vista a concretização do direito à habitação por parte de todos os cidadãos e cidadãs.
- Uma política de transportes e comunicações que contribua para o desenvolvimento económico e responda às necessidades sociais das populações.
- Uma política de meio ambiente que compatibilize o desenvolvimento com a salvaguarda do Património Nacional e dos bens e recursos naturais e a preservação das espécies.
- Uma política de defesa do consumidor que salvguarde a saúde, o meio ambiente e a identidade cultural dos cidadãos e cidadãs.

V - A ACÇÃO E A INTERVENÇÃO

A CGTP-IN, organização de trabalhadores não tem outros objectivos que não sejam a defesa dos seus direitos e condições de vida e de trabalho, assumindo a defesa face a tudo o que os afecta como classe, trava as batalhas presentes com os olhos no futuro de Portugal, na construção de um país mais próspero, democrático e progressista.

A CGTP-IN, reconhecendo o papel determinante da luta dos trabalhadores na prossecução dos seus objectivos programáticos, desenvolve a sua acção, visando, em especial:

organizar os trabalhadores para a defesa dos seus direitos colectivos e individuais;

promover, organizar e apoiar acções conducentes à satisfação das reivindicações dos trabalhadores, de acordo com a sua vontade democrática e inseridas na luta geral de todos os trabalhadores; alicerçar a solidariedade e a unidade entre todos os trabalhadores, desenvolvendo a sua consciência democrática, de classe, sindical e política;

defender as liberdades democráticas, os direitos e conquistas dos trabalhadores e das suas organizações, combatendo o desfiguramento do regime democrático e reafirmando a sua fidelidade ao projecto de justiça social aberto com a revolução de Abril;

desenvolver um sindicalismo de intervenção e transformação, com a participação dos trabalhadores, na luta pela sua emancipação e pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna, sem exploração do homem pelo homem.

Capítulo I

CAPÍTULO I

Denominação, âmbito e sede

Artigo 1º

(denominação e âmbito)

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, com a sigla CGTP-IN, é constituída pelas associações sindicais nela filiadas que exercem a sua actividade no território nacional.

-

Artigo 2º

(sede)

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional tem a sua sede em Lisboa.

Capítulo II

CAPÍTULO II

Natureza, princípios fundamentais e objectivos

Artigo 3º

(natureza de classe)

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional é uma organização sindical de classe, que reconhece o papel determinante da luta de classes na evolução histórica da humanidade e defende os legítimos direitos, interesses e aspirações colectivas e individuais dos trabalhadores.

Artigo 4º

(princípios fundamentais)

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional orienta a sua acção pelos princípios da liberdade, da unidade, da democracia, da independência, da solidariedade e do sindicalismo de massas.

Artigo 5º

(objectivos)

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional tem, em especial, como objectivo:

- a. organizar os trabalhadores para a defesa dos seus direitos colectivos e individuais;
- b. promover, organizar e apoiar acções conducentes à satisfação das reivindicações dos trabalhadores, de acordo com a sua vontade democrática e inseridas na luta geral de todos os trabalhadores;
- c. promover e efectivar, directa ou indirectamente, acções de formação sindical e de formação profissional, bem como outras de natureza solidária, designadamente, no âmbito da denominada economia social;
- d. alicerçar a solidariedade e a unidade entre todos os trabalhadores, desenvolvendo a sua consciência democrática, de classe, sindical e política;
- e. defender as liberdades democráticas, os direitos e conquistas dos trabalhadores e das suas organizações, combatendo a subversão do regime democrático e reafirmando a sua fidelidade ao projecto de justiça social iniciado com a revolução de Abril;
- f. desenvolver os contactos e/ou a cooperação com as organizações sindicais dos outros países e internacionais e, conseqüentemente, a solidariedade entre todos os trabalhadores do mundo na base do respeito pelo princípio da independência de cada organização;
- g. desenvolver um sindicalismo de intervenção e transformação, com a participação dos trabalhadores, na luta pela sua emancipação e pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna sem exploração do homem pelo homem.

Capítulo III

CAPÍTULO III

Estrutura e organização

Artigo 6º

(estrutura)

As associações sindicais que constituem a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional são os sindicatos, as federações e as uniões.

Artigo 7º

(sindicato)

1. O sindicato é a associação de base da estrutura da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional a quem cabe a direcção de toda a actividade sindical no respectivo âmbito.
2. A estrutura do sindicato, a sua organização e actividade assenta na participação activa e directa dos trabalhadores desde o local de trabalho e desenvolve-se, predominantemente, a partir das organizações sindicais de empresas, de unidade de produção ou de serviço.

Artigo 8º

(federação)

A federação é a associação sindical intermédia da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, constituída pelos sindicatos representativos de um determinado ou mais ramos e/ou sectores de actividade económica ou profissão, a quem cabe a direcção e coordenação da actividade sindical no respectivo âmbito.

Artigo 9º

(união)

A união é a associação sindical intermédia da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, constituída pelos sindicatos nela filiados que exercem a sua actividade em determinada área geográfica, a quem cabe a direcção e coordenação da actividade sindical no respectivo âmbito.

Capítulo IV

CAPÍTULO IV

Associados

Artigo 10º

(filiação)

Têm o direito de se filiar na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional os sindicatos que aceitem os princípios e objectivos definidos nos presentes estatutos.

Artigo 11º

(pedido de filiação)

O pedido de filiação deverá ser dirigido ao conselho nacional, em proposta fornecida para o efeito e acompanhada de:

- a. declaração de adesão, de acordo com as disposições estatutárias do respectivo sindicato;
- b. exemplar dos estatutos do sindicato;
- c. acta da eleição dos corpos gerentes em exercício;
- d. último relatório e contas aprovado;
- e. declaração do número de trabalhadores sindicalizados.

Artigo 12º

(aceitação ou recusa de filiação)

1. A aceitação ou recusa de filiação é da competência do conselho nacional, cuja decisão deverá ser sempre ratificada pelo plenário de sindicatos na sua primeira reunião após a deliberação.

2. Em caso de recusa de filiação pelo conselho nacional, o sindicato interessado, sempre que o pretender, far-se-á representar no plenário de sindicatos para ratificação dessa decisão usando da palavra enquanto o assunto estiver à discussão.

Artigo 13º

(direitos dos associados)

São direitos dos associados:

- a. eleger e destituir os órgãos dirigentes da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses –Intersindical Nacional, nos termos dos presentes estatutos;
- b. participar em todas as deliberações que lhes digam directamente respeito;
- c. participar nas actividades da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, a todos os níveis, nomeadamente, nas reuniões do congresso e plenário de sindicatos, requerendo, apresentando, discutindo e votando as moções e propostas que entender convenientes;
- d. beneficiar da acção desenvolvida pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional em defesa dos interesses económico-sociais e culturais comuns a todos os trabalhadores ou dos seus interesses específicos;
- e. ser informado regularmente da actividade desenvolvida pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional;
- f. deliberar sobre o orçamento e o plano geral de actividades bem como sobre as contas e o seu relatório justificativo a apresentar, anualmente, pelo conselho nacional;
- g. exprimir os seus pontos de vista sobre todas as questões do interesse dos trabalhadores e formular livremente as críticas que tiver por convenientes à actuação e às decisões dos diversos órgãos da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, mas sempre no seio das estruturas do movimento sindical e sem prejuízo da obrigação de respeitar as decisões democraticamente tomadas;
- h. definir livremente a sua forma de organização e funcionamento interno com respeito pelos princípios da defesa da unidade dos trabalhadores, da independência e da organização e gestão democráticas das associações sindicais;
- i. exercer o direito de tendência, de acordo com o disposto no artigo seguinte.

Artigo 14º

(direito de tendência)

1. A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional pela sua própria natureza unitária reconhece a existência no seu seio de diversas correntes de opinião político-ideológicas cuja organização é, no entanto, exterior ao movimento sindical e da exclusiva responsabilidade dessas mesmas correntes de opinião.
2. As correntes de opinião exprimem-se através do exercício do direito de participação dos associados a todos os níveis e em todos os órgãos.

3. As correntes de opinião podem exercer a sua intervenção e participação sem que esse direito em circunstância alguma possa prevalecer sobre o direito de participação de cada associado individualmente considerado.
4. As formas de participação e expressão das diversas correntes de opinião, nos órgãos competentes da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, subordinam-se às normas regulamentares definidas e aprovadas pelos órgãos competentes.

Artigo 15º

(deveres dos associados)

São deveres dos associados:

- a. participar activamente nas actividades da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional;
- b. cumprir e fazer cumprir os estatutos bem como as deliberações dos órgãos competentes tomadas democraticamente e de acordo com os estatutos;
- c. apoiar activamente as acções da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional na prossecução dos seus objectivos;
- d. divulgar os princípios fundamentais e objectivos do movimento sindical com vista ao alargamento da sua influência;
- e. agir solidariamente na defesa dos interesses colectivos e promover junto dos trabalhadores os ideais da solidariedade internacionalista;
- f. fortalecer a organização e acção sindical na área da sua actividade criando as condições para a participação do maior número de trabalhadores no movimento sindical;
- g. organizar, dirigir e apoiar a luta dos trabalhadores pela satisfação das suas reivindicações;
- h. promover a aplicação prática das orientações definidas pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional;
- i. pagar mensalmente a quotização fixada nos presentes estatutos;
- j. comunicar à comissão executiva do conselho nacional, com a antecedência suficiente para que esta possa dar o seu parecer, as propostas de alteração aos estatutos e comunicar, no prazo de 20 dias, as alterações que vierem a ser introduzidas nos respectivos estatutos, bem como o resultado das eleições para os corpos gerentes, sempre que se verificar qualquer modificação;
- k. enviar anualmente à comissão executiva do conselho nacional, no prazo de 20 dias após a sua aprovação, o relatório e contas e orçamento.

Artigo 16º

(perda da qualidade de associado)

1. Perdem a qualidade de associado aqueles que:
 - a. se retirarem voluntariamente desde que o façam por forma idêntica à adesão;
 - b. hajam sido punidos com a sanção de expulsão;
 - c. deixarem de ter personalidade jurídica, nomeadamente, em resultado de medidas de reestruturação sindical ou de dissolução, por vontade expressa dos associados.

2. Os associados que se retirarem ao abrigo da alínea a) do número anterior ficam obrigados ao pagamento de três meses de quotização calculada com base na média dos últimos seis meses.

Artigo 17º

(readmissão)

Os associados podem ser readmitidos nos termos e condições previstas para a admissão, salvo o caso de expulsão em que o pedido de readmissão terá de ser aprovado pelo plenário de sindicatos e votado favoravelmente por, pelo menos, 2/3 dos votos apurados.